

Silvia Regina Etges Rabusky

**“A Revista A Família Cristã e o Discurso Anti-  
Comunista (1960-64)”**

Passo Fundo, Fevereiro 2008

Silvia Regina Etges Rabusky

**“A Revista A Família Cristã e o Discurso Anti-Comunista (1960-64)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo  
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

---

320.532 Rabusky, Silvia Regina Etges  
R117r A revista A Família Cristã e o discurso anti-comunista (1960-64)  
/ Silvia Regina Etges Rabusky. – Passo Fundo, 2008.

128 p.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Passo Fundo, 2008.  
Orientador: Profª. Ana Luiza Setti Reckziegel

1. Anticomunismo. 2. Igreja Católica. 3. Revista A Família  
Cristã. I. Reckziegel, Ana Luiza. II. Título.

CDD 320.532

---

Catálogo elaborado por Paola Cappelletti CRB 14/1087

# DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai Lauro João Etges (*In memoriam*), pela importância que dava ao conhecimento.

Aos meus filhos, Guilherme e Murilo Rabusky, para que lhes sirva de exemplo de perseverança.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que este trabalho possua alguns méritos e gostaria de dividi-los com todos que, direta ou indiretamente, colaboraram no processo de construção desta pesquisa. Quanto às deficiências, são exclusivamente de minha responsabilidade.

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Ana Luiza Setti Reckziegel, minha orientadora, peça fundamental para a realização desta pesquisa. Nela encontrei o apoio necessário para desenvolver o trabalho, além de uma orientação segura e tranqüila.

Agradeço aos professores do mestrado da Universidade de Passo Fundo: prof. Adelar Heinsfeld, prof. Fernando Camargo, prof. Mario Maestri e o prof. Tau Golin, pelo conhecimento transmitido em suas disciplinas. Agradeço, em especial, ao prof. João Carlos Tedesco pelas críticas e sugestões no momento da qualificação.

Não poderia deixar de agradecer aos ex-professores do mestrado, prof. Astor Diehl e a prof<sup>a</sup>. Lia Colussi, que muito contribuíram para a definição do projeto de pesquisa.

Registro, também, meu agradecimento especial à professora Tânia Regina de Luca, pelo seminário ministrado sobre “História e Imprensa”, grande inspirador desta pesquisa.

À minha amiga Miriam Santim, que muito me ajudou nos primeiros passos da construção desta pesquisa, meu carinho especial.

Meu agradecimento também à amiga Ivanete Rigo, que esteve comigo na difícil tarefa de encontrar a fonte de pesquisa. À amiga Janaina Pizzoloto, meu carinho e agradecimento pela paciência em ouvir minhas angústias e ansiedades.

Não poderia esquecer de agradecer imensamente à congregação “Paulinas”, que, por intermédio da Ir. Ivonete Kurten disponibilizou a Revista “A Família Cristã”, fonte de minha pesquisa. A todas as Irmãs, muito obrigada pela solicitude.

Gostaria de agradecer aos colegas e amigos Cláudio Orço e Evaldo Cassol, companheiros das inúmeras viagens, em que, muitas vezes, discutimos e trocamos idéias. Muito obrigada pelas palavras de incentivo.

Ao meu filho Guilherme, quero desculpar-me pela ausência num momento tão importante de sua vida. Sei que deveria ter estado mais presente. Ao meu filho Murilo, obrigada pela paciência e o carinho nos momentos de angústia e incertezas. Amo muito vocês.

Para finalizar, agradeço ao meu esposo Marco Antônio, que muito colaborou para que este projeto de vida chegasse ao momento final. Sem o seu apoio emocional e financeiro, esta empreitada certamente não teria sucesso. Meu querido, amo muito você.

*“A história das lições na medida em que ensina a dúvida metódica, o rigor em que é a aprendizagem crítica da informação. É isto que me faz pensar que a história (o ensino da história, a sua prática, a leitura de obras históricas) é a escola dos cidadãos; que ela contribui para formar pessoas cujas opiniões sejam mais livres, que sejam capazes de submeter às informações com que são bombardeadas a uma análise lúcida, mais capazes de agir com conhecimento de causa, menos enredadas nas malhas de uma ideologia”.*

(DUBY, 1988)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as manifestações do anticomunismo católico, veiculadas especificamente na revista *A Família Cristã*, no período 1960-1964. Essa Revista passou a ser publicada no Brasil a partir de 1934, sob inspiração da Revista italiana *Famiglia Cristiana*, de onde vieram alguns artigos, traduzidos e adaptados para a realidade brasileira. A *Revista A Família Cristã* tinha como missão precípua a “evangelização através da imprensa”. Nesse sentido, era dirigida à família, notadamente à mulher, constituindo-se seu principal público leitor. A veiculação de conteúdos relacionados aos valores sociais e morais era freqüente na *Revista A Família Cristã* e consistia em modelos de comportamentos esperados e pautados em diretrizes e valores fornecidos doutrinariamente pela religião. Em um contexto histórico em que prevaleciam as diretrizes ideológicas da Guerra Fria, o periódico fazia um ataque contundente ao comunismo, visto que este, na visão da Revista, representava uma ameaça aos fundamentos básicos da religião. No contexto em análise, a ameaça comunista era algo presente no imaginário social e, por isso, as propostas de reformar o capitalismo, muitas vezes, soaram de modo radical. Contudo, a postura de combate à pobreza e de indignação ao sistema vigente, adotada pela Igreja católica, tinha como objetivo preservar a população da influência comunista. Para isso, exigiam-se importantes reformas sócio-econômicas. Assim, as reformas de base, propostas pelo governo Jango, foram amplamente apoiadas pela hierarquia católica, à frente da CNBB. Salienta-se, porém, que, no período abordado, a Igreja Católica não adotava uma postura coesa quanto à necessidade de reformas. Nesse período, destacaram-se três correntes no interior da Igreja: os tradicionalistas, os modernizadores conservadores e os reformistas. Acredita-se, pela análise das reportagens veiculadas pela *Revista A Família Cristã*, no período em questão, que seja possível enquadrá-la no grupo dos modernizadores-conservadores, que era a facção dominante na Igreja desde a década de 1950.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anticomunismo, Igreja Católica, *Revista A Família Cristã*.

## ABSTRACT

This study has as a main objective to analyze the manifestations of the catholic anticommunism, published principally in the Magazine *A Família Cristã*, in the period of 1960-1964. This Magazine began being published in Brazil since 1934, by the inspiration of the Italian Magazine *Famiglia Cristiana*, where some of the articles came from, and were translated and adapted to the Brazilian reality. The Magazine *A Família Cristã* had as principal mission the “evangelization through the media”. It was focused in the family, notably the woman, constituting in its principal reader. The publication of content related to the social and moral values was frequent in the Magazine *A Família Cristã* and constituted in behaviors patterns which were expected and lined in directresses and values offered doctrinally by the religion. In a historical context in which the cold war ideological directresses prevailed, the periodical magazine as an incisive attack to the communism, according to the magazine it represented a menace to the basic fundamentals of the religion. In the context in analysis, the communist menace was something present in the social imaginary and because of it the proposes of repairing the capitalism, many times, sound very radical. However, the positioning of combating the poverty and objection against the current system, adopted by the Catholic Church, had as objective to preserve the population of the communist influence. For that, they required important social economic repairs. This way the base repairs, proposed by the Jango government, were widely supported by the catholic hierarchy, at the CNBB. We observe however, that in the boarded period the Catholic Church didn’t adopt a coherent position toward the repairs needs. In this period, three branches of the church were more evident in the interior of the church: the traditionalists, the conservative modernizers and the modernizers. It’s believed by the analyses of the articles published by the Magazine *A Família Cristã*, in the discussed period, that it may be possible to include it in the group of the modernizers, which was the dominant faction in the church in the decade of 1950.

**KEYWORDS:** Anticommunism, Catholic Church, Magazine *A Família Cristã*.

## SIGLAS

|        |   |
|--------|---|
| ADP    | Ação Democrática Parlamentar                    |
| AP     | Ação Popular                                    |
| CAMDE  | Campanha da Mulher pela Democracia              |
| CELAM  | Conselho Episcopal Latino-Americano             |
| CGT    | Comando Geral dos Trabalhadores                 |
| CNBB   | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil       |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores         |
| ESG    | Escola Superior de Guerra                       |
| FPN    | Frente Parlamentar Nacional                     |
| JAC    | Juventude Agrária Católica                      |
| JEC    | Juventude Estudantil Católica                   |
| JIC    | Juventude Independente Católica                 |
| JOC    | Juventude Operária Católica                     |
| JUC    | Juventude Universitária Católica                |
| MAF    | Movimento de Arregimentação Feminino            |
| MEB    | Movimento de Educação de Base                   |
| MMM    | Movimento por um Mundo Melhor                   |
| LEC    | Liga Eleitoral Católica                         |
| OFM    | Ordem dos Frades Maiores                        |
| PCB    | Partido Comunista Brasileiro                    |
| PEI    | Política Externa Independente                   |
| PSD    | Partido Social Democrático                      |
| PTB    | Partido Trabalhista Brasileiro                  |
| PTN    | Partido Trabalhista Nacional                    |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste |
| TFP    | Tradição Família e Propriedade                  |
| UDN    | União Democrática Nacional                      |
| UNE    | União Nacional dos Estudantes                   |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO.....  | 9         |
| <b>1 COMUNISMO X CAPITALISMO: OS CAMINHOS DA IGREJA CATÓLICA<br/>NO BRASIL (1960-1964).....</b>                  | <b>22</b> |
| 1.1 A bipolarização mundial .....  | 22        |
| 1.2 O Brasil e o anticomunismo no pós-1945.....  | 24        |
| 1.3 A Igreja Católica no Brasil nos anos de 1945-1964.....   | 30        |
| 1.4 O movimento leigo .....  | 51        |
| <b>2 A DIFUSÃO DO DISCURSO ANTICOMUNISTA NAS PÁGINAS DA REVISTA<br/>"A FAMÍLIA CRISTÃ": (1960-1962).....</b>     | <b>57</b> |
| 2.1 Rainha do lar, esposa fiel: as mulheres como guardiãs do “ <i>status quo</i> ”<br>capitalista.....           | 60        |
| 2.2 Cuba, URSS, China: uma proximidade indesejada no olhar da Revista<br><i>A Família Cristã</i> .....           | 65        |
| 2.3 O inimigo provável: Jango e o discurso anticomunista na Revista <i>A Família Cristã</i><br>(1961-1962) ..... | 74        |
| <b>3 DERRUBANDO O "INIMIGO": O DISCURSO COMO ARMA LETAL EM<br/>UM CENÁRIO CONTURBADO (1963-1964).....</b>        | <b>87</b> |
| 3.1 A Igreja católica e a sindicalização rural.....  | 95        |
| 3.2 A Revista <i>A Família Cristã</i> frente aos conturbados anos de 1963-1964.....                              | 97        |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 115       |
| REFERÊNCIAS.....   | 119       |
| FONTES .....   | 123       |

## INTRODUÇÃO

O estudo de periódicos como jornais e revistas relacionados a instituições tem sido usado pela historiografia, no intuito de aproveitá-los como uma possibilidade de reconstrução de um determinado período histórico. De acordo com Corrêa:

O estudo de publicações e periódicos tem atraído a atenção de historiadores interessados no conhecimento e na avaliação da produção intelectual de determinados períodos de nossa história. Por suas características próprias, essas publicações sequenciais podem proporcionar ao estudioso as possibilidades de vislumbrar quais seriam os temas de interesse da época, a maneira como foram abordados, quem eram seus autores e quem eram seus leitores.<sup>1</sup>

A imprensa em geral constitui-se em uma fonte expressiva de pesquisa. Seu papel como força política é amplamente reconhecido, sendo capaz de exercer influência, expressar posicionamentos, ajudar a construir ou a consolidar opiniões, como já ocorreu em alguns momentos da história do Brasil, a exemplo da influência do papel do jornal “O Estado de São Paulo” na precipitação do golpe de 1964, bem como o papel desempenhado pela “Folha de São Paulo” no apressamento do fim do Regime Militar, particularmente no seu engajamento na campanha das diretas-já.<sup>2</sup>

Assim como os jornais, as revistas também se constituíram em amplas fontes de pesquisas para os historiadores. Fazem parte dos novos modelos, fora da historiografia tradicional, que irão proporcionar aos historiadores uma nova sustentação teórica sobre a relação estado-sociedade. De acordo com Botega:

Isso os levou ao encontro com o Weberianismo, com o estruturalismo e a descoberta de Foucault, permitindo a abertura para novas e variadas concepções a respeito de temas pouco frequentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas e as práticas discursivas.<sup>3</sup>

A diversificação das fontes proporcionou aos historiadores uma abordagem para além da temática dos novos objetos de estudo. Alterou-se o modo de inquirir os textos, que

---

<sup>1</sup> CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e antropologia no Brasil*, apud DE LUCA, Tânia Regina. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Prismas).

<sup>2</sup> A Imprensa e a História. Entrevista com Ruy Mesquita e Otávio Frias Filho. *Revista Lua Nova*, vol. 1, n. 2, jul/set. 1984, p. 27.

<sup>3</sup> BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Imprensa e história política: Gramsci como alternativa*. Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

passaram a interessar “menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam”<sup>4</sup>. De acordo com De Luca:

Essa perspectiva trouxe conseqüências profundas para a prática historiográfica. A legitimidade da produção dos historiadores – tanto quanto sua ausência – não pode mais ser assegurada pela natureza do corpo documental, que deixou de ser encarado como receptáculo portador de fatos, dados e idéias que pacientemente aguardavam o “resgate” por parte de eruditos aptos a reconhecer o valor do achado.<sup>5</sup>

Para De Luca, a análise do conteúdo desses novos objetos – no caso específico, os periódicos – perpassa, obrigatoriamente, pela consideração de outros aspectos importantes como as condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, as relações que manteve com o mercado, o público que visava a atingir, bem como os objetivos a que se propunha. Conforme De Luca:

Tais aspectos ajudam a compreender opções no que tange ao formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa, ausência/presença de material iconográfico – bem como suas formas de utilização, natureza e padrões estéticos – lugar ocupado pela publicidade, periodicidade e perenidade do periódico. Há que se considerar as significativas mudanças na estrutura interna das publicações, fruto da iteração entre técnicas de impressão disponíveis, valores e necessidades sociais.<sup>6</sup>

A importância da utilização da imprensa também está associada à melhor compreensão da estrutura histórica de uma sociedade. Segundo Lustosa:

Tanto no plano cultural, como no plano político e econômico, a Imprensa em geral e, particularmente, o periodismo exerceu e exerce larga influência em todas as formas de organização e da vida social nacionais. Justifica-se plenamente o esforço que se tem feito, em várias áreas e sob formas diversas, com pesquisas, estudos e ensaios em torno da imprensa, analisando-a em perspectivas as mais variadas.<sup>7</sup>

No aspecto religioso, a produção impressa contribui para consolidar a presença e a ação da Igreja sobre a sociedade brasileira. Lustosa destacou que:

---

<sup>4</sup> PROUST, Antonie. *Social e cultural indissociavelmente*, apud DE LUCA, Tania Regina de. *(Re)vistas do Brasil no decorrer do século XX*. Capítulo do livro *Imprensa, História e Literatura*, Fundação Casa de Rui Barbosa, no prelo.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>7</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Loyola, 1983. p. 7.

[...] a imprensa, sobretudo os periódicos, foi o canal privilegiado, utilizado bem ou mal pela hierarquia e pelos católicos, para defender a fé e os costumes, para reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e, em uma palavra, para informar e formar.<sup>8</sup>

Nessa perspectiva de novos objetos de análise, a imprensa de caráter confessional, especificamente a católica, não ficou à margem desse movimento de fundamentação, avaliação e interpretação históricas do periodismo. As publicações da intelectualidade católica transformaram-se em objeto de investigação para inúmeras áreas das ciências humanas. De acordo com Gonçalves:

A tarefa de reunir, comentar, criticar e publicar textos da *Intelligentsia* católica é imprescindível para apreensão dos nexos em que se organiza a relação entre imprensa católica e sociedade. De outro modo, no interior da relação, defendo a evolução do tema para abordagens mais sistemáticas, específicas, onde se recuperem em suas filigranas, as possibilidades de variações do pensamento de grupos de pressão católicos situados em diferentes lugares da imprensa.<sup>9</sup>

Os periódicos católicos, existentes em várias paróquias e dioceses do Brasil, legitimados e incentivados por diversas pastorais e bispos brasileiros, fazem parte de um projeto de auto-legitimação e tomada de posição da Igreja quanto à dimensão religiosa e política de sua atuação a partir da separação entre Igreja e Estado, em 1890. Para Gonçalves:

O investimento em possíveis áreas de construção de uma política autônoma e a conservação da hegemonia da Igreja católica eram manifestados na emblemática Pastoral coletiva dos Bispos do Brasil em 19 de março de 1890. Ali também foi exposta a condição de desenvolver e difundir a “boa imprensa”, como um meio de atalhar quanto possível “os estragos da imprensa ímpia”.<sup>10</sup>

A tendência da imprensa confessional, seja ela católica ou não, é definir-se pelo caráter religioso da mensagem e da instituição a cujo serviço se coloca, ou seja, periódicos a serviço de movimentos religiosos para a difusão e defesa da doutrina de cada crença, no caso desta pesquisa, a doutrina da Igreja Católica, difundida pela Revista *A Família Cristã*. De acordo com Lustosa:

<sup>8</sup> LUSTOSA, op. cit., p. 8.

<sup>9</sup> GONÇALVES, Marcos. *Fontes para a história da imprensa católica popular no Brasil: a Revista Ave Maria*. Artigo publicado na edição n. 15 de out. 2006, Revista Histórica. Disponível em: <<http://www.historia.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao15/materia03>> Acesso em: 18 abr. 2007.

<sup>10</sup> Idem.

[...] a expressão **Imprensa Católica** não se esgota no simples fato de jornais serem feitos por católicos, nem simplesmente de tratarem de temas sobre a doutrina e a vida da Igreja. Mas o que caracteriza é um modo e uma atitude específicos na concepção do periodismo, derivados de sua vinculação orgânica com a missão da Igreja, em cada época e em cada conjuntura do processo concreto vivido pela comunidade eclesial.<sup>11</sup>

Com base na afirmativa de Lustosa, é possível fazer algumas considerações acerca da imprensa confessional que, no caso deste estudo considera a imprensa católica.

Ao longo da trajetória da Igreja Católica no Brasil, vários foram os periódicos publicados que se transformaram em objeto de estudo para historiadores e cientistas sociais. Para exemplificar poder-se-ia citar: a Revista a Ordem, a Revista Ave Maria, a Revista A Família Cristã, entre outras.<sup>12</sup> Esta pesquisa se aterá à Revista *A Família Cristã*, objeto deste estudo, que pode se enquadrada no projeto de expansão da Imprensa Católica.

As Filhas de São Paulo, congregação religiosa mais conhecida como “Paulinas”, tiveram origem na Itália, no ano de 1915, sob a orientação do Pe. Thiago Alberione e da Irmã Tecla. De lá, difundiu-se para outros continentes. A Congregação originou-se com o propósito de “evangelizar através da imprensa”. A partir de 1926, transferiu-se da cidade de Alba para Roma e várias outras cidades italianas, com o intuito de abrir livrarias e difundir livros em domicílio. O nome “Paulinas” foi escolhido em homenagem ao Apóstolo Paulo que teria servido de inspirador da vida e missão da Congregação em todos os continentes.<sup>13</sup>

Em 1931, a congregação chegou ao continente americano, estabelecendo-se em vários países como Argentina, Estados Unidos e Brasil. As precursoras das Paulinas no Brasil foram as Irmãs Dolores Baldi e Stefânia Cillário que, a partir da ordem do Pe. Alberione, deveriam adquirir no país uma tipografia e iniciar a redação e a edição periódica de um folheto e, em 8 de dezembro de 1934, passaram a publicar mensalmente o periódico “*A Família Cristã*”, como foi chamado.<sup>14</sup>

Veículo de comunicação de valores, crenças e costumes, a Revista circula desde 1934 até os dias atuais. De acordo com Prandi:

<sup>11</sup> LUSTOSA, op. cit., p. 29.

<sup>12</sup> Ver: VELOSO, Mônica Pimenta. “A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica”; GONÇALVES, Marcos. Fontes para a história da Imprensa católica popular no Brasil: A Revista Ave Maria; PUNTEL, Joana T. A Revista “A Família Cristã e as classes subalternas”.

<sup>13</sup> Disponível em: < <http://www.paulinas.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2007.

<sup>14</sup> A partir dos anos de 1980, o artigo “A” deixou de compor o nome da revista, que passou a se chamar Revista Família Cristã.

A FAMÍLIA CRISTÃ é distribuída na capital e no interior junto aos seus assinantes. A propaganda e coleta de assinaturas é realizada por irmãs da congregação, através de visitas domiciliares, com especial atenção às áreas urbanas. Como produto de consumo, a assinatura da revista pressupõe, por parte de seus assinantes, a existência de um certo nível de poder aquisitivo, daí se encontrarem praticamente excluídas as populações de baixa renda. A revista é oferecida, sobretudo, como instrumento de aconselhamento espiritual, informações sobre a vida religiosa brasileira e divulgação da doutrina católica.<sup>15</sup>

Pautando-se nas primeiras informações coletadas sobre a Revista *A Família Cristã*, é possível inferir que essa Revista enquadra-se na definição de jornalismo, atribuída ao teórico alemão Otto Groth. Segundo o autor, “para conservar o caráter científico o jornalismo deve possuir como parâmetro: a atualidade, a periodicidade, a universalidade e a difusão”<sup>16</sup>. Nesta análise, A Revista *A Família Cristã* apresenta as características jornalísticas, citadas pelo autor.

Para Otto Groth, a atualidade está relacionada com o cotidiano, com o que está acontecendo no momento, e o jornalismo procura extrair o que há de importante, mesmo que o acontecimento seja efêmero. Sobre a periodicidade, o autor destaca que ela apresenta-se ligada à atualidade e possui uma “aparição regular oportuna”, o que lhe dá uma conotação de “tempo” e não de “repetição”.<sup>17</sup>

Já a universalidade, segundo Otto Groth, busca envolver todo o universo e que “o jornal e revista enfocam somente o que pertence aos mundos presentes dos seus leitores e o que interessa a eles, o que lhes agrada”<sup>18</sup>. A última característica apontada por Otto Groth, referente ao jornalismo, “é a difusão coletiva, que vê no jornalismo a função de um instrumento público que está ao alcance de todos”, que é feito através dos veículos de difusão, aqui citados pelo autor: “imprensa, rádio, televisão, cinema – cuja utilização pode ser efetuada por qualquer indivíduo”.<sup>19</sup>

Cabe ainda destacar que a Revista *A Família Cristã*, como todas as instituições jornalísticas, efetua a seleção dos fatos a serem publicados e, de acordo com Joana Puntel, essa seleção ocorre “em função da estrutura ideológica da empresa, que se propõem um serviço de evangelização”<sup>20</sup>, através da imprensa.

Inicialmente, a Revista *A Família Cristã* estava mais voltada para os aspectos da

<sup>15</sup> PRANDI, José Reginaldo. *Catolicismo e família: Transformação de uma ideologia*. São Paulo: CEBRAP, 1975. p. 12.

<sup>16</sup> PUNTEL, Joana T. *A Revista “Família Cristã” e as classes subalternas*. São Bernardo do Campo, SP: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986. p. 95.

<sup>17</sup> PUNTEL, op. cit., p. 96.

<sup>18</sup> PUNTEL, op. cit., p. 96.

<sup>19</sup> PUNTEL, op. cit., p. 96.

<sup>20</sup> PUNTEL, op. cit., p. 189.

formação familiar. Dirigia-se, de modo especial, às mães e às moças, atribuindo-lhes a responsabilidade pela integridade e bem-estar da família. Na edição de número zero, de oito de dezembro de 1934, as palavras de apresentação foram escritas pela Irmã Stefânia Cillario, uma das fundadoras da congregação Paulinas:

- Para que um novo periódico?

- Não há já demais?

- Sim, há muitos, mas nem todos são bons, e é por isso que a Pia Sociedade Filhas de São Paulo ideou esse jornalzinho, para que leve a voz do Divino Mestre às nossas famílias Brasileiras. Não achareis nele erudição, nem elegância de veste tipográfica, mas uma boa palavra para o bem de vossas almas, instruções para o desembaraço das vossas ocupações diárias, contos e lendas instrutivas, morais e interessantes, desenhos de bordados, noções sobre os principais acontecimentos do dia, etc. [...].

Dirige-se de modo especial às Mães e às moças, porque a mulher é a dona da casa: a paz e o bem estar da família dependem muitas vezes do procedimento da mulher [...]<sup>21</sup>.

Em 1936, a Revista chegava às casas de 4 mil famílias. Era composta de artigos, notas, parábolas e informações sobre religião e eventos, festas e comemorações do calendário litúrgico, história da Bíblia e vida de santos; consultas de leitores e respostas da redação; seções de conselhos práticos relativos à vida cotidiana e doméstica da mulher; seções de humor, charadas e curiosidades, imprensa e sugestões de leituras.<sup>22</sup>

No ano de 1959, a Revista *A Família Cristã* comemorou suas bodas de prata. Naquele momento, a tiragem da Revista era de 120.000 exemplares e, em virtude da comemoração, a redação da Revista decidiu aumentar de 20 para 28 páginas, possibilitando, dessa forma, a inserção de novos artigos, que há muito, segundo a redação, vinham sendo solicitados pelos leitores. No entanto, o aumento do número de páginas fez com que o valor da assinatura mensal também aumentasse. Passou de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 80,00, o que, segundo palavras da redação, causava-lhes grande constrangimento.<sup>23</sup> Solicitavam a compreensão dos leitores e faziam um apelo para que continuassem renovando suas assinaturas e, ao mesmo tempo, indicassem uma nova:

<sup>21</sup> VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. *Imprensa e educação católicas na formação do público leitor feminino (1920/1950)*. São Paulo: PUCSP, 1981, p. 156. (Projeto História)

<sup>22</sup> Todas as citações retiradas da Revista *A Família Cristã* passaram por uma atualização ortográfica.

<sup>23</sup> A REDAÇÃO. Prezados assinantes. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIV, p. 3, out. 1958.

Confiando na amizade que une a todos os amigos de A Família Cristã mais uma coisa vos pedimos: ajudai-nos! Não exigimos uma colaboração extraordinária, mas unicamente convidamos a cada um, para que ofereça à sua Revista, por ocasião de seus 25 anos, uma nova assinatura. Subiria repentinamente a 240,000 o número dos assinantes vindo a constituir um exército compacto na luta contra a má leitura.<sup>24</sup>

Até aquele momento, a Revista era elaborada segundo inspiração da Revista italiana “*Famiglia Cristiana*”, que enviava até as capas em fotolitos para o Brasil. A partir de 1959, a revista assumiu um novo formato, contendo 28 páginas. Em 1962, a Revista atingiu uma tiragem de 130 mil exemplares e, em 1978, atingia a casa dos 205 mil exemplares. Conforme informação contida na publicação de outubro de 1958, a Revista “*A Família Cristã*” era publicada em 13 países e ultrapassava um milhão de assinaturas.

Sobre a imprensa, a Revista *A Família Cristã* costumava fazer críticas à leitura de jornais, revistas e até mesmo de algumas obras literárias, sob a alegação de que poderiam causar danos à formação moral, principalmente das crianças e dos jovens. “Mães, cuidado!...”. Esse foi o alerta encontrado na Revista *A Família Cristã* de julho e agosto de 1947, advertindo sobre as más leituras.

Muitas vezes a criança ainda imberbe, aprende, por meio do jornal ou do livro, o que lhe cumpriria ignorar.  
Acha o veneno ora nas ruas, ora no caminho da escola, ora dirigindo-se ao lar, ora no próprio lar.  
Assim, vai chegando em casa com o vício por companheiro, aprendendo dele, mudamente, os maus costumes, as palavras obscenas, e preparando-se para trilhar a senda do vício, que conduz à perdição.  
Que cuidado devem empregar os pais de família e os mestres para evitar que, nas almas dos jovens, se destile maldade! Feliz do adolescente, que tem por amigo, a servir-lhe de guia, o livro instrutivo e moral, a lembrar-lhe Deus, a virtude e a ciência!  
Nunca deve um jovem ler um livro antes de submetê-lo à apreciação de seus pais e mestres! Para as meninas, a recomendação ainda é mais necessária, por causa da atividade de sua imaginação.<sup>25</sup>

Também encontra-se, na edição de Janeiro de 1961, entre a propaganda do lançamento de três novos livros das edições Paulinas, a divulgação do livro: “*A literatura infantil de Monteiro Lobato ou Comunismo para crianças*”. Dizia a propaganda:

<sup>24</sup> A REDAÇÃO. Prezados assinantes. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIV, p. 3, out. 1958.

<sup>25</sup> MÃES, CUIDADO!... *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XIII, n. 7-8, jul./ago. 1947, p. 107.

\* Nesta mesma página, 107, destaca-se um lembrete onde os organizadores da Revista *A Família Cristã* pedem desculpas por não terem publicado a edição de julho, em virtude da escassez de papel.

É uma crítica serena e segura, total e minuciosa da Literatura de Monteiro Lobato. Como apóstolo da verdade, Mons. Sales Brasil, alerta a consciência dos pais e educadores pondo-lhes uma visão clara o veneno materialista-comunista que distila de cada obra do grande escritor brasileiro, geralmente encobertas com a magia de um estilo atraente e encantador.<sup>26</sup>

Além da indicação de livros, era comum a Igreja Católica, por intermédio da Revista *A Família Cristã* sugerir padrões de comportamento, principalmente às mulheres.

A veiculação de conteúdos relacionados aos valores sociais e morais era freqüente na Revista *A Família Cristã*, principalmente nos seus primeiros anos de circulação. Consistiam em modelos de comportamentos esperados e pautados em diretrizes e valores fornecidos doutrinariamente pela religião.

Nesse sentido, as mulheres constituíram-se em seu público alvo. Tiveram um espaço considerável nessa Revista, do seu início até o período analisado, principalmente no que foi dirigido a elas, em forma de conselhos, dicas de comportamento, de higiene pessoal, de beleza, sugestões de como se vestir, atender ao telefone, comportar-se em público, como sorrir, como ser boa mãe, boa esposa e, até mesmo, alguma profissões cabíveis às mulheres brasileiras, sob a ótica da Igreja Católica, entre os anos 1960-1964.

Sob o título de “*Cigarra e Formiga*”, na edição de julho e agosto de 1947, a Revista *A Família Cristã* ensina como as mulheres devem se comportar diante de seus esposos para que possam ser as esposas desejadas pelos seus maridos. De acordo com a reportagem:

Para ser esposa sábia, precisa ser um pouco formiga e um pouco cigarra. Precisa antes de tudo saber cuidar da casa, ou pelo menos dirigi-la; saber viver entre as paredes domésticas como num pequeno reino, que a mulher sábia torna cada vez mais belo e atraente para que sirva de descanso e consolação ao marido [...] Guarda para si todas as pequenas preocupações para que o marido cansado e enjoado, não se sinta forçado a sair de casa para encontrar-se com quem possa discorrer sobre política ou esporte, música ou literatura em tom alegre... e, então a sua felicidade correria sério perigo. Perigo facilmente evitável se a formiga souber arranjar por alguns minutos umas conversas alegres e serenas e até contagiosas, desanuviando a frente do marido que volta ao lar cansado pelas preocupações da vida.<sup>27</sup>

Reforçando o ideal de mulher virtuosa, desejado e difundido pela Igreja Católica, encontra-se, na edição de junho de 1937, um artigo dirigido às mães, sob o título “*A paz no lar*”, nos seguintes termos:

<sup>26</sup> 3 GRANDES Lançamentos das Edições Paulinas. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 31, jan. 1961.

<sup>27</sup> CIGARRA e formiga. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XIII. p. 8, jul./ago. 1947.

Ao esposo que vem fatigado, após afanoso trabalho, ou desiludido dos negócios utilitários, é caridade não revelar os momentos menos agradáveis das lutas caseiras. Reservai para vós todas as insignificantes questões que poderiam acarretar mau humor e desprazeres. Ao envez é caridade revelar-lhe com carinho as alegrias do dia, as consolações que provem da correspondência do amparo dos filhos, e indagar com graça e interesse os desassossegos, procurando confortá-lo com vosso amor e dedicação [...]

[...] Até a mulher não compreender a sua missão de APÓSTOLA no lar, nunca se poderá gozar daquela paz tão íntima e admirável em muitos lares cristãos.

A mulher deve ser apóstola para com seus esposos e filhos, inculcando em suas almas os sentimentos de amor e temor de Deus, sustentando-os em suas lutas, confortando-os nas adversidades.<sup>28</sup>

Uma das características de apresentação da Revista *A Família Cristã* é a sua divisão em colunas, dentre as quais, ao longo do período pesquisado, 1960-1964, pode-se destacar: O Mestre Ensina, Confie-me Seu Problema, Panoramas Mundiais, A Mulher e o Lar, Contos, Entrevistas, Carta do Mês, entre outras. Cabe destacar que a diagramação das colunas não seguia um padrão de publicação. Às vezes continha sumário nas primeiras páginas, outras vezes nas páginas finais e, em muitas publicações, o sumário não foi encontrado. Além disso, muitas reportagens, extensas ou não, costumavam iniciar em determinada página e terminar duas ou três páginas depois, o que leva a inferir certo desinteresse do leitor pelo término da leitura de determinado artigo.

Quanto ao aspecto publicitário, relacionado ao espaço pago na Revista *A Família Cristã*, pode-se afirmar que, no período analisado, 1960-1964, não se encontra esse tipo de publicidade. De acordo com Puntel, um dos itens apontados para a inexistência de propaganda na Revista era o fato de ela ser uma publicação religiosa. Segundo Puntel:

[...] Por ser ligada a uma entidade religiosa, a revista não se projetou como “Veja”, “Isto é”. A FC buscou se projetar pela verdade; e como tal atitude é algo difícil, também a revista ficou com a imagem de um veículo ligado à religião até um pouco fechada a determinados acontecimentos, o que dificultou o aspecto publicitário.<sup>29</sup>

Ainda para a mesma autora, o fato de a Revista *A Família Cristã* ter nascido dentro de uma Congregação e esta ter usado novos meios de comunicação de massa para a evangelização acarretou certo desconforto com relação ao comércio e com o manuseio do dinheiro. As Irmãs foram taxadas de vendedoras, comerciantes, o que lhes causava constrangimento. Segundo Puntel, as Irmãs passaram a se defender desse rótulo e uma das formas seria evitar a inserção de propaganda paga na Revista, já que se apresentava como

<sup>28</sup> A PAZ no lar. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XIII, jul./ago. 1947, p. 10.

<sup>29</sup> PUNTEL, op. cit., p. 35.

algo lucrativo.

Outra explicação para a rejeição pelo comércio de propaganda, levantada por Puntel, seria a de que a Igreja vivia dentro de um dualismo acentuado, em que tudo se avaliava em base à oposição: sacro e profano; Igreja e mundo; Espiritual e material. E, de acordo com as categorias apontadas, a publicidade enquadrava-se no profano, no material. Daí a dificuldade de inserir esse profano numa Revista que se propunha a “evangelizar”, que se propunha ao espiritual.<sup>30</sup>

Outro aspecto importante a ser observado com relação desta pesquisa é que há a presença da opinião juntamente com a informação, como se pode observar na reportagem de abril de 1963, intitulada: “Não viu ninguém sorrir em Moscou”. De acordo com a reportagem:

De regresso da Rússia, o professor Armando Lenga, odontólogo confirmou que há racionamento de gêneros alimentícios em Moscou e que os brasileiros lá residentes estão passando privações, ansiosos por voltar ao Brasil. Vigora lá o anti-semitismo; não há igrejas nem sinagogas para visitar-se; na Exposição de Astronáutica há galerias com esfinges de oficiais mortos, só não se esclarece se morreram em experiências espaciais; o comércio funciona aos domingos até oito horas da noite, turista não pode visitar sozinho edifícios públicos e pontes; é comum ver mulheres nas ruas com britadeiras. “Em Moscou, não vi ninguém sorrir, disse”.<sup>31</sup>

Considerando-se o texto em questão, e o caráter coletivo da Revista *A Família Cristã*, pode-se conjecturar que, as mensagens jornalísticas expressas na Revista ao longo do período estudado, poderiam ter influenciado na sociedade. A esse respeito, Puntel escreveu:

No caso de FC, entendemos que a expressão da opinião é compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico que toma forma através da seleção dos acontecimentos observados no organismo social, atendendo as características do atual, e que se materializa através da filtragem que sofrem no processo de difusão, seja através da omissão, seja através da projeção ou redução que experimentam na emissão.<sup>32</sup>

A aceleração da modernidade e o avanço da urbanização ocorridos na segunda metade do século XX no Brasil ocasionaram profundas alterações, tanto na estrutura econômica como na estrutura social brasileira. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas

<sup>30</sup> PUNTEL, op. cit., p. 38.

<sup>31</sup> NÃO VIU ninguém sorrir em Moscou. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 25, abr. 1963.

<sup>32</sup> PUNTEL, op. cit., p. 203.

pelo crescimento industrial que levou a um considerável aumento da população urbana no país.

Envolto em um cenário mundial caracterizado pela Guerra Fria e por um ambiente interno bastante conturbado politicamente, os primeiros anos da década de 1960 no Brasil induzem às mais diversas indagações. Esse período de grande turbulência política foi marcado pela renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, pela tentativa de impedir a posse do então vice-presidente João Goulart, que só foi possível mediante decreto que instituiu o parlamentarismo no Brasil, limitando os poderes do presidente e o mais destacado acontecimento do período, o golpe militar de abril de 1964, que teve como objetivo a derrubada do então presidente da república João Goulart, o qual havia conseguido retomar os poderes do executivo diminuídos desde a implantação do parlamentarismo.

Nesse contexto, exercendo forte influência na sociedade, encontrava-se a Igreja Católica, instituição esta que, apesar de não ser homogênea quanto às idéias, era fortemente comandada pela hierarquia no sentido de preservação da ordem moral, pelo respeito às autoridades constituídas e pelos valores religiosos católicos.

Com o acirramento político entre as duas grandes potências mundiais e a radicalização da Revolução Cubana na América Latina em 1961, a Igreja Católica aliada aos setores conservadores da sociedade brasileira, intensificou a luta contra o seu “inimigo” histórico: o comunismo.

Para isso, utilizaram-se de diversos mecanismos, dentre os quais destaca-se a imprensa confessional que, segundo Gonçalves, além de ser portadora da mensagem cristã, também se constituiu num dos mecanismos de propaganda utilizado para garantir a visibilidade da Igreja Católica no mundo social. A influência da imprensa confessional é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes, e que o coeficiente de difusão é elevado.<sup>33</sup>

Desse modo, o papel desempenhado pelo catolicismo, bem como os diversos mecanismos utilizados por ele, tem sido alvo de um grande número de estudos e investigações em razão da posição estratégica que a Igreja Católica ocupou na sociedade brasileira, nos diferentes momentos da história.

A aproximação dos políticos brasileiros com o bloco comunista, na década de 1960, só fez aumentar a luta contra o comunismo. E, como se sabe, o discurso é instrumento com

---

<sup>33</sup> GONÇALVES, op. cit.

capacidade de induzir as pessoas a incorporar determinados valores. Desse modo, propõe-se a demonstrar, através da análise das mensagens contidas no mensário *A Família Cristã*, nos primeiros anos da década de 1960 o discurso anticomunista veiculado pela Revista, sendo que este foi um dos argumentos fortes para a derrubada do presidente João Goulart, em março de 1964.

O interesse não é mostrar como repercutira no público leitor esse tipo de mensagem mas sim mostrar a evolução político-ideológica de um periódico que tinha como princípio básico o “Apostolado através da Imprensa”. Além disso, objetivou-se com esta pesquisa, demonstrar a variação do pensamento de grupos de pressão no seio da igreja Católica, que se manifestavam através da Revista *A Família Cristã*.

É também importante destacar que esta pesquisa abrange as relações políticas entre Igreja e Estado nos anos de 1960 a 1964, dando ênfase ao discurso político veiculado pela Revista *A Família Cristã* que, no período em questão, difundiu o discurso político das principais correntes dissonantes dentro da Igreja Católica.

Nesse sentido, também é conveniente destacar que a Revista *A Família Cristã* foi influenciada pelo discurso da Igreja Católica norte-americano. Corroborando esta afirmativa, no segundo capítulo transcreve-se algumas reportagens publicadas na Revista *A Família Cristã*, com ênfase no anticomunismo, escritas pelo bispo auxiliar de New York, Fulton Scheen.

A opção por estudar a Revista *A Família Cristã* nos primeiros anos da década de 1960, mais precisamente (1960-1964), está relacionada com a efervescência política do período. Assim como hoje, também naquele período a Revista *A Família Cristã* circulava mensalmente. A interpretação e análise da escrita e das representações expressas na Revista objetivam uma análise do momento histórico através da imprensa confessional.

Desse modo, embora as razões metodológicas requeiram um estudo da história da Igreja Católica no Brasil, fundamentado em vários autores como Mainwaring, Beozzo, Pierucci, Richard, entre outros, o objeto deste estudo é a Revista *A Família Cristã*, no período em questão.

Assim, a problemática que norteia esta dissertação coloca-se na perspectiva de compreender e/ou perceber como então, um mensário religioso, dirigido, em sua essência, para as mulheres, moças, mães, em meio a suas mensagens de cunho orientador de como se portar, como sorrir, como preparar alimentos, dicas de como se vestir, esperar o esposo, educar os filhos, posicionou-se diante de um momento histórico em que o país respirava política por todos os lados, assombrado pelo “perigo comunista”, que se intensificou a

partir da segunda guerra mundial, sob o codinome Guerra Fria.

Levando em conta o objetivo e o marco teórico proposto, esta dissertação está disposta em três capítulos. No primeiro capítulo far-se-á uma abordagem sobre a polarização mundial e o acirramento do conflito ideológico entre comunistas e capitalistas, sob a liderança da União Soviética e Estados Unidos, respectivamente, a partir da segunda guerra mundial. Nesse contexto, destacar-se-á o posicionamento do Brasil no embate ideológico bem como a trajetória da Igreja Católica no Brasil, entre os anos de 1945 a 1964, período em que as correntes dissonantes no interior da Igreja Católica tornaram-se mais proeminentes.

O segundo capítulo consiste em uma análise direta do discurso anticomunista difundido na revista católica *A Família Cristã*, vinculado ao contexto político entre os anos de 1960 e 1964, período este em que se intensificou, no Brasil, o combate ao comunismo, decorrente das políticas adotadas pelos presidentes Jânio Quadros e João Goulart e, agravadas pela guerra fria no cenário internacional, mais especificamente na América Latina, a partir da revolução cubana em 1959. Neste capítulo consideram-se, também, as representações anticomunistas na revista *A Família Cristã* entre os anos de 1960 e 1962.

Como o objeto de estudo é a *Revista A Família Cristã*, no terceiro capítulo, continuou-se a relacionar o discurso veiculado pela Revista juntamente com os principais acontecimentos políticos do governo de João Goulart, entre os anos de 1963 e 1964, período este em que se estruturou o golpe militar de abril de 1964.

# **1 COMUNISMO X CAPITALISMO: OS CAMINHOS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: 1960-1964**

O propósito deste capítulo é discutir o posicionamento da Igreja Católica frente ao comunismo, entre os anos de 1960 a 1964. Assim, para a melhor compreensão, far-se-á uma breve abordagem sobre a disputa ideológica entre capitalistas e comunistas a partir da segunda guerra mundial bem como as diferentes posições existentes no interior da Igreja Católica nesse mesmo período.

## **1.1 A bipolarização mundial**

Na década de 1960, em pleno acirramento da Guerra Fria, o Brasil e os demais países da América Latina transformaram-se em palco de disputa das correntes ideológicas divergentes lideradas pelas duas grandes potências que emergiram com o fim da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos (capitalista) e a União Soviética (comunista). A corrida armamentista e a disputa por áreas de influência política e econômica alimentavam as divergências entre as duas grandes potências.

Após uma divisão desigual do mundo entre os Estados Unidos e a União Soviética, através de acordos estabelecidos no pós-1945, o cenário internacional foi atormentado, durante aproximadamente quarenta anos, pela iminente batalha nuclear que poderia estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. Esse confronto indireto foi intensificado por momentos de grande tensão que se estabeleceram ao longo desse período.

Para Hobsbawm, a retórica apocalíptica de ambos os lados, porém mais intensa por parte dos Estados Unidos, sempre foi muito superior aos conflitos reais. Em termos concretos, havia entre as duas potências uma mútua aceitação da distribuição global de forças. No entanto, de acordo com o autor, houve momentos explosivos, como em 1947, quando do anúncio da Doutrina Truman; em 1949, quando os comunistas assumiram o poder na China; e, no mesmo ano, em que a URSS adquiriu a bomba atômica. Esses momentos foram assim descritos por Hobsbawm:

Provavelmente o período mais explosivo foi aquele entre a enunciação formal da Doutrina Truman, em março de 1947 (“creio que a política dos Estados Unidos deve ser de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por maiorias armadas ou por pressões de fora”), e abril de 1951, quando o mesmo presidente americano demitiu o general Douglas MacArthur, comandantes das forças americanas na guerra da Coreia, que levou sua ambição militar longe demais. Esse foi o período em que o medo americano de uma desintegração social ou revolução social nas partes não soviéticas da Eurásia não era de todo fantástico – afinal, em 1949 os comunistas assumiram o poder na China.<sup>34</sup>

Considerando o confronto nuclear um tanto devastador para ambos os lados, os anos de um iminente confronto armado entre as duas grandes potências mundiais fundamentou-se na preocupação norte-americana em conter o avanço da ideologia comunista defendida pela União Soviética. Os Estados Unidos temiam que os países beligerantes, destruídos pela guerra e com uma população fragilizada, estivessem vulneráveis e propensos a ouvir os apelos da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio, defendida pelos Estados Unidos, na qual a maioria dos americanos acreditavam ser o modelo ideal para o mundo.

O fato de o Exército Vermelho, comandado por Stálin, ter sido de grande importância para a derrota de Hitler, deu à URSS uma condição moral substantiva, o que poderia levar a crer que o comunismo seria o sistema ideal e não o capitalismo democrático defendido pelos Estados Unidos, o que seria perfeitamente possível, pois, de acordo com Gaddis:

A União Soviética contou com vantagens, a despeito das imensas perdas. Sendo parte da Europa, suas forças militares não se retirariam da Europa. Sua economia dirigida mostrava-se capaz de manter o pleno emprego, enquanto as democracias capitalistas, nos anos anteriores à guerra, tinham fracassado nesse intento. Sua ideologia gozava de amplo respeito na Europa, pois lá os comunistas tinham comandado a maior parte da resistência dos alemães.<sup>35</sup>

Assim, em 1945, seria tão fácil acreditar que a onda do futuro era o comunismo autoritário quanto crer que era o capitalismo democrático. Para os Estados Unidos, o comunismo tornava a URSS mais perigosa, preocupavam-se com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética. Por outro lado, Moscou se preocupava com a hegemonia dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exército Vermelho. Desse modo, teve início uma política de intransigência mútua, que desencadeou

<sup>34</sup> HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 226.

<sup>35</sup> GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 9.

um enfrentamento no campo ideológico, fazendo com que as partes, EUA e URSS, adotassem uma política de demonização dos sistemas vigentes. Embora a URSS demonizasse o sistema capitalista, a demonização do sistema comunista pelos EUA era muito maior. Um anticomunismo apocalíptico seria duplamente vantajoso para os norte-americanos. Além de preservar o capitalismo, garantiria os votos no Congresso, o que era dispensável à URSS, pois o sistema comunista não previa eleições presidenciais e parlamentares. Segundo Hobsbawm:

[...] um anticomunismo apocalíptico era útil, e, portanto, tentador, mesmo para políticos não de todo convencidos de sua própria retórica ou do tipo do secretário de Estado da marinha do presidente Truman, James Forrestal (1882-1949), clinicamente louco o bastante para suicidar-se porque via a chegada dos russos de sua janela no hospital. Um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para governos americanos, que haviam concluído, corretamente, que seu país agora era uma potência mundial... E o anticomunismo era genuína e viceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos (“americanismo”) que podiam na prática conceituar-se como o pólo oposto ao comunismo.<sup>36</sup>

Como se viu, a Guerra Fria polarizou o mundo em dois campos ideológicos: em regimes pró-comunistas e anticomunistas. As duas superpotências empenhavam todos os seus recursos no sentido de polarização das contradições existentes em escala mundial, em torno de seus interesses universalistas e expansionistas. Os países associados aos EUA defendiam a livre iniciativa, os valores liberais do Ocidente e da civilização cristã; os aliados da URSS enfatizavam a justiça, o progresso, a libertação nacional, as reformas e a revolução social. Não obstante, os Estados Unidos e a União Soviética usavam a democracia como bandeira ideológica. De acordo com Reis:

Ambos os lados [capitalismo e socialismo] defendiam a democracia, acusando-se reciprocamente por desprezá-la, mas em toda parte tinham com este regime uma relação meramente instrumental, não se furtando a pisotear alegremente os valores e as instituições democráticas sempre que isto lhes parecesse importante para fazer avançar seus interesses imediatos e ao alcance de seu poder.<sup>37</sup>

## 1.2 O Brasil e o anticomunismo no pós-1945

Entre 1945-1964, o Brasil esteve sob o comando de governos democráticos.

<sup>36</sup> HOBBSAWM, op. cit., p. 232.

<sup>37</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois* (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004. p. 33.

Segundo Vizentini, esse período caracterizou-se pela disputa entre dois projetos políticos permeados por avanços e retrocessos. No primeiro grupo, estavam os nacionalistas, que buscavam uma certa autonomia frente aos EUA para impulsionar o projeto de desenvolvimento industrial, calcado numa perspectiva de reforma social. No segundo grupo, estavam os “entreguistas”<sup>38</sup> (assim chamados pelos nacionalistas, porque desejavam entregar o país aos Yankees), que se apoiavam nas fronteiras ideológicas da Escola Superior de Guerra (ESG) e no liberalismo econômico defendido pelos EUA. A ESG defendia para o país um projeto econômico de capitalismo associado ao bloco internacional, nos quadros de uma Doutrina Interamericana de segurança anticomunista. Conforme Vizentini:

O Brasil de Dutra julgava-se um aliado privilegiado dos EUA, acima do perfil de relacinamento internacional. Em função do ativo apoio a Washington durante a Segunda Guerra Mundial e do alinhamento automático na Guerra Fria, os grupos conservadores brasileiros então no poder esperavam manter relações especiais com o governo norte-americano. Tal visão calcava-se nos pressupostos ideológicos da escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, tendo como modelo o National War College dos EUA.<sup>39</sup>

Com a Guerra Fria, iniciou-se um período de perseguição aos comunistas, tanto nos Estados Unidos como nos países aliados a eles. No Brasil não foi diferente. O governo Dutra rompeu relações com a URSS e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi colocado na ilegalidade. Eram acusados de serem dirigidos por uma potência estrangeira e de pretenderem destruir a civilização Ocidental cristã. De acordo com Segato, os comunistas eram:

[...] tachados de “teleguiados de Moscou”, “espiões soviéticos”, “instigadores da luta de classes”, e “fomentadores de um ambiente de caos e desordem”. Sob a inspiração da “guerra fria”, é desencadeada violenta perseguição aos comunistas: em maio o PCB tem seu registro cassado e é posto na ilegalidade. E mais: a Juventude Comunista tem seu funcionamento suspenso, as sedes do PCB são fechadas e seus arquivos e fichários apreendidos.<sup>40</sup>

A ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética, em 1947, a crescente

<sup>38</sup> Entreguismo, termo utilizado de forma pejorativa para designar a corrente que defendia um modelo de desenvolvimento para o Brasil baseado na participação do capital internacional e na “entrega” da exploração das riquezas naturais a grupos estrangeiros. (ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Vol. II).

<sup>39</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 3. p. 199.

<sup>40</sup> SEGATO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 3. p. 223.

repressão ao movimento operário e a ilegalidade imposta ao Partido Comunista Brasileiro faziam parte de um projeto político mais ambicioso, cuidadosamente preparado pelo governo Dutra. Para Vizentini:

Essa política anticomunista de Dutra não se devia apenas às concepções ideológicas e demandas sociais do Governo. Seu caráter um tanto exagerado vinculava-se à necessidade de evidenciar perante os EUA o engajamento do país na luta contra a subversão esquerdista.<sup>41</sup>

Apesar do completo alinhamento com os EUA, o Brasil não obteve grande retribuição por isso, causando uma certa decepção nos meios nacionais.

O governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o desenvolvimentismo associado de Juscelino Kubitschek e a política externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, apesar das peculiaridades de cada contexto histórico, apresentavam traços em comum e uma certa continuidade. A política externa desses três períodos apresentou um aprofundamento contínuo, que atingiu seu ápice com a Política Externa Independente implementada por Jânio e continuada por João Goulart em 1963. De acordo com Vizentini, embora essa política econômica tenha sido apresentada inicialmente como uma tentativa de realizar uma diplomacia mais autônoma frente aos EUA após as decepções geradas durante o governo Dutra, essa linha política teve raízes entre 1930 e 1945, quando Vargas já havia procurado transformar a política exterior num instrumento de apoio ao desenvolvimento da economia. Contudo, segundo o autor:

A situação na década de 1950 era diferente. O crescimento econômico e a progressiva afirmação de um novo perfil sócio-político da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior. O período abria-se com incremento da urbanização e industrialização, a afirmação de uma burguesia industrial, de segmentos médios e urbanos, de uma jovem classe operária e de outros trabalhadores urbanos e rurais.<sup>42</sup>

A modernidade capitalista intensificou-se a partir da segunda metade do século XX. Caracterizou-se por uma crescente industrialização e urbanização, avanço do complexo industrial financeiro, expansão das classes médias, extensão do trabalho assalariado e da racionalidade capitalista também no campo. A população urbana no Brasil passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Ou seja, a cada ano, em média, mais de 2,3 milhões de habitantes

---

<sup>41</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 200.

<sup>42</sup> Idem, p. 203.

foram acrescentados à população urbana. Para Ridenti:

A modernidade capitalista viria a consolidar-se com o desenvolvimentismo nos anos de 1950 e especialmente após o movimento de 1964, implementador da modernização conservadora, associada ao capital internacional, com pesados investimentos de um Estado autoritário, sem contrapartida de direitos de cidadania aos trabalhadores.<sup>43</sup>

Nesse período, principalmente com a ascensão de Kubitschek, em 1956, a economia brasileira internacionalizou-se acentuadamente, ao mesmo tempo em que provocou o empobrecimento da maioria da população, principalmente os trabalhadores do campo. Desse modo, os conflitos sociais internos intensificaram-se, enquanto as repercussões da Revolução Cubana criavam problemas adicionais.

Desencadearam-se, em todo o país, amplos movimentos sociais populares: invasões de terras pelos camponeses, greves dos trabalhadores urbanos, principalmente do setor público, comícios e manifestações públicas de toda ordem. Esses movimentos objetivavam melhorar as condições de vida e trabalho e, também, o nível de participação política do trabalhador brasileiro. De acordo com Reis, ao reportar-se sobre os movimentos sociais:

[...] nunca se vira algo semelhante na história republicana brasileira. Desejavam, em síntese, melhorar as condições de vida e de trabalho e também os níveis até então alcançados de participação no poder político. Havia neles a percepção de que o surto desenvolvimentista dos anos 50, embora tendo promovido grande mobilidade geográfica e social, não distribuía equitativamente as benesses e os lucros auferidos, nem ampliara de forma significativa a democratização do Estado e das instituições.<sup>44</sup>

Essas manifestações sociais alarmavam os norte-americanos que, para impedir qualquer brecha de influência do comunismo no país, buscaram o apoio em vários segmentos conservadores da sociedade, dentre os quais se destacam os grandes empresários, latifundiários, políticos ligados aos partidos conservadores como a União Democrática Nacional (UDN) e também a Igreja Católica, instituição esta que exercia grande influência em todas as camadas da sociedade.

Os anos de 1950 e 1960 são lembrados na história do Brasil como sendo um período de aceleração da modernidade e urbanização. Nesse contexto, a partir do papado de João XXIII (1958-1963), o catolicismo esforçou-se para se tornar mais relevante no

---

<sup>43</sup> RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4. p. 137.

<sup>44</sup> REIS, op. cit., p. 34.

mundo moderno. Contudo, continuou a manter muitos costumes, crenças e práticas tradicionais, revelando uma marcante resistência e uma curiosa mistura do tradicional com o novo. De acordo com Mainwaring: “Emergiram novas propostas dentro da Igreja, mas as idéias antigas têm revelado uma marcante resistência que conduz a uma curiosa mistura do tradicional com o novo, do radical, do liberal, do conservador e do reacionário”<sup>45</sup>.

A participação da Igreja Católica nas questões sociais foi lenta. A aproximação se deu nos discursos da hierarquia católica sob diversos aspectos. Inicialmente, a Igreja percebeu a importância da questão social. Depois sua existência foi constatada na realidade e, finalmente, a Igreja reconheceu a necessidade de enfrentá-la. A questão social começou sair do nível do empirismo, do empenho pessoal ou regional para uma forma de organização mais ampla. Porém, as posições dentro da Igreja divergiram sobre o assunto. Segundo Delgado e Passos:

Torna-se difícil falar de uma proposta do catolicismo na questão dos direitos sociais. O envolvimento, a prática social e os discursos têm diferentes conotações. Há momentos em que a Igreja está de acordo com as mudanças sociais, mas essas devem ser feitas pelos patrões. As lideranças e os proprietários devem fazer as reformas, em vista do bem social.<sup>46</sup>

No contexto da abordagem, a Revista *A Família Cristã*, objeto desta pesquisa, manifestava-se sobre a questão social nos seguintes termos:

Pelos seus ensinamentos, a Igreja condena que patrões e empresários, transformem seus empregados em simples instrumentos de lucro, explorando o trabalho humano ou negando ao operário uma contribuição digna, cujos salários não sejam suficientes para o seu sustento e o da família.  
Considera a Igreja, por todos os meios, uma injustiça revoltante aumentar a miséria e o sofrimento entre as classes operárias.  
[...] A Igreja não se contenta somente em indicar o verdadeiro caminho para a solução dos mais graves e importantes problemas sociais; participa também, por todos os meios, desse trabalho, organizando e multiplicando suas instituições sociais, dentro dos verdadeiros princípios da doutrina cristã<sup>47</sup>.

O texto retrata a questão social e chama a atenção dos empresários para uma maior conscientização da classe, a fim de evitar a exploração dos operários. É um tema que passa a estar mais presente nas ações da Igreja a partir dos anos de 1950, definindo um novo

<sup>45</sup> MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 10.

<sup>46</sup> DELGADO, Lucilia de A. Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4. p. 106.

<sup>47</sup> MARTINS, Casimiro G. A Igreja Católica e os problemas sociais. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 22, jan. 1960. p. 22.

modo do catolicismo pensar os problemas sociais, cada vez mais evidentes na sociedade brasileira.

De acordo com Fausto, a abundância de terras no Brasil não favoreceu sua distribuição mais equitativa e o universo dos proprietários compõem-se daqueles que, em número reduzido, controlam extensões grandes demais para serem utilizadas produtivamente, e de uma categoria numerosa de produtores que se utiliza de pequenas propriedades insuficientes para a subsistência da família. Abaixo desses dois extremos encontram-se os diferentes tipos de trabalhadores rurais, parceiros, arrendatários, assalariados, bóias-frias, que, na grande maioria trabalham em terras de terceiros. Segundo o autor:

As conseqüências de tais discrepâncias atingem a sociedade em todos os níveis, não apenas no setor agrário, contribuindo para acentuar as desigualdades sociais: os grandes centros urbanos, em vista da precariedade das condições de vida no campo, transformaram-se em desaguardo das populações rurais em busca de emprego. [...] O quadro social não poderia ser mais traumático: analfabetismo, subemprego, marginalidade urbana, precárias condições de saúde [...] <sup>48</sup>.

A reformulação religiosa, que culminou com um maior envolvimento da Igreja na problemática política e social no período considerado, provocou cisões internas no episcopado brasileiro. Persistiram aqueles que enfatizam dimensões apenas espirituais para a Igreja e aqueles que defendiam a responsabilidade social do catolicismo. Nesse sentido, Pierucci, Souza e Camargo escreveram:

A história desta reformulação religiosa desenvolveu-se de modo irregular, constringida por determinantes sociais e impulsionada por uma descoberta preferencial por classes subalternas. Necessariamente ambíguo – senão contraditório – o envolver histórico da Igreja neste período incluía a manutenção da unidade institucional de uma entidade cujos segmentos se diversificaram ideologicamente. <sup>49</sup>

A Igreja Católica, principalmente a partir do fim dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, caracterizou-se por refazer a sua própria identidade, congregando na instituição posturas diametralmente opostas. Por volta de 1955, havia três facções principais dentro da

---

<sup>48</sup> FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*/ por Ângela Maria de Castro Gomes [et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 714p.: il.(História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10). p. 149.

<sup>49</sup> PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de Camargo. *Igreja Católica: 1945-1970*. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1984. p. 345-380. Cap. VII. Tomo III. Vol. 4. Economia e Cultura (1930-1964). p. 346.

Igreja, cada qual com uma visão diferente no tocante às mudanças sociais, a saber: os tradicionalistas, os modernizadores conservadores e os reformistas.

### **1.3 A Igreja Católica no Brasil nos anos de 1945-1964**

A Igreja da Neocristandade, como ficou conhecida a nova proposta da Igreja Católica no Brasil quando da separação entre Igreja e Estado, em 1890, passou a consolidar-se efetivamente a partir de 1916. A nova missão da Igreja seria recristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições, imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico. A Igreja queria conquistar o mundo, ganhar católicos e competir com outras religiões, o que acabou por configurar-se em um de seus maiores desafios.

Durante três décadas o modelo da neocristandade defendeu com eficácia os interesses mais significativos da Igreja. Por volta de 1945, a Igreja brasileira havia realizado muitos objetivos, mas ao preço de evitar mudanças mais profundas na sua organização eclesial e na sua orientação política. De acordo com Mainwaring:

Numa sociedade que se modernizava com rapidez, os esforços da Igreja para combater a secularização eram atávicos. A Igreja da neocristandade modernizou as estruturas institucionais, aprofundou sua influência e trocou sua aliança primordial com os proprietários rurais por uma aliança com a burguesia urbana e com a classe média, mas sem modificar realmente o seu conteúdo.<sup>50</sup>

Embora a Igreja tivesse elaborado uma doutrina compatibilizada com as preocupações do mundo moderno, o catolicismo, durante as décadas de 1930 e 1940, continuou sendo uma força conservadora. A ênfase que a Igreja dava à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidia com a orientação do governo Vargas naquele período. Os clérigos destacados acreditavam que a legislação criada por Getúlio estava de acordo com a doutrina social da Igreja e que a política do Estado Novo conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo.

Deve-se destacar que, nesse período, a Igreja no Brasil dedicou muita atenção ao combate ao comunismo. Uma das principais organizações da neocristandade era a Liga Eleitoral Católica (LEC), criada em 1932, para orientar os católicos como votar. A LEC não estava ligada a nenhum partido político, mas era ferrenhamente anticomunista. Teve inúmeras conquistas na Constituição de 1934, tais como a proibição do divórcio, a

---

<sup>50</sup> MAINWARING, op. cit., p. 53.

condenação do aborto, a educação religiosa durante o período escolar, entre outros.

Em 1937, o papa Pio XI publicou a Encíclica *Divini Redemptoris*, documento pelo qual condenou o comunismo. Alegava ser o comunismo um sistema “herdeiro do socialismo”; “intrinsecamente perverso”; “luta contra tudo o que é divino”; “doutrina de natureza ímpia e injusta que pretende uma humanidade sem Deus”<sup>51</sup>. Dizia ainda a Encíclica:

[...] Em particular, para o comunismo não existe laço algum da mulher com a família e com o lar. De fato, proclamando o princípio da emancipação completa da mulher, de tal modo a retira da vida doméstica e do cuidado dos filhos que a atira para a agitação da vida pública e da produção coletiva, na mesma medida que o homem. Mais ainda: os cuidados do lar e dos filhos devolve-os à coletividade. Rouba-se enfim aos pais o direito que lhes compete de educar os filhos, o qual se considera como direito exclusivo da comunidade, e, por conseguinte só em nome e por delegação dela se pode exercer<sup>52</sup>.

Para Pio XI, comunismo e descristianização eram a mesma coisa. “É a doutrina que consiste em substituir a crença em Deus pelo materialismo”<sup>53</sup>.

No Brasil, principalmente a hierarquia católica, retratava os comunistas como degenerados com desvios morais, “uma praga moderna, bárbaros modernos, armados de foice e martelo”<sup>54</sup>. Através dos documentos episcopais, advertiam sobre os perigos do comunismo, atribuindo-lhe a destruição completa da moral cristã e a pobreza material.

A maior preocupação da Igreja Católica no pós-guerra é com a expansão do comunismo. A proliferação do Partido Comunista, após a segunda Guerra Mundial, também configurou-se em uma ameaça para a Igreja Católica e serviu de estímulo para que Igreja repensasse a sua missão. De acordo com Mainwaring:

Os comunistas eram o quarto partido no país em 1946 e eram especialmente fortes no Rio de Janeiro. Dado o anticomunismo católico, o sucesso do PC instigava muita preocupação. A expansão do comunismo era visto como um sinal de decadência da cultura católica e dos valores tradicionais. Ela também indicava a necessidade da Igreja se implantar mais firmemente na sociedade.<sup>55</sup>

A redemocratização política, a partir de 1946, levou novamente a Igreja a pensar sobre as eleições. Foi necessária a mobilização do eleitorado católico a fim de canalizar os

<sup>51</sup> PAPA PIO XI. *Divini redemptoris*: Carta Encíclica de sua Santidade Pio XI. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.monfort.org.br>> Acesso em: 30 mai. 2007.

<sup>52</sup> Idem, ibidem.

<sup>53</sup> CONFIE-ME seu problema. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 10, jan. 1961.

<sup>54</sup> MAINWARING, op. cit., p. 56.

<sup>55</sup> Idem, ibidem.

votos na defesa dos interesses religiosos do clero. Para isso, a LEC entrou novamente em ação, na tentativa de fazer valer na Constituinte os seus direitos. De acordo com Pierucci, Souza e Camargo:

Párocos, vigários e lideranças leigas são conclamados não só a lembrar aos fiéis o “dever do voto”, mas também a divulgar entre o povo católico as normas de como e em quem votar. O clero deveria se manter “rigorosamente alheio às lutas partidárias, de caráter temporal”. Aos leigos, que eram membros das associações religiosas, caberia percorrer as residências, espalhar os folhetos da LEC, com “vistas a unir, esclarecer e orientar os eleitores católicos”.<sup>56</sup>

Além das conquistas na constituinte de 1934, a LEC acresceu outros princípios da Doutrina Social da Igreja, que os partidos políticos não deveriam contrariar a fim de obter o voto dos católicos, tais como a função social da propriedade privada, subsídio do Estado para as escolas católicas e o direito das diversas classes de se organizarem em sindicatos livres e independentes.

A partir de janeiro de 1947, o governo Dutra colocou o Partido Comunista na ilegalidade. Os comunistas eram perseguidos pela imprensa, governo, policiais e Igreja Católica. Para Pierucci, Souza e Camargo:

Ao identificar no comunismo seu principal adversário, a Igreja desde logo reconhecia nele a grande força de atração que exerce sobre as massas pauperizadas, nas cidades, sobretudo, mas também no campo. E no reconhecimento desta força estava a percepção de um desafio lançado aos católicos. Estes, os leigos, passariam a ser convocados a se organizar para competir. Reconquistar suas próprias bases, as massas católicas, disputadas por adversários combativos e atraentes: eis a tarefa que os setores mais ativos da Igreja se imporiam no final dos anos 40.<sup>57</sup>

A partir da década de 1950, a Igreja Católica no Brasil, seguindo os passos da orientação de Roma, implantou mudanças em suas práticas eclesiais e alterou sua estratégia de influência. Essa mudança foi mais significativa na segunda metade da década de 1950 e teve como objetivo ir ao encontro das camadas populares, que constituíam a base social da Igreja. A percepção das ameaças e a identificação do principal adversário foram fundamentais nessa mudança de estratégia. De acordo com Pierucci, Souza e Camargo:

O avanço do pensamento marxista, o exercício do voto, o aumento do peso relativo da classe operária, além da pronta penetração de um protestantismo agressivo e da propagação popular do espiritismo e da umbanda, obrigariam os bispos a levar em consideração aspirações populares e a reformular seu modo de atuação.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., 349.

<sup>57</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., 353.

<sup>58</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., 355.

Em 1952, sob a iniciativa de Dom Hélder Câmara, foi criada, no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de coordenar a ação da Igreja. Sua formação contou com forte apoio do Vaticano e teve sua origem a partir da experiência da Ação católica e das sementes de renovação que foram sendo plantadas ao longo dos anos de 1930 e 1940. De acordo com Mariae:

Nos dias 14 a 17 de outubro de 1952 era instalada, no Rio de Janeiro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Era o coroamento de um trabalho paciente e persistente, desenvolvido ao longo de dois anos de diálogo com Roma, pelo Pe. Hélder Câmara, com o apoio da Nunciatura Católica.<sup>59</sup>

A criação da CNBB pode ser atribuída ao empenho de D. Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Para D. Hélder, a união dos bispos se fazia cada vez mais necessária, devido à complexidade dos problemas existentes no país.

Para Pierucci, Souza e Camargo, os encontros episcopais tiveram inúmeros significados, mas destaca principalmente três: a melhor organização dos esforços pastorais, um maior envolvimento do episcopado com os problemas sócio-econômicos do país e de cada região e, por último, a disposição da Igreja em colaborar com o Estado de forma a ratificar a ação dos órgãos oficiais. Sobre a relação Igreja-Estado, o autor destaca que: “O espírito dos encontros regionais de bispos reflete, de modo extremamente esclarecedor, o tipo de relação que vigora entre Igreja e Estado nesse período: uma relação de apoio mútuo, de quase concordata, ou mesmo de concordata explícita”<sup>60</sup>.

Esse acordo entre Igreja e Estado foi celebrado em dois grandes encontros dos bispos do Nordeste, durante o governo de Kubitscheck, o primeiro em Campina Grande, em 1956, e o outro em Natal, em 1959, ambos com a presença do presidente da República.

Entre 1955 e 1964, a CNBB constituiu-se na força mais importante para os impulsos reformistas da Igreja brasileira. Foi uma das primeiras conferências episcopais nacionais do mundo e a primeira da América Latina. Segundo Mainwaring:

Desde o seu princípio, a CNBB tem sido muito importante na Igreja brasileira. Legitimou algumas práticas, desencorajou e até proibiu outras, facilitou a comunicação dentro da Igreja e estimulou ou impediu várias tendências eclesiais.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> MARIAE, Servus. E a semente cresceu e multiplicou-se (1950-1957). In: MARIAE, Servus. *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 3, p. 91.

<sup>60</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., 359.

<sup>61</sup> MAINWARING, op. cit., p. 67.

Com propósitos semelhantes aos que deram origem à CNBB, foi criado o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), por ocasião da I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no Rio de Janeiro, no período de 25 de julho de 1955, durante o Congresso Eucarístico Internacional. Nesse encontro foram apontados os mais graves inimigos da América Latina, a citar: o protestantismo, o comunismo, o espiritismo e a maçonaria.

De acordo com palavras proferidas pelo Papa Pio XII, no II Congresso Mundial para o Apostolado Leigo, far-se-ia urgente a formação de um grande número de apóstolos leigos para suprir a falta de padres na América Latina, em vista dos “quatro perigos mortais”, que ameaçavam a Igreja na América Latina.<sup>62</sup>

A Revista *A Família Cristã*, no período analisado, 1960-1964, trazia reportagens que alertavam seus leitores quanto ao perigo de se envolver com o comunismo, espiritismo, protestantismo e maçonaria. Aos católicos, era proibido o casamento com pessoas de outras religiões, sob a pena de serem excomungados pela Igreja. Quando o leitor questiona sobre a diferença entre a invocação dos mortos nos centros espíritas e das almas nas devoções da Igreja Católica, recebe a seguinte resposta: “no espiritismo, há muita trapaça e intervenção do demônio; não são as almas do finado que aparecem. Os médiuns procuram iludir os já sugestionados clientes e através de seus truques fazer-lhes crer em falsas aparições”<sup>63</sup>.

Assim como o espiritismo, o protestantismo também era comumente abordado na Revista *A Família Cristã*. Frequentes eram as reportagens que destacavam a conversão de leigos e religiosos, que comungavam em outras religiões, para o catolicismo. Para exemplificar, transcreveu-se parte da reportagem que relata a conversão do pastor anglicano Veron. Dizia a reportagem:

Alma reta, profundamente piedosa, vivia ele, havia já muitos anos, preocupado com a completa desorientação que ia pelos arraiais anglicanos, e mormente com a influência sempre crescente do modernismo que seduzira grande parte do clero e já estava contaminando o povo. [...]

Após alguns anos de luta insana, triunfando da carne e do sangue, bem como de mil preconceitos, Johnson Vernon ingressou na verdadeira igreja que lhe apareceu em todo seu esplendor nas páginas do Novo Testamento. [...]

Hoje o ilustre sacerdote exerce na Igreja fecundo apostolado, orientando muitas almas que sentem a vacuidade do anglicanismo e aspiram pela verdadeira fé que só se encontra na Igreja fundada por Jesus Cristo.<sup>64</sup>

<sup>62</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., 360.

<sup>63</sup> CONFIE-ME seu problema. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 11, jan. 1961.

<sup>64</sup> PASTOR anglicano torna-se católico. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 16, mai. 1961.

Para a Igreja católica, a única e verdadeira religião era a religião Católica. As demais eram denominadas de seitas protestantes e veementemente repudiadas pela Igreja católica.

Dentre os “quatro perigos mortais”, apontados pela Igreja Católica, um era considerado o mais ameaçador e contribuiu para que a Igreja Católica adotasse uma nova postura frente aos problemas sociais na América Latina.

No Brasil, o operariado urbano estava em franca expansão e como conseqüência, teve-se um aumento considerável de sindicatos, atingindo seu ápice entre os anos de 1961-1963.<sup>65</sup> A influência do marxismo no meio operário e a proliferação de sua ideologia influenciaram no processo de mobilização da Igreja Católica.

Com a criação da CNBB em 1952, sob a liderança de dom Hélder Câmara, a Igreja no Brasil ganhou um impulso progressista, voltando-se para os problemas nacionais considerados de base. Nesse sentido, procurou propagar o circulismo operário<sup>66</sup> para as áreas rurais do país. Apesar de ser reconhecido pela cúpula eclesiástica como a principal corrente católica no meio operário, o circulismo fazia parte de um movimento mais amplo, o da Ação católica, fundada em 1932. Segundo Souza:

[...] além de atacar o comunismo, era preciso oferecer “algo a mais” do que o alento comunista de um eventual futuro com justiça social, por meio da organização operária. Ou seja, era necessário de alguma forma consolar e amparar os trabalhadores em face de suas duras condições de vida. O circulismo propunha-se então, a organizá-los, de modo a oferecer-lhes uma assistência de caráter religioso, moral, profissional e até material, nos casos extremos de carência. [...] Os circulistas preconizavam a participação ativa de seus membros em sindicatos e aspiravam a instauração no país de uma “ordem social cristã”, baseado no cumprimento rígido da legislação.<sup>67</sup>

A falta de padres no continente dificultava a ação da Igreja na tarefa de divulgar sua doutrina social. Nesse sentido, em 1959, o Papa João XXIII solicitou ao CELAM, a elaboração de um plano de pastoral para a América Latina. Em dezembro de 1960, a Revista *A Família Cristã* publicou a seguinte reportagem: “*A América Latina vai ter voluntários do Papa*”. De acordo com a reportagem:

<sup>65</sup> FAUSTO, op. Cit. P.634.

<sup>66</sup> Circulismo é como foram chamados os Círculos Operários, grupos de trabalhadores braçais que promoviam atividades comunitárias de educação e de ajuda mútua e que começaram a ser organizados no Rio Grande do Sul., em 1932. O circulismo tinha como grande inimigo o comunismo. Disponível em: <<http://www.politicohoje.com/sociologia/publicações>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

<sup>67</sup> SOUZA, André Ricardo. As Mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro. Revista do Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFPE, v. 13, n. 1, p. 144. Disponível em: <<http://www.politicohoje.com/sociologia/publicacoes>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

A Santa Sé renovou o seu apelo aos militantes leigos para que venham em auxílio da América Latina com equipes de catequistas, assistentes sociais, conselhos de operários e camponeses, professores, jornalistas e líderes universitários. Dá-lhe tal importância que até lhe outorga um título especial: *Voluntários do Papa*.<sup>68</sup>

O apelo dirigia-se aos leigos da América Latina, para que constituíssem grupos que pudessem juntar-se aos voluntários de outros continentes. Dizia o documento emitido pelo Cardeal Mimmi:

É de primordial importância que os leigos (homens e mulheres), compreendam as necessidades da Igreja na América Latina e os muitos problemas que enfrenta. Porque se se consegue restaurar ali o antigo vigor de sua fé católica, chegarão estes países a construir uma fonte de energia espiritual que saciará não as próprias necessidades, mas também de outras regiões do mundo.<sup>69</sup>

Foram enumerados no documento nove campos específicos onde as equipes de leigos voluntários atuariam, dentre os quais se destacam:

Grupos de conselheiros e peritos em questão de trabalho, que possam influir em problemas industriais e urbanos, e cuja tarefa se desenvolveria principalmente naquelas zonas onde os comunistas se instalaram.  
 Grupos de técnicos dedicados a melhorar o ambiente rural, capazes de elevar o nível econômico das regiões atrasadas, organizar entre os camponeses cooperativas e pequenas indústrias.  
 Grupos de líderes organizadores de atividades no campo universitário e secundário.<sup>70</sup>

Por estes três aspectos é perceptível que uma das maiores preocupações da Igreja Católica, no período considerado, relacionava-se com as condições socioeconômicas na América Latina, quadro segundo a própria Igreja, propenso para o avanço do comunismo.

A partir da segunda metade da década de 1950, teve início uma nova fase no interior da Igreja Católica. Essa fase consistiu na renovação das práticas eclesiais da Igreja de como organizar grupos e projetos mais voltados para as questões sociais. A mudança de rumo da Igreja no Brasil, de acordo com Marcos de Castro, iria se completar com João XXIII, em torno das Encíclicas *Mater et Magistra*, de 15 de maio de 1961, e, com a *Pacem in Terris*, de 11 de abril de 1963. Ambas voltadas para promover a justiça social. De acordo com Castro, essas mudanças:

<sup>68</sup> A AMÉRICA Latina vai ter voluntários do papa. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 12, dez. 1960.

<sup>69</sup> O PATRÃO e o operário devem ser amigos. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 14, dez. 1960.

<sup>70</sup> A AMÉRICA Latina vai ter voluntários do papa. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 12, dez. 1960.

[Consistiam na] atualização da Igreja em relação à questão social, era um grito de respaldo partido do próprio Vaticano para a Igreja que no Terceiro Mundo, e, dentro dele, principalmente na América Latina, encravada na miséria e na Justiça, estava preparada para a virada.<sup>71</sup>

No dia 25 de janeiro de 1959, o papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II, que teve início em outubro de 1962, encerrando-se em dezembro de 1965, com o papa Paulo VI. Apesar de sua morte, João XXIII deu a entonação do que deveria ser executado, a partir de Roma. Em sua encíclica *Pacem in Terris* (Paz na Terra), ele declarou que a Igreja não deveria fazer como no passado: condenar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Ela precisava, ao contrário, apoiar sem reservas os princípios de igualdade, justiça e liberdade. Sobre esse aspecto, João XXIII destacou:

Como todos sabem, aos 26 de junho de 1945, foi constituída a Organização das Nações Unidas (ONU). A ela juntaram-se depois organizações de âmbito especializado, compostas de membros nomeados pela autoridade pública das diversas nações. A estas instituições estão confiadas atribuições internacionais de grande importância no campo econômico, social, cultural, educacional e sanitário. As Nações Unidas propuseram-se como fim primordial manter e consolidar a paz entre os povos, desenvolvendo entre eles relações amistosas, fundadas nos princípios de igualdade, de respeito mútuo, de cooperação multiforme em todos os setores da atividade humana. Um ato de altíssima relevância efetuado pelas Nações Unidas foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em assembléia geral, aos 10 de dezembro de 1948. No preâmbulo desta Declaração proclama-se, como ideal a ser demandado por todos os povos e por todas as nações, o efetivo reconhecimento e salvaguarda daqueles direitos e das respectivas liberdades. Contra alguns pontos particulares da Declaração foram feitas objeções e reservas fundadas. Não há dúvida, porém, que o documento assinala um passo importante no caminho para a organização jurídico-política da comunidade mundial. De fato, na forma mais solene, nele se reconhece à dignidade de pessoa a todos os seres humanos, proclama-se como direito fundamental da pessoa o de mover-se livremente na procura da verdade, na realização do bem moral e da justiça, o direito a uma vida digna, e defendem-se outros direitos conexos com estes.<sup>72</sup>

Para Prandi e Souza, o Concílio Vaticano II significou um importante passo na direção de uma elaboração teológica mais voltada para os problemas sociais. Segundo os autores, toda a face do catolicismo no século XX ficou marcada pela grande vontade de mudança que representou o Vaticano II. Nesse sentido, reforçam a importância da convocação do Concílio e afirmam ser “o Vaticano II o emblema do que existe de mais significativo na vida da Igreja contemporânea. Encontrar nele raízes é para cada movimento fonte de prestígio e legitimidade”<sup>73</sup>.

<sup>71</sup> CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja-Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p. 74.

<sup>72</sup> CARTA ENCÍCLICA *Pacem in Terris*. São Paulo: Edições Paulinas, 1963. p. 45-46.

<sup>73</sup> PRANDI, José Reginaldo; SOUZA, André Ricardo. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 61.

Sobre a convocação do Concílio Vaticano II, a Revista *A Família Cristã* publicou na edição de junho de 1962, como aparece na reportagem, “*Sob o signo mariano a convocação do Concílio*”. De acordo com as palavras de S. S., o Papa João XXIII:

Para tornar realidade uma decisão que amadureceu em nosso coração por muito tempo, e satisfazer ao mesmo tempo as esperanças compartilhadas pelo mundo católico, indicamos, a 25 de dezembro de 1961, este ano da graça de 1962 como de celebração do II Concílio Ecumênico Vaticano por meio da Constituição Apostólica *Humanae Salutis*.

[...]

Os frutos que ardentemente desejamos ver desta celebração são, principalmente, que a Igreja, esposa de Cristo, possa fortalecer ainda mais suas divinas energias de estender suas benéfica influência com maior agrado nas mentes dos homens.

Pode-se desta forma esperar, com muita razão, que todos os povos – e especialmente aqueles que vemos de coração contrito sofrer por culpa de desgraças, discórdias e tristes conflitos – volvam os olhares com maior esperança para Cristo [...] e possam alcançar a verdadeira paz no respeito aos direitos e deveres recíprocos.<sup>74</sup>

O Concílio Vaticano II continuou a ser abordado em diversas outras edições da Revista *A Família Cristã*. Segundo publicação na Revista, foi o acontecimento de ordem espiritual mais importante daquela época. Na edição de setembro de 1962, a Revista *A Família Cristã* publicou informações esclarecedoras ao público leitor sobre o que seria um Concílio Ecumênico, seus principais objetivos, as fases que o compreendem e quais seriam seus participantes. Transcreveram-se, aqui, algumas considerações sobre o Concílio Ecumênico, abordadas na reportagem:

[O Concílio Ecumênico] é a reunião solene e legítima dos Bispos do Mundo inteiro, convocados e presididos pelo Papa a fim de tomarem decisões sobre argumentos relativos à Fé e à Disciplina eclesiástica. [...]

[O Concílio Ecumênico visa] fazer com que o clero ostente novo fulgor de santidade; o povo seja eficazmente instruído nas verdades da Fé e da moral Cristã; [...] se cultive o apostolado social. [...]

O Concílio Ecumênico goza de supremo poder sobre toda a Igreja – afirma o Código de Direito Canônico, cân, 228. Por conseguinte deve-se crer em todas as suas decisões.

[...]

A autoridade de um Concílio Ecumênico não é de modo algum superior à do Romano Pontífice. Assim sendo, quando o papa, mesmo fora do Concílio,, define alguma verdade de fé ou de costume, ou promulga alguma lei disciplinar para toda a Igreja, todos, Bispos e fiéis, estão obrigados a aderir incondicionalmente.<sup>75</sup>

O Concílio Vaticano II iniciou oficialmente em 11 de outubro de 1962. De acordo

<sup>74</sup> SOB SIGNO mariano a convocação do Concílio. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, jun. 1962.

<sup>75</sup> FURLAN, Jarbas. O Concílio Ecumênico é já uma realidade palpável e iminente. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 16, set. 1962.

com informações publicadas na edição de dezembro de 1963, o Brasil, após a Itália e os EUA, teve a maior representação numérica no Concílio. Estiveram presentes cerca de 180 brasileiros num universo de 3 mil bispos e sacerdotes. Para a Igreja brasileira, esse número significativo “manifestou ao mundo o dinamismo dos Bispos brasileiros e da Igreja no Brasil”<sup>76</sup>.

Percebe-se que as publicações sobre o Concílio Vaticano II na Revista *A Família Cristã*, no período considerado, trataram, em sua maioria, de orientações sobre a organização e estrutura de um Concílio e de transcrições das palavras do Papa João XXIII, sem abordar as implicações e repercussões das decisões conciliares. Essa postura pode ser fruto do comentário emitido pelo Papa João XXIII, no momento da convocação do Concílio Ecumênico. De acordo com suas palavras, os comentários sobre o Concílio deveriam ser feitos com “prudência e objetividade”. Salientou, ainda, que “os comentários de clérigos e leigos sobre a assembléia ecumênica, tem unicamente valor pessoal, pois as decisões do concílio dependem dos Bispos”<sup>77</sup>.

Contraopondo-se a essa constatação, encontrou-se, na edição de junho de 1963, uma reportagem intitulada “*Frutos do Concílio?*”. Referia-se à satisfação de S. S. João XXIII com a libertação do prelado D. José Slipyj, Primaz da Ucrânia, anunciada durante o Concílio Ecumênico:

Os sinais de particular afeto dispensados pelo Papa ao ilustre prelado são realmente dignos de seu alto valor moral. D. José Slipyj é, de fato, um dos maiores exemplos de dignidade e de firmeza dos nossos tempos e um dos mais insignes expoentes da “Igreja do Silêncio”.

A libertação de Dom José Slipyj, depois de 18 anos de prisão, atrás da cortina de ferro, assume caráter simbólico. O fato só é explicado dentro do quadro do Concílio ecumênico.

Soube-se, numa das primeiras sessões, que quinze bispos ucranianos da Europa Ocidental, da América e da Austrália, por meio de um manifesto espalhado entre os padres conciliares, protestaram contra a presença de dois “observadores” da Igreja ortodoxa, pedindo em troca a liberdade de Dom Slipyj. A controvérsia foi resolvida com a intervenção da Secretaria do Vaticano que, certamente, já vinha predispondo contatos com a autoridade soviética<sup>78</sup>.

Sobre a abrangência do Concílio Vaticano II, um dos colaboradores da Revista *A Família Cristã*, Jarbas Furlan, escreveu:

<sup>76</sup> O BRASIL no Concílio. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 7, abr. 1963.

<sup>77</sup> SOB SIGNO mariano a convocação do Concílio. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, jun. 1962.

<sup>78</sup> FRUTOS do Concílio? *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 25, jun. 1963.

A vastidão das consultas e temas, a universalidade e competência dos participantes, a amplitude dos trabalhos preparatórios, o vivo interesse dos católicos leigos, dos protestantes e ortodoxos indicam que este será o maior dos 21 Concílios Universais.<sup>79</sup>

Mainwaring destacou a influência de Roma sobre as Igrejas nacionais e atribuiu ao Concílio Ecumênico a legitimação das novas diretrizes da Igreja Católica no mundo.

A despeito da crescente autonomia das Igrejas nacionais nas duas décadas passadas, Roma continua exercendo uma profunda autoridade sobre as Igrejas nacionais, sobre os movimentos leigos e sobre a teologia através tanto da persuasão quanto da coerção. Nesse sentido o Concílio Vaticano II reproduziu uma dialética que reaparece nas várias instâncias da Igreja Católica. A mudança iniciou-se a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula (MAINWARING, 2004, p. 63).

De acordo com Mainwaring, embora o Concílio Vaticano II tenha sido um evento europeu, dominado por bispos e teólogos europeus e dirigido principalmente à Igreja européia, suas propostas conduziram a mudanças mais significativas em alguns países da América Latina do que na própria Europa. As péssimas condições de vida da maioria da população dos países latino-americanos tornavam as mudanças mais urgentes nesses países. Segundo o autor:

O Concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou maiores responsabilidades e co-responsabilidades entre o papa e os bispos, entre padres e bispos dentro da Igreja e, desenvolveu a noção de Igreja como o povo de Deus. As precárias condições de vida dos pobres, a crescente riqueza das elites, a discriminação social contra os pobres, e a repressão dos movimentos populares, fizeram com que as mudanças fossem mais urgentes na América Latina.<sup>80</sup>

Também no Brasil as injustiças sociais fizeram com que a Igreja questionasse em alguns aspectos o sistema vigente. A democratização da sociedade e a sua crescente participação na política foram fatores de encorajamento de abertura da Igreja Católica, tanto nas relações internas quanto na orientação política. Segundo o arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, sempre houve, na Igreja, pessoas que assumissem uma posição em favor dos oprimidos, mas teria sido somente a partir do Vaticano II que essa posição teria se tornado oficial e as atitudes mais sistematizadas. Para D. José Maria Pires:

<sup>79</sup> FURLAN, Jarbas. O Concílio Ecumênico é já uma realidade palpável e iminente. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 24, set. 1962.

<sup>80</sup> MAINWARING, op. cit., p. 63.

O Vaticano II foi motor de toda essa mudança; foi quem sistematizou. Sempre houve na Igreja, teólogos, pastores e leigos que assumiram uma posição dialética, em favor dos oprimidos, mas foi só a partir do Vaticano II que essa posição tornou-se oficial e as atitudes foram sendo sistematizadas. [...] O que fez com que eu me colocasse ao lado do povo foi o Vaticano II.<sup>81</sup>

As mudanças que ocorreram na estrutura social e na política brasileira também influenciaram a Igreja a promover mudanças internas. O caráter cada vez mais democrático e participante da sociedade encorajou a Igreja a se tornar mais democrática também, tanto nas relações internas quanto na orientação política.

No entanto, a Igreja Católica no Brasil, principalmente nos primeiros anos da década de 1960, enfrentava graves conflitos internos. Coexistiam as forças favoráveis às mudanças sociais com aquelas que resistiam às mudanças. Nesse sentido, podem-se apontar três correntes no interior da Igreja Católica, bem definidas. Num extremo estava a esquerda católica, comprometida com a transformação social radical, no outro estavam os tradicionalistas, avessos a qualquer mudança e a facção dominante, denominada modernizadores conservadores. Far-se-á uma breve caracterização desses três grupos.

Os tradicionalistas acreditavam que a Igreja Católica deveria seguir no combate à *secularização*<sup>82</sup> e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade. Conservaram-se fiéis à concepção de fé católica tradicional. Esse grupo era completamente contra as mudanças e deu origem à direita católica que, em 1964, ajudou a derrubar o presidente João Goulart e a gerar pressões contra a esquerda católica e os bispos progressistas. De acordo com Mainwaring:

Após 1961, o país vivenciou intensa polarização que levou a conflitos. A reação contra os movimentos progressistas começou a crescer entre os militares, a Igreja e as classes médias e dominante. Esses movimentos conservadores, que se tornaram mais fortes nos anos que antecederam o golpe, preocupavam-se com a estagnação econômica, com a desordem social e com o crescimento da esquerda. A incipiente crise política ficou aparente em 1961, quando o presidente Jânio Quadros renunciou e surgiram sérias tensões relativas à hipótese da presidência ser assumida por João Goulart.<sup>83</sup>

Outro grupo que se destacou foram os modernizadores conservadores os quais acreditavam que a Igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia. Eram a facção dominante na Igreja desde o início da década de 1950

---

<sup>81</sup> PIERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 61-62.

<sup>82</sup> Conforme Schiera, a secularização significa a perda progressiva dos valores religiosos cristãos na vida humana (apud BOBBIO, 1986).

<sup>83</sup> MAINWARING, op. cit., p. 64.

até o fim da década de 1960, dividiram a hegemonia com os reformistas. Assim como estes, os modernizadores conservadores acreditavam que a Igreja deveria mudar, mas promoviam um catoliscismo mais forte, através da educação religiosa mais intensa. Preocupavam-se com a secularização e com a ameaça comunista. Além disso, rejeitavam um envolvimento político aberto, argumentando que a Igreja deveria estar acima da política.

Os modernizadores conservadores defendiam a idéia de que deveria haver uma maior participação dos leigos e da comunidade, no sentido de tornar a Igreja Católica mais relevante para seus adeptos. Para isso, lançaram programas como o Movimento Familiar Cristão e os minicursos cristãos, também chamados de Cursilhos da Cristandade. No entanto, a maior preocupação desse grupo estava em manter a obediência hierárquica no interior da Igreja, o que o diferenciava dos reformistas.

Por último, havia os reformistas. Preocupavam-se mais com a mudança social e eram mais progressistas. Definiam-se como um modelo de Igreja adaptada a uma sociedade cada vez mais secular, participante e democrática. Aceitavam a secularização como inevitável e defendiam que isso traria algumas mudanças positivas. Postulavam a mudança política como necessária para criar uma sociedade mais justa, mas rejeitavam as transformações radicais. Os reformistas deram início a um grande número de programas que promoviam a mudança eclesial. Acreditavam que a Igreja deveria tornar-se uma serva do mundo. Muitos dos padres reformistas tornaram-se críticos do capitalismo liberal, e alguns sacerdotes e bispos, por volta de 1961-1964, passaram a se interessar pelo socialismo. De acordo com Mainwaring:

Os reformistas acreditavam que a Igreja não poderia e nem deveria ficar totalmente acima do mundo, mas sim, deveria atuar como um símbolo que ajuda a transformar o mundo. Para eles, a mensagem de Cristo incluía a criação de uma ordem social justa. Isso exigia um esforço de se construir um mundo que dignificaria Deus, embora os seres humanos não pudessem completar a tarefa de construir um céu na terra.<sup>84</sup>

Não se pode esquecer que o momento era o da Guerra Fria. No fim dos anos de 1950 e início da década de 1960, a sociedade civil brasileira encontrava-se polarizada e respirava-se política por todos os lados. Havia um apelo popular do governo Jango, iniciado em 1961, e também as forças opositoras estavam insatisfeitas. O Brasil encontrava-se em meio a duas vozes dissonantes com projetos diferentes para o país.

---

<sup>84</sup> MAINWARING, op. cit., p. 68.

De um lado reuniram-se, em uma ampla frente que lutava por transformações, os movimentos populares, os sindicatos, os estudantes, representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), parlamentares reformistas, socialistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas. Defendiam uma reforma de cunho socialista popular, que tinha como principal objetivo alcançar um desenvolvimento econômico que viesse a diminuir as condições de subdesenvolvimento e as desigualdades sociais no Brasil. De acordo com Delgado e Passos:

Nesse período alguns leigos e membros da hierarquia católica começaram a se interessar por problemas fundamentais – família, educação, reforma agrária, desenvolvimento econômico. Era um período que antecedia as eleições no país. Essa era uma atitude nova do catolicismo brasileiro, procurando balizar a pastoral com referência na realidade histórica.<sup>85</sup>

Em contrapartida, havia os defensores de um desenvolvimento econômico mais arrojado, que tinha como princípio manter a estrutura agrária vigente e desenvolver uma indústria de ponta, internacionalizada. Esse grupo era composto por militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), proprietários rurais, parlamentares ligados principalmente à União Democrática Nacional (UDN) e, também, segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica. Conforme Delgado e Passos:

Esses segmentos sociais se sentiam ameaçados pela amplitude e efervescência dos movimentos populares organizados e consideravam que os mesmos apresentavam vínculos estreitos com o movimento socialista internacional. O tempo era de guerra fria e a polarização da política brasileira inseria-se num contexto mais amplo, dividido em duas áreas de influência, bastante delimitadas e contrapostas.<sup>86</sup>

Observa-se que a Igreja Católica se fazia representar nos dois grupos. No entanto, apesar de todos os avanços e da atuação dos reformistas, parte dos membros da Igreja Católica permaneceu relativamente conservadora. Seus seguidores eram na maioria modernizadores conservadores.

Considerando a heterogeneidade entre os bispos, a maioria deles não era tão progressista quanto os reformistas. Contudo, em ambos os planos, reivindicavam muitas inovações, inclusive melhor planejamento e coordenação pastorais, um papel mais ativo para o laicato e práticas episcopais menos autoritárias. Pediam importantes reformas sócio-econômicas frente à iminência do *perigo* comunista. Criticavam o egoísmo e o lucro

<sup>85</sup> DELGADO; PASSOS, op. cit., 2003, p. 103.

<sup>86</sup> Idem, p. 104.

obtidos pelo liberalismo vigente.

De acordo com Pierucci, Souza e Camargo, restabeleceu-se o anticapitalismo, abandonado por compromissos assumidos com um dos lados na guerra fria. E, ante a dicotomia capitalismo/comunismo, aparece uma terceira opção baseada em uma ordem social mais justa e igualitária sob os preceitos da doutrina católica.

A grande pecha tradicionalmente lançada sobre o comunismo – “ateu” – é dirigida agora contra o capitalismo – “não menos ateu” – à idéia tradicional de que o comunismo se vale dos abusos do capitalismo para subverter as massas, junta-se agora a percepção de que o mero combate ao comunismo pode ser um pretexto para defender os privilégios de determinados grupos, uma vez que jamais houve neste País, nem maior nem mais criminoso domínio das forças econômicas.<sup>87</sup>

O anticomunismo católico aparecia matizado pela tomada de consciência, de parte dos bispos, da ineficiência das soluções capitalistas para a situação de pobreza e miséria em que se encontrava a população brasileira.

Considerando as caracterizações acerca dos grupos nos quais estava dividida a Igreja Católica, conservadores, reformistas e modernizadores conservadores, o objeto desta análise, a Revista *A Família Cristã*, pode ser enquadrado no segmento *modernizador conservador*. No levantamento realizado no período de 1960-1964, nota-se que os textos veiculados na Revista *A Família Cristã* apontam para posições modernizadoras, no tocante às mudanças econômicas e sociais, desde que feitas de cima para baixo, evitando, dessa forma, uma radicalização e, conservadora, no que se refere às questões de ordem moral, tais como divórcio, aborto, pena de morte e a manutenção do celibato, por exemplo. Esse posicionamento pode ser acompanhado pelo texto da Revista *A Família Cristã*, publicado em janeiro de 1960:

Somente a Igreja Católica, através dos verdadeiros e legítimos ensinamentos do Evangelho, tem autoridade moral para resolver todos os problemas sociais, que tanto preocupam a humanidade atual. [...] Pelos seus ensinamentos a Igreja condena que, patrões e empresários transformem seus empregados em simples instrumentos de lucro, explorando o trabalho humano e ou negando ao operário uma vida condigna, cujos salários não sejam suficientes para o seu sustento e de sua família.

[...] Mas a Igreja não se contenta somente em indicar o verdadeiro caminho para a solução do mais graves problemas sociais; participa também, por todos os meios, desse trabalho, organizando e multiplicando suas instituições sociais, dentro dos verdadeiros princípios da doutrina cristã.<sup>88</sup>

<sup>87</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., 363.

<sup>88</sup> MARTINS, Casimiro G. A Igreja Católica e os problemas sociais. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 22, jan. 1960.

A Igreja Católica reconhecia as dificuldades impostas ao trabalhador brasileiro, fazia duras críticas aos empresários e apresentava o Evangelho como salvação da humanidade. Para a Igreja, somente o catolicismo poderia oferecer à sociedade a solução para os seus problemas. Em outro momento, a Revista abria espaço às questões sociais e, através das palavras de Martins, argumentava:

[...] a Igreja prega a fraternidade humana, para que as classes sociais sejam unidas nos verdadeiros laços das virtudes cristãs. A Igreja impede o acesso de nossas almas a essa horrível filosofia que pretenderia resolver as questões sociais pela dura e violenta concorrência, com a luta feroz pela vida, com a brutal seleção e a eliminação mais brutal ainda dos fracos pelos fortes. Não, nunca semelhantes doutrinas encontrarão aqui a menor indulgência, nem tampouco as que pretendiam aniquilar o indivíduo na coletividade, quando tudo há de servir para a elevação de cada alma.<sup>89</sup>

Para a grande maioria da Igreja Católica, as mudanças deveriam ocorrer a partir de atitudes mais humanitárias dos patrões com seus empregados. Apostavam na harmonia entre as classes sociais e na benevolência das elites brasileiras, condenando, como se pode verificar abaixo, a luta de classes:

Não podemos confundir a existência das classes com a luta de classes. As classes existem, e não podem deixar de existir. Sempre haverá ricos e pobres. E se não existissem ricos, como se manteriam as indústrias em que trabalham os pobres? Por isso mesmo, as duas classes não devem se inimigas, mas sim colaboradoras. Elas são necessárias. Devem ser amigas... Devem colaborar uma com a outra, e não procurar destruir-se.  
[...] Elas se completam. Se é verdade que os patrões nada poderiam fazer sem os operários, também é verdade que os operários não ganhariam a vida sem os patrões.<sup>90</sup>

Entre capitalismo e comunismo, a Igreja Católica tomou partido e propôs um reformismo no interior do sistema capitalista. Segundo Pierucci, Souza e Camargo, o inimigo principal já estava definido pela bipolarização e a Igreja já havia feito a sua escolha.

[...] É que, entre os dois inimigos, a história já se havia encarregado de definir qual deles era o inimigo principal: na bipolaridade acentuada com a deflagração da Guerra Fria, a Igreja já escolhera seu aliado. Roma sob muitos espectos e de diferentes maneiras, é agora uma poderosa caixa de ressonância ideológica de Washington, o centro hegemônico que comanda essa nova fase da internacionalização do capital e do desenvolvimento, em moldes capitalista, dos países periféricos.<sup>91</sup>

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>90</sup> O PATRÃO e o operário devem ser amigos. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 14, dez. 1960.

<sup>91</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., p. 364.

A partir dos anos de 1960, a visão de que o comunismo era uma ameaça interna à Igreja se intensificou, na medida em que surgiu uma “esquerda católica” ligada ao trabalho do apostolado leigo, principalmente à Juventude Universitária Católica (JUC), o que poderá justificar o título desta pesquisa. Segundo Motta:

Os setores tradicionalistas da Igreja discordavam dos religiosos “progressistas” devido a duas razões básicas: primeiro, por não partilhar dos ideais de reformismo social; segundo, porque a esquerda católica descuidava do combate ao comunismo, priorizando a luta pelas reformas.<sup>92</sup>

O crescimento dos *progressistas* em setores do clero e do laicato foi apresentado pelos tradicionalistas como a mais recente ofensiva de Moscou com o objetivo de enfraquecer a Igreja Católica. Esse argumento é perceptível na reportagem da Revista *A Família Cristã* de junho de 1961, em que a Igreja intitulava-se a maior adversária do Comunismo. Assim escreveu o Núncio Católico, o Cardeal Dom Jaime Câmara:

A fim de eliminar seu maior adversário que é a Igreja Católica, o Comunismo não só ridiculariza nossa moral e atividades culturais, beneficentes e assistenciais, mas procura descobrir clérigos vacilantes e descontentes que lhes encubram as técnicas de verdadeiros perseguidores e sirvam de isca para embair os ingênuos.<sup>93</sup>

De acordo com Motta, a denúncia dessa suposta infiltração comunista no seio da fortaleza Católica foi muito recorrente nos anos de 1960.

Seguindo as orientações de Roma, o anticomunismo Católico, no período considerado, é evidente na Revista *A Família Cristã*. As reportagens encontradas eram de diferentes formatos, escritas por padres, bispos e demais colaboradores da Revista. Frequentemente utilizavam-se das encíclicas papais para reforçar a campanha anticomunista. Notas de página inteira, lembretes e imagens comentadas, todas direcionadas às famílias brasileiras com a finalidade de preservar os valores espirituais que, segundo a Igreja Católica, seriam suprimidos pelo comunismo. Dessa forma, a Revista *A Família Cristã* informava aos seus assinantes as condições de vida na Rússia, na China, na Alemanha Oriental e, com maior frequência, alertava sobre o comunismo cubano.

Com esse propósito, a Revista *A Família Cristã* de dezembro de 1961 publicou uma reportagem que ressaltava as dificuldades das famílias que viviam em Berlim Oriental. Sob

<sup>92</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 24.

<sup>93</sup> O MAIOR adversário do comunismo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, jun. 1961.

o título “*Nem mesmo as muralhas de concreto impedem a fuga dos Berlinenses Orientais*”, relatava a fuga de famílias do lado oriental para o ocidental. Dizia a reportagem:

Apesar de severa vigilância policial (os soldados comunistas tem ordem de atirar para matar) e das novas barricadas e muros de concreto que se erguem ultimamente, em Berlim Oriental, os alemães que vivem no setor soviético dão mostras quase que diariamente de sua decisão de ganhar a liberdade a qualquer custo.

Os dramas de fuga se repetem constantemente e muitas vezes os desesperados alemães orientais conseguem o seu intento. Ainda na noite do dia 11 último, pela terceira vez em quatro dias, um tremendo rombo foi aberto nas novas barricadas de Berlim. Um homem e sua esposa montados num caminhão pesado, e avançando a toda velocidade, arremeteram contra o muro de concreto e o levaram de roldão, aos pedaços, até alcançar a zona da liberdade. Eram mais dois alemães orientais que escapavam de um regime de opressão.

Os sentinelas da fronteira de Berlim Oriental, que tem instruções do regime comunista de disparar para matar, nunca tiveram oportunidade de fazer fogo, já que a sorte sempre favoreceu aos fugitivos.

O enorme rombo feito pelo casal fugitivo no muro de concreto lá estava na manhã seguinte e os comunistas começaram a tapá-lo com varetas de aço e mais blocos de concreto.<sup>94</sup>

Na mesma página, o texto é recheado com a imagem de homens e mulheres, de posse de seus pertences, correndo pela rua, ao mesmo tempo em que aparece um homem jogando seus pertences pela janela, o que enfatiza a fuga do comunismo.

Reforçando essa reportagem, que foi uma das maiores que se encontrou, pois tomava praticamente as duas páginas, exceto por duas outras pequenas notícias, estava “*O drama da cidade dividida*”, que chama atenção por utilizar a imagem de um homem com duas crianças em uma conversa com soldados. Dizia a matéria:

Acompanhado das filinhas, este cidadão da Zona livre de Berlim pede aos guardas da fronteira, na Friedrichstrasse, que o ajudem a encontrar sua mulher, a qual, tendo ido à Zona comunista dias antes a fim de visitar uns parentes, não havia voltado. Os policiais limitaram-se a examinar detidamente seus documentos, recusando-lhe qualquer assistência.<sup>95</sup>

Nas duas reportagens fica evidente a essência do anticomunismo católico. Na primeira, poder-se-ia destacar a frase que diz que “os soldados comunistas têm ordem de atirar para matar”, o que demonstra ser o comunismo um sistema “desumano e sem escrúpulos” e, no texto seguinte, ressalta-se a “dissolução da família”, o que, segundo a

<sup>94</sup> NEM MESMO as muralhas de concreto impedem a fuga dos Berlinenses Orientais. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 16-17, jun. 1961.

<sup>95</sup> O DRAMA da cidade dividida. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, jun. 1961.

Igreja, fazia parte da estratégia comunista para disseminar a sua ideologia.

Também foram encontrados, na Revista *A Família Cristã*, artigos em que a Igreja denuncia os comunistas de restringir a liberdade religiosa e perseguir os católicos, inclusive os clérigos que, por diversas vezes, teriam sido humilhados e obrigados a trabalhos forçados pelo regime. Na edição de julho de 1961, foi publicada uma reportagem assinada pelo Frei Venâncio Willeke (OFM)<sup>96</sup>, sobre o comunismo na Iugoslávia e a perseguição que o Cardeal Stepinac teria sofrido naquele país:

Vítima de perseguição comunista, na Iugoslávia – o cardeal Stepinac – foi condenado, após a enorme calúnia do processo de 1946, a 16 anos de prisão. Em 1951, foi essa pena substituída pelo desterro a sua terra natal, em Krasic, onde ficou sempre sobre a vigilância de um soldado. Eleito cardeal em 1952, por Pio XII, Não pode ir a Roma nem para receber o chapéu cardinalício, nem para a eleição de João XXIII. Com a saúde consumida pelos maus tratos sofridos, morreu a dez de fevereiro de 1960, com 62 anos, vítima de uma embolia pulmonar.<sup>97</sup>

A Igreja católica considerava-se a principal adversária do comunismo, conforme as palavras do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, na edição de junho de 1961. Denunciava a perseguição aos clérigos e dizia-se ridicularizada pelos comunistas em suas atividades culturais, beneficentes e assistenciais que realizava em todos os continentes. De acordo com a declaração do Cardeal D. Jaime Câmara, “os comunistas procuram descobrir clérigos vacilantes e descontentes que lhes encubram as técnicas de verdadeiros perseguidores, e sirvam de isca para embair os ingênuos”. Para o Cardeal, “esse plano de espalhar confusão entre os fiéis por meio de igrejazinhas nacionais já funcionou na Rússia, na China vermelha e já começou a funcionar na América Latina, em Cuba, no México”.<sup>98</sup>

Entre 1961 a 1964 também houve um envolvimento maior da Igreja em relação à questão agrária brasileira. As reflexões dos bispos acerca da reforma agrária tornavam-se mais incisivas, insistindo em realizar a reforma no campo, passando de um apoio à modernização sem redistribuição de terras a um encorajamento da modernização com a distribuição. Mesmo dentro de uma perspectiva nacionalista-desenvolvimentista, sustentavam que, sem a distribuição de terras, o crescimento econômico não resolveria as péssimas condições do trabalhador rural.

De acordo com Mainwaring:

---

<sup>96</sup> Ordem dos Frades Menores.

<sup>97</sup> WILLEKE, Venâncio. O comunismo continua a ser ateu e desumano. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 12, jul. 1961.

<sup>98</sup> O MAIOR adversário do comunismo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, jun. 1961.

Em 1963, a Comissão Central da CNBB emitiu uma declaração mais contundente. O documento era pessimista em relação à capacidade de crescimento econômico e da modernização do campo para resolver as péssimas condições da vida dos pobres da área rural. Reconhecia que milhões de pessoas não compartilhavam dos “benefícios de nosso desenvolvimento” e viviam em condições que “afronta a dignidade humana”. “O simples acesso à terra não é solução cabal para o problema. Mas o julgamos inadiável para a realização do direito natural do homem à propriedade”.<sup>99</sup>

As manifestações da ala reformista da Igreja Católica, em favor da reforma agrária, estavam em consonância com esse novo modelo de Igreja que passou a defender mudanças políticas e econômicas, com o intuito de melhorar as condições de vida da maioria da população. Por exemplo, a Encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 1961 pelo Papa João XXIII, que é uma síntese dos ensinamentos de três papas, Leão XIII, Pio XI e Pio XII, foi acolhida pela CNBB como oportuna para o Brasil. Troxe como inovação o a preocupação com a questão agrária.

124. Primeiramente, é indispensável que exista o empenho, sobretudo dos poderes públicos, em que, nos ambientes agrícolas, se desenvolvam, como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, comunicações, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a vida religiosa, meios recreativos, e tudo o que requer a casa rural em mobiliário e modernização. Se faltarem nos meios rurais estes serviços, que hoje são elementos constitutivos de um nível de vida digno, o desenvolvimento econômico e o progresso social vem a tornar-se quase impossíveis ou demasiado lentos. Donde resulta que o êxodo da população rural se torna praticamente inevitável e dificilmente se consegue discipliná-lo.

125. [...] é preciso que no setor agrícola se realizem as transformações que dizem respeito às técnicas da produção, à escolha das culturas e a estruturação das empresas, conforme as permitir ou exigir a vida econômica no seu conjunto; de maneira que se atinja, logo que seja possível, um nível de vida conveniente, comparado com o setor da indústria e dos vários serviços.<sup>100</sup>

A Revista *A Família Cristã*, de setembro de 1961, escreve sobre a encíclica nos seguintes moldes:

[...] Em sua introdução, a encíclica afirma que a Igreja demonstrou admiravelmente sua missão de mestra, quando Leão XIII publicou a “*Rerum Novarum*”, apresentando os princípios com os quais se podia resolver cristãmente a questão operária e que os princípios apresentados pelo falecido pontífice conservam ainda hoje toda a sua vitalidade. Acrescenta, contudo, que novas situações surgiram, desde essa época, tornando necessária a publicação de um novo documento pontifício a fim de que os homens sejam postos em condições de julgar o conteúdo e as proporções da questão social de hoje, decidindo assumir as responsabilidades que lhes competem.

“*Mater et Magistra*” tem de novo com relação às precedentes, o interesse que concede à promoção dos camponeses e a exposição que faz da necessidade de uma ajuda orgânica aos países subdesenvolvidos pelos países mais adiantados.<sup>101</sup>

<sup>99</sup> MAINWARING, op. cit., p. 74.

<sup>100</sup> CARTA ENCÍCLICA *Mater et Magistra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1962. p. 41-42.

<sup>101</sup> NO SEPTUAGÉSIMO aniversário da “*Rerum Novarum*”: a nova encíclica “*Mater et Magistra*”, *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 9, set. 1961.

Sobre a desigualdade entre os países, a Magna Carta dizia:

154. O maior problema da época moderna talvez seja o das relações entre as comunidades políticas economicamente desenvolvidas e as que se encontram em fase de desenvolvimento econômico; as primeiras, por conseguinte, com alto nível de vida; as outras, em condições de escassez ou de miséria. A solidariedade, que une todos os seres humanos e os torna membros duma só família, impõe aos países, que dispõem com exuberância, o dever de não permanecerem indiferentes diante das comunidades olíticas cujos membros lutam contra as dificuldades da indigência, da miséria e da fome, e não gozam dos direitos elementares da pessoa humana.<sup>102</sup>

É pertinente lembrar que, à época da *Rerum Novarum* (1891), o Brasil apenas estava saindo do regime de escravidão, portanto essa encíclica estava voltada para as transformações sociais geradas pelo capitalismo industrial da Europa Ocidental e difundidas pelos Estados Unidos, Japão e Rússia, pouco sentido fazia ao Brasil. Diferentemente, a *Encíclica Mater et Magistra* (1961), como destacou a Revista *A Família Cristã*, vem ao encontro das transformações sociais que afetavam diretamente os países periféricos, no caso, o Brasil. De acordo com Beozzo:

A intensa repercussão da Encíclica de João XXIII no Brasil e sua pronta recepção pela Igreja no Brasil, em que pesem as polêmicas e divisões que suscitou na própria Igreja e na sociedade, só é compreensível à luz de três considerações, relativas à Encíclica, ao país e à Igreja. Quanto à encíclica em si ela aborda de maneira ampla e profunda dois problemas que estavam na sombra da doutrina social da Igreja e que estavam no centro do momento histórico brasileiro: o dos países subdesenvolvidos e o da questão social no campo. Quanto ao subdesenvolvimento, o anterior presidente, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), havia convocado a nação a superar o seu atraso, crescendo 50 anos em cinco. [...] O país modernizou-se, mas ao mesmo tempo tornou-se mais claro e profundo o empobrecimento do campo. [...] Quanto à Igreja, esta não estava incensível ao que acontecia no campo. A Semana Nacional da Ação católica desde 1950, em Campanha (MG), havia sido dedicada à questão rural, tendo as conclusões do encontro sido redigidas pelo então assistente geral da Ação Católica Brasileira, Dom Inocêncio Engelke.<sup>103</sup>

*Mater et Magistra* foi a primeira encíclica a tratar explicitamente dos problemas do mundo subdesenvolvido. Com base na encíclica, os porta-vozes da hierarquia católica brasileira elaboraram um roteiro de atividades, direcionado à Ação Católica Rural, com o intuito de ajudar a integrar a agricultura brasileira com o desenvolvimento nacional. Segundo Pierucci, Souza e Camargo:

<sup>102</sup> CARTA ENCÍCLICA *Mater et Magistra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1962. p. 51.

<sup>103</sup> BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. p. 45-46.

Propunham a melhoria dos meios de comunicação, assistência local a todos os setores da cultura, profissionalização e aproveitamento da mão-de-obra, seguros e previdências sociais, além de uma política econômica adequada. O documento era praticamente dirigido à ação católica Rural, postulando maior dinamismo aos movimentos leigos específicos para o meio agrícola – Juventude Agrária católica (JAC) e Liga Agrária Católica (LAC) – no sentido de assegurar às massas católicas no campo, mística bastante forte para contrabalançar e superar a mística comunista.<sup>104</sup>

Com essas iniciativas, a Igreja católica passou a articular-se cada vez mais com os governos populistas. Enquanto empenhava-se nessa direção reformista, a Igreja deparou-se com o impasse, tanto no Estado quanto na sociedade e na Igreja, incapazes de realizar as reformas necessárias.

#### 1.4 O movimento leigo

No fim dos anos de 1950 e início de 1960, também houve alterações com relação ao papel do leigo na Igreja Católica. Alguns padres e bispos defendiam maior autonomia e responsabilidade para os leigos, para que pudessem ter uma participação mais significativa na vida da Igreja.

Tanto os reformistas quanto os modernizadores conservadores apoiavam a abertura da Igreja. A grande maioria do laicato pouco conhecia do ensino oficial católico e a Igreja precisava evangelizar com maior eficácia para competir com outros grupos religiosos. Para os modernizadores, estimular uma maior participação dos leigos significaria aumentar a influência da Igreja nos assuntos temporais. Também esperavam que uma comunidade leiga pudesse suprir os problemas criados pela falta de padres. A Igreja Católica julgava ser grave a falta de padres no Brasil. Segundo a reportagem editada em janeiro de 1961, na coluna “Panoramas Mundiais” da Revista *A Família Cristã*, a “Igreja no Brasil precisaria de pelo menos 67.000 Padres no momento presente”. Assim, o Pe. Bertrand de Margerie argumenta sobre essa questão no Brasil:

[...] A maior necessidade dos brasileiros não é a industrialização, nem a alfabetização e o ensino, coisas úteis, que os cristãos tem o dever de promover, mas é a conservação, a recuperação se for preciso, e sempre o aumento da vida divina da graça, cuja principal fonte está nos sacramentos, administrados em geral pelos Padres.

O maior problema social do Brasil é a falta de Padres, causa de subdesenvolvimento sobrenatural e, logo, de injustiças sociais. Porque não há moralidade pública sem religião, e não há, por via de regra, culto de Deus sem Padres. Mais do que os engenheiros e professores, o Brasil precisa de Padres.<sup>105</sup>

<sup>104</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., p. 365.

<sup>105</sup> MARGERIE, Bertrand de. Acaso ainda precisamos de Padres? *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 15, jan. 1961.

Percebe-se no texto que a Igreja Católica, por intermédio de alguns membros, se atribui a competência de resolver os problemas sociais. Seria ela a única instituição capaz de resolver os problemas sociais através dos ensinamentos do Evangelho. Reiterando o texto acima, encontra-se, na coluna intitulada “Problemas Sociais”, da Revista *A Família Cristã*, a seguinte afirmação escrita pelo Prof. Casimiro G. Martins:

Somente a Igreja Católica, através dos verdadeiros e legítimos ensinamentos do Evangelho, tem autoridade moral para resolver todos os problemas sociais, que tanto preocupam a humanidade atual.

É justamente a Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo que, por meio de suas múltiplas instituições beneméritas, espalhadas pelo mundo todo, vem contribuindo para o reerguimento do elemento humano, através da prática diária da caridade cristã da justiça social e da fraternidade humana.<sup>106</sup>

Com o intuito de cumprir a missão evangelizadora e solucionar os principais problemas da sociedade brasileira, a Igreja Católica, por intermédio do vigário em sua paróquia, procurou intensificar a participação dos leigos nesse processo. Para a Igreja, seria necessário um maior envolvimento dos leigos na construção de um mundo melhor.

Nesse sentido, a Igreja definiu o papel do leigo na sociedade e buscou qualificá-lo para desempenhar a tarefa de melhorar o mundo. Em um artigo da Revista *A Família Cristã*, intitulado “*Movimento por um mundo melhor: o papel do leigo*”, encontram-se relacionados uma série de aspectos que, segundo a reportagem “deveriam encontrar-se em todo leigo do Mundo Melhor, prescindindo dos deveres particulares de cada categoria”. Os conceitos teriam sido tirados dos documentos do Santo Padre Pio XII. Seriam eles:

O leigo católico reconhece que:

Os valores espirituais têm primazia sobre os materiais.

Porque lhe falta este predomínio claro do espírito sobre a matéria, o mundo atual caminha para a ruína.

Perpassa pelas ruas como um macabro cortêjo de almas mortas ou moribundas.

O mundo inteiro deve ser reconstruído desde os alicerces. Cristo, com sua doutrina, com seus exemplos, com sua redenção, deve ser seu novo fundamento.

É preciso transformar os homens em filhos de Deus, constituindo-os, assim, em uma grande e única família humana.

Para tanto é necessária a colaboração dos leigos no apostolado jerárquico. Eles procurarão fermentar com o evangelho toda forma de atividade teórica e prática.

Por isso quer a todo custo:

*Entrar* num clima de mobilização geral, pronto para qualquer sacrifício.

*Reexaminar* com decisão tudo o que pessoalmente pode e deve contribuir para a obra salvífica de Deus.

*Oferecer-se* espontaneamente para colaborar com os outros na empresa comum.

*Contribuir* com todas as forças para a edificação de um mundo diferente e melhor.<sup>107</sup>

<sup>106</sup> MARTINS, Casimiro G. A Igreja Católica e os problemas sociais. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 22, jan. 1960.

<sup>107</sup> MOVIMENTO por um mundo melhor: o papel do leigo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 10, fev. 1960.

Além de enfatizar a importância do leigo na edificação de um mundo melhor, a hierarquia católica fazia questão de limitar a atuação dos leigos à orientação dada pela Igreja, representada pelo pároco. De acordo com o artigo, uma das prerrogativas para assumir a função de leigo seria a “docilidade às diretrizes da Igreja”, assim descrita:

O laicato católico deve sair de certo estado de menoridade, hoje mais do que nunca desmerecido no campo do apostolado. De outra parte, porém, toda vez que a Igreja fala aos fiéis para instruí-los a mente e dirigir-lhes a atividade, é evidente a necessidade de uma obediência pronta e filial.<sup>108</sup>

O texto deixa claro que a autonomia do laicato seria uma autonomia relativa. Suas ações não poderiam transgredir as normas impostas pela Igreja, buscando sempre a obediência ao Santo Padre.

Entre as atuações leigas na Igreja Católica, a Ação Católica era considerada a principal. Ela foi instituída oficialmente em 1935, após uma longa fase de preparação em diversas dioceses do Brasil. Encontrou-se, na Revista *A Família Cristã* de abril de 1936, sob o título “*O que é Ação Católica*”, a sua definição:

A Ação Católica é a participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima de todo partido político, para o estabelecimento universal de Jesus Cristo. [...]

A Ação Católica não é uma ação diretora na ordem teórica, mas executora na ordem prática.

A Ação Católica é uma ação que tende a um fim, não material e terreno, mas espiritual e celeste, não político, mas religioso, e dependendo, pois em tudo da autoridade eclesial. Se por uma concessão necessária ela devesse inclinar-se até a ordem econômica e social, atingindo também questões políticas, não o faria senão em vista de interesses sobrenaturais e para a elevação moral dos indivíduos e dos povos.<sup>109</sup>

Como outros movimentos leigos, a Ação Católica, num primeiro momento, tem a função de reintroduzir os valores cristãos na sociedade brasileira. Mas, a partir de 1950, a Ação Católica ganhou nova orientação. Sob o comando do padre Hélder Câmara, futuro bispo, começa a evolução e inserção dos militantes na realidade. De acordo com Delgado e Passos, esse período é marcado pela insistência no conhecimento da realidade e maior compromisso social. Vão ocorrendo, assim, os sinais de mudança. Um novo olhar começou a despontar no horizonte do catolicismo. Para os autores:

<sup>108</sup> MOVIMENTO por um mundo melhor: o papel do leigo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 12, mar. 1960.

<sup>109</sup> O QUE É ação catholica. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano II, n. 4, p. 8, abr. 1936.

O Movimento por um Mundo Melhor, criado na Itália e adaptado no Brasil pelo padre José Marins, foi um instrumento importante para a renovação porque passava o catolicismo. Através de cursos para o clero, os religiosos, as religiosas e agentes de pastoral, em várias regiões do Brasil, uma nova linha de trabalho foi sendo difundida. Essa atualização cuidava da formação das lideranças católicas, prescindindo das estruturas tradicionais e abrindo perspectivas para uma nova forma de atuação.<sup>110</sup>

A Ação Católica começou a desenvolver uma personalidade própria. Diversas formas de atuação foram se organizando – Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), formada por estudantes secundaristas, Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Passaram a assumir posições ao lado das lutas populares, questionando freqüentemente as injustiças sociais agravadas pela exploração do capital. A preocupação com as questões sociais fortaleceu movimentos como a JUC, que, em 1960, deu início a uma organização socialista, chamada de Ação Popular (AP):

Essa Ação Católica, na década de 1950 e início da de 1960, foi responsável por um forte dinamismo da Igreja e por sua presença na sociedade mais ampla. Um movimento teria uma influência particular, a Juventude Universitária Católica (JUC), entre 1959 e 1965, quando lançou a idéia de procurar um “ideal histórico” para o Brasil (1960), participando intensamente da política universitária e fornecendo quadros dinâmicos para a educação popular. Atacada por setores tradicionais, foi defendida por D. Hélder Câmara em 1960, em documento que enviou aos bispos: “A JUC [...] está vivendo uma hora plena e merece o apoio e o estímulo do exmo. episcopado”. A partir da JUC, e já como um movimento não ligado à Igreja, surgiu, em 1962, com a presença de cristãos e não-cristãos, a Ação Popular, grupo político de orientação socialista democrática, nesse momento influenciado pelo personalismo comunitário de Emmanuel Mouniers.<sup>111</sup>

Em contrapartida, também em 1960, surgiu a mais conhecida organização de resistência às novas estratégias de alargamento da influência da Igreja junto às massas desfavorecidas. A Tradição Família e Propriedade (TFP), juntamente com outros grupos conservadores dentro da Igreja Católica, definindo-se fundamentalmente em relação a problemas puramente litúrgicos e religiosos. A TFP foi fundada no período em que o presidente Jânio Quadros começou a formular uma política externa que deveria conduzir o Brasil a uma posição de neutralismo e de independência face aos Estados Unidos. A TFP difundia sua ação através de cursos preparatórios, de livros e revistas, principalmente os publicados pelo seu fundador, Plínio Corrêa de Oliveira. De acordo com Alves:

<sup>110</sup> DELGADO; PASSOS, op. cit., 2003, p. 109.

<sup>111</sup> Consulta realizada no site <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 28 mai. 2007.

Seu objetivo declarado é o de “combater a vaga do socialismo e do comunismo e de ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, família e a propriedade”. Para alcançar estes objetivos, a organização encarrega-se da difusão de livros e revistas – muito especialmente os livros do fundador – e organiza cursos “cívico-culturais” para os associados.<sup>112</sup>

Como dissidente da Ação católica, a TFP posicionou-se contraditoriamente ao novo modelo de Igreja e de seu modelo para um movimento de leigos. Nessa perspectiva, propôs uma organização verdadeiramente ortodoxa. De acordo com Alves:

Esta organização daria primazia à devoção a Maria, daria ênfase aos atos piedosos coletivos, à necessidade de uma vida em comum e de lugares onde seus membros, que deveriam poder ser reconhecidos por sua indumentária correta, pudessem passar os seus momentos de lazer.<sup>113</sup>

O “direito natural” estabelecido pela Igreja Católica e defendido pelos integrantes da TFP, foi abordado em diversas encíclicas papais, dentre as quais pode-se citar a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, de Leão XIII, em que o pontífice destacava três direitos naturais inquestionáveis, por serem anteriores à sociedade civil e ao Estado: o direito de propriedade, o direito à família como sociedade doméstica e o poder paterno na família. Assim, o comunismo deveria ser combatido por atacar frontalmente todos esses direitos. De acordo com Denzinger:

Uma das primeiras referências condenatórias ao comunismo e ao socialismo, expressa na Encíclica *Quanta Cura* de 1864, denuncia o desejo do *funesto erro do comunismo* de eliminar a religião do âmbito familiar. O comunismo, segundo a Encíclica, defende que é somente da lei civil que emana e dependem os direitos dos pais sobre os filhos e o direito de instrução e educação. Assim seus defensores eram criticados por pretenderem eliminar a influência da Igreja Católica sobre a educação da juventude e por humilharem o clero, proclamando o inimigo do progresso, da ciência e da civilização.<sup>114</sup>

A Ação Católica e a TFP tinham em comum, no período considerado, o combate ao comunismo. No entanto, a Ação Católica, na forma de atuação dos leigos, adquiriu características modernas, enquanto que a TFP defendia a imutabilidade da posição tradicionalmente dominante da Igreja na sociedade. A Revista *A Família Cristã*, entre 1960-1964, assumiu a defesa e difundiu a linha de atuação da Ação Católica, no tocante ao envolvimento leigo na construção de uma sociedade melhor.

<sup>112</sup> ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 229.

<sup>113</sup> ALVES, op. cit., p. 228.

<sup>114</sup> Apud RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 53.

Apesar da importância atribuída à Ação Católica, a Igreja não desprezava a atuação de outras forças, que consideravam imprescindíveis em seu “exército”, como eram chamados os integrantes dos grupos de leigos que eram arregimentados pela Igreja. Segundo o artigo “Movimento por um mundo melhor”, da Revista *A Família Cristã*, há lugar para todos, e todos são necessários, nessa imensa “frente” que deve ser ocupada para repelir os assaltos do “inimigo”.<sup>115</sup>

A Igreja Católica, como foi possível perceber ao longo desse capítulo, procurou, principalmente, a partir dos anos de 1950, posicionar-se de forma mais ampla na sociedade brasileira. Com a criação da CNBB, em 1952, pela iniciativa do bispo auxiliar do Rio de Janeiro Dom Hélder Câmara, a Igreja católica, até então com uma estrutura espalhada e isolada, passou a ter uma estrutura nacional, possibilitando, dessa forma, uma maior projeção na política nacional. A preocupação com as questões sociais foram se fortalecendo e, através da Ação Católica Especializada, JUC, JOC, JEC, entre outras, foram posicionando-se ao lado das lutas populares. Em contrapartida, através da TFP, organizou-se um movimento de resistência às propostas de transformação, configurando-se assim, uma polarização ideológica no interior da Igreja católica.

Também foi possível constatar neste capítulo que uma das grandes preocupações da Igreja Católica nesse período fundamentava-se na proliferação do comunismo na América latina, principalmente a partir da revolução cubana em 1959. Os setores conservadores da Igreja Católica associaram os movimentos populares aos ideias comunistas. Ao mesmo tempo em que condenavam a exploração capitalista, alertavam para o perigo de os comunistas tomarem o poder.

---

<sup>115</sup> MOVIMENTO por um mundo melhor: o papel do leigo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 12, mar. 1960.

## 2 A DIFUSÃO DO DISCURSO ANTICOMUNISTA NAS PÁGINAS DA REVISTA “A FAMÍLIA CRISTÃ”: (1960-1962)

Vários setores conservadores da sociedade brasileira, com destaque para a Igreja Católica e sua cúpula institucional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), claramente tomavam partido por posições conservadoras. Tenderam a caracterizar nos movimentos populares uma inspiração e uma dinâmica comunista. De acordo com Reis:

O fantasma da revolução cubana assombrava: lá também uma revolução nacionalista e democrática transmudara-se numa revolução socialista e numa ditadura revolucionária, levando um país católico para a órbita da União Soviética, sede e centro do *materialismo ateu*.<sup>116</sup>

Alguns bispos e padres eram extremamente críticos em relação ao comunismo. Em 1961, a Comissão Central da CNBB alertou que “os comunistas [...] não se interessam pelas soluções. Ao contrário, para eles, quanto pior melhor”.<sup>117</sup>

Assim, o objetivo deste capítulo é evidenciar o anticomunismo católico a partir do discurso anticomunista veiculado na Revista *A família Cristã*, no contexto político de 1960-1962.<sup>118</sup>

Para a Igreja Católica, o comunismo assemelhar-se-ia à modalidades de mal que, moral e juridicamente, não podiam ser aceitas, tais como os homicídios, roubo e o adultério. Além disso, afirmava que os comunistas era disseminadores das trevas e do ódio, em oposição à luz e ao amor cristão. De acordo com Rodeghero:

As contraposições entre o que era ou não moralmente aceito, entre amor e ódio, entre luz e trevas, entre natural e antinatural iam estabelecendo as distinções fundamentais entre o cristianismo e o comunismo, incompatibilidade que era fortemente enfatizada.<sup>119</sup>

A existência de uma ameaça comunista não levava a Igreja a tomar posições eclesiais mais extremistas. Como corpo coletivo, os bispos acreditavam que a forma mais eficaz de tratar a ameaça comunista seria promovendo as reformas que satisfizessem

---

<sup>116</sup> REIS, op. cit., p. 37.

<sup>117</sup> PASTORAL DA TERRA apud MAINWARING, op. cit., p. 77.

<sup>118</sup> Os autores que compõem o pano de fundo desta pesquisa são os que mais se aproximam com a versão da autora, com a versão do que se quer mostrar.

<sup>119</sup> RODEGHERO, op. cit., p. 32.

as aspirações das massas, tornando-as menos suscetíveis às idéias comunistas. Contudo, essa postura de combate à pobreza e de indignação ao sistema vigente, não significou que a Igreja se assumisse radicalmente contra a sociedade capitalista. O objetivo seria preservar a Civilização Ocidental das ameaças do Comunismo. Apesar de uma inclinação nitidamente anticomunista, pediam importantes reformas socioeconômicas. Nesse sentido, a Revista *A Família Cristã* argumentava:

Uma economia justa deve procurar a produção proporcional ao consumo, sabiamente medido pelas necessidades e dignidade do homem. Será, pois, inadmissível uma produção para o dinheiro e para o proveito, como na economia capitalista, ou para a potência do Estado, para aumento de seu prestígio, sua dominação, como na economia do Estado totalitário.<sup>120</sup>

Apesar de os reformistas estarem preocupados com a justiça social e com a comunidade, descartavam completamente as transformações radicais, posicionando-se claramente contra o Comunismo. Julgavam o Capitalismo aceitável, desde que reparados alguns erros, por meio de uma reforma cristã. Dessa forma, apesar de apresentar críticas ao Capitalismo, entendiam ser o Comunismo muito pior e mais desumano. De acordo com Rodeghero:

A hipótese de que a Igreja aceitava o capitalismo, ainda que com algumas restrições, é forçada pela análise de documentos da Igreja, de manifestações na imprensa católica. Nas críticas ao capitalismo, e também ao liberalismo, nessas fontes, normalmente eram utilizados adjetivos de caráter negativo; o comunismo, entretanto, era considerado intrinsecamente mau.<sup>121</sup>

Essa postura da Igreja frente ao capitalismo e ao comunismo pôde ser observada em um quadro comparativo, exposto na revista *A Família Cristã* de dezembro de 1960 em que Fulton Sheen,<sup>122</sup> bispo auxiliar de New York e colaborador da Revista, descreveu as diferenças entre o Capitalismo e Comunismo:

<sup>120</sup> A ECONOMIA social. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 14, fev. 1961.

<sup>121</sup> RODEGHERO, op. cit., p. 55.

<sup>122</sup> Fulton Sheen já há muito denunciava o comunismo em oposição ao catolicismo romano. Possuía desde os anos de 1930 um programa de rádio na NBC, chamado Hora Católica, em que dava cursos para convertidos ao catolicismo. Ver: RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria. *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 44. São Paulo, p. 463-488, 2002.

O capitalismo só fala de direitos de propriedade e esquece o seu uso, enquanto o comunismo só fala do seu uso e esquece seus direitos.

O comunismo exalta com bajuladora unção a figura de seu chefe vermelho, que é o grande inimigo do capitalismo.

Na realidade, o comunismo reveste-se de todas as características más do capitalismo, e deixa de lado as boas.

Tanto o capitalismo quanto o comunismo concentram propriedade: o primeiro nas mãos de alguns financistas, o segundo nas mãos de alguns burocratas.

O capitalismo nega à maioria o direito de propriedade produtiva, o comunismo nega a todos.

O capitalismo faz da produção, da riqueza material, o principal fim do homem, o comunismo faz dela o único fim do homem.

O capitalismo dificulta a posse da propriedade produtiva, como proteção da liberdade; o comunismo proscree-a como se fora “delito” (um crime).

O capitalismo exerce direitos econômicos sobre os operários, determinando em grande parte como devem viver; o comunismo não somente exerce direitos econômicos, mas até prerrogativas propriamente jurídicas sobre os operários, determinando não só como devem viver, mas também quando e como devem morrer.<sup>123</sup>

Observa-se que em cada argumento contra o capitalismo sobrepõe-se uma justificativa desqualificando em grau maior o sistema comunista, considerado, pela Igreja Católica, uma ideologia subversiva e materialista.

A relação da Igreja com o Estado brasileiro sofreu alterações ao longo do tempo, no entanto, sua participação na política sempre foi marcante, principalmente até 1964, quando, segundo Mainwaring, esteve vinculada com o Estado e também com as classes dominantes.

A Igreja Católica no Brasil reúne mais adeptos do que qualquer outra Igreja no mundo Ocidental. [...] A presença da Igreja tem sido marcante. Vinculada ao estado e às classes dominantes até 1964, entrou em sérios atritos com o Estado durante as duas décadas de governo militar.<sup>124</sup>

De acordo com o que foi abordado no primeiro capítulo, a Igreja Católica, a partir do papado de João XXIII (1958-1963), procurou adequar-se ao mundo moderno. Alguns setores dentro da Igreja defenderam uma maior proximidade com as classes subalternas e mudanças na condução da política econômica, a fim de melhorar as condições de vida da maioria da população. No entanto, essa mudança nas diretrizes da Igreja Católica não foi tão profunda a ponto de aceitar o comunismo como sistema apropriado para amenizar as desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que lançava críticas ao capitalismo, condenava veementemente a adoção do sistema comunista como alternativa. “O comunismo reveste-se de todas as características más do capitalismo, deixando de lado as

<sup>123</sup> O PATRÃO e o operário devem ser amigos. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 14, dez. 1960.

<sup>124</sup> MAINWARING, op. cit., p. 10.

boas”.<sup>125</sup>

A Igreja Católica, em vários dos documentos publicados ao longo desse período, salientou seu desprezo pelo sistema comunista. Julgava ser este um sistema ateu e desumano, que tinha como intenção banir a religião do seio das famílias brasileiras. Utilizando-se de sua influência e de sua estrutura, através de seus periódicos, divulgava textos e notícias com o intuito de alertar seus leitores contra os “perigos” que representaria a adoção do sistema comunista, bem como ressaltava a importância do catolicismo para a manutenção da ordem, da moral e da família.

Dentre os inúmeros mensários publicados pela Igreja Católica, a Revista *A Família Cristã*, através da publicação de textos orientadores, procurou sensibilizar os seus leitores quanto ao iminente “perigo” que rondava a América Latina, conseqüentemente, o Brasil, nos anos de 1960. As reportagens desqualificavam o comunismo na Rússia, na China, na Alemanha Oriental e, em maior número, o comunismo em Cuba. Estruturava-se de diversas formas e, por muitas vezes, o teor de suas mensagens estava direcionado às mulheres, já que estas se constituíam em seu principal público leitor.

## 2.1 Rainha do lar, esposa fiel: a mulher como guardiã do “*status quo*” capitalista

Na edição de janeiro de 1960, na coluna “Panoramas Mundiais” da Revista *A Família Cristã*, encontraram-se duas reportagens as quais relatam a “*Volta à casa paterna*” de duas renomadas senhoras norte-americanas. Seriam elas: a Doutora Grace Carlson e Bella Dodd, que teriam abandonado seus cargos, respectivamente, no Partido dos Trabalhadores Socialistas e no Partido Comunista Americano, para converter-se ao catolicismo. O artigo “*Do Socialismo a Deus*”, descreve a conversão da “famosa doutora americana Grace Carlson”, nos seguintes termos:

Entre as numerosas conversões na América, singular foi a da distinta Doutora Grace Carlson. A famosa senhora excomungada pela Igreja, há trinta anos, por pertencer ao Partido dos Trabalhadores Socialistas, cansa-se de estar longe da casa paterna e em 1952, volta ao catolicismo, assinando sua demissão de candidata à presidência do Partido.<sup>126</sup>

Na mesma edição e na mesma coluna, sob o título “*Do Comunismo a Deus*”, destaca-se a conversão da “brilhante advogada dos EUA, ao catolicismo”. Dizia a

<sup>125</sup> O PATRÃO e o operário devem ser amigos. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 14, dez. 1960.

<sup>126</sup> DO SOCIALISMO a Deus. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 16, jan. 1960.

reportagem:

Trata-se de Bella Dodd, brilhante advogada do foro de Nova York, membro do comitê nacional do partido comunista americano, catedrática da Universidade de Hunger. O autor de sua conversão foi Exmo. Dom Fulton Sheen que no dia 7 de abril de 1952 recebeu sua abjuração e batizou-a. [...] os pais se sacrificaram para lhe dar a possibilidade de cursar as escolas superiores.<sup>127</sup>

A Revista descrevia as razões da conversão:

Uma vez comunista “a serviço da fraternidade humana” não encontrou a tranquilidade e a paz de consciência. “Minha vida particular era caótica – são palavras dela – e sem nenhum significado, minha vida espiritual estava vazia”. Mais tarde achando-se Bella Dodd em uma igreja repleta de fiéis, pessoas de todas as condições sociais, lhe veio este pensamento: “Eis as massas que procurava... eis as criaturas que queria amar”. Bella Dodd encontrara a verdadeira fraternidade humana, na casa do Pai, na Igreja Católica.<sup>128</sup>

É interessante observar que as duas conversões ocorreram em 1952 e, somente em 1960, é que os organizadores da *A Revista Família Cristã* resolvem publicá-las, o que pode ser atribuído à intensificação da guerra fria na América Latina, a partir da Revolução Cubana em 1959. Além disso, deve-se observar que, “o retorno ao catolicismo”, como destacam as reportagens, assume um duplo significado de conquista para a Igreja Católica. Nos dois casos, conseguem afastar as duas renomadas mulheres da influência comunista, o que, para a Igreja, é muito importante, pois todos sabemos que são as mulheres que enchem as Igrejas e que asseguram a educação religiosa e o acesso dos filhos aos sacramentos, e, paralelamente, também significou o distanciamento da figura feminina de um cargo de grande importância e, quiçá, de uma carreira política promissora, já que a doutora Grace Carlson concorreria à presidência do Partido Socialista.

O processo de modernização que ocorreu no Brasil, a partir dos anos de 1950, foi acompanhado pela emergência de novos valores, os quais romperam com a estrutura patriarcal. A mulher, após esse período, ultrapassou com maior frequência à esfera doméstica e entrou para o mercado de trabalho. A Igreja Católica tentava defender a mulher da influência da cultura moderna e também do assédio da ideologia comunista. Em uma reportagem da Revista *A Família Cristã* de Julho de 1960, a Igreja, através de seu colaborador, o religioso norte-americano Fulton Sheen, escreveu:

<sup>127</sup> DO COMUNISMO a Deus. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 16, jan. 1960.

<sup>128</sup> DO COMUNISMO a Deus. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 16, jan. 1960.

O comunismo ignorou completamente a mulher, em sua marcha impiedosa para o poder, como Marx, seu fundador ignorou sua própria família, recusando-se a trabalhar. O comunismo só pensa em Planos Quinquenais; precisa da mulher para lembrar-lhe que os Planos Quinquenais envolvem homens e mulheres e que a vida é mais preciosa do que o Plano, do mesmo modo que a comida é mais importante do que a roupa. O ideal em toda essa questão, é a mulher nas Bodas de Caná (Maria), que, apenas convidada, notou que não havia vinho, embora os próprios servos não percebessem a falta. Ela observou a dificuldade e forneceu o remédio através da mediação – trabalho que ela cumpre com seguida brandura e encanto, mesmo hoje em dia.<sup>129</sup>

Percebe-se desse modo que houve uma preocupação da Igreja com a inserção da mulher nos trabalhos considerados masculinos. Para a Igreja, embora nesse período apareça uma discreta aceitação do desempenho dos novos papéis para a mulher na sociedade, não deveria ela jamais descuidar de suas atribuições fundamentais junto à família. A mulher constituía-se num instrumento estratégico de defesa da fé e dos direitos da Igreja, por isso alertá-la quanto às práticas comunistas seria defender a própria Igreja.

Na ótica da Revista, trabalhar fora e ultrapassar as fronteiras do lar raramente trazia para a mulher um grande acréscimo ao rendimento da família, na maioria das vezes, nada, porque se pagava muito menos às mulheres que aos homens nos empregos dispostos a elas. A Revista *A Família Cristã*, em uma reportagem de maio de 1961, intitulada “*Vista parcial do paraíso vermelho*”, fez o seguinte alerta às mulheres brasileiras:

Na China as mulheres foram libertadas dos trabalhos domésticos e alcançaram os mesmos direitos dos homens, isto é, as mesmas fadigas sem nenhuma distinção. O trabalho nos 26.000 “distritos populares” em que foi dividida a China, é organizado à maneira militar: pela manhã o som de uma trombeta anuncia o início do trabalho; todos se põem em marcha com bandeiras e tambores à frente. As mulheres deixam os filhos nas creches.<sup>130</sup>

A reportagem foi reforçada com a imagem de mulheres trabalhando com pás, em um local bastante inóspito, tentando, dessa forma, demonstrar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos países em que o sistema comunista imperava. Para a Igreja, os comunistas tratavam a mulher igual ao homem em todos os trabalhos, desrespeitando sua dignidade de esposa e desconsiderando a feminilidade e a beleza da maternidade. Na mesma reportagem, seguiu o alerta:

<sup>129</sup> SHEEN, Fulton. Mãos femininas no trabalho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 14, jul. 1960

<sup>130</sup> VISTA parcial do paraíso vermelho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, mai. 1961.

Homens e mulheres comem o mesmo alimento, dormem e trabalham sob o mesmo horário. Nubentes e solteiros vivem juntos em barracos; os esposos em geral vivem separados dos primeiros, contudo o governo tem toda a autoridade de transferir um dos cônjuges para outro “distrito” destruindo assim a família. As horas de trabalho vão de dez horas mínimas podendo chegar até 14 ou 16. Três vezes por dia todos recebem uma magra refeição de arroz. Além dos distritos, há na China muitos campos de concentração onde são “reeducados” aqueles que ainda possuem alguma idéia de burguesia...<sup>131</sup>

Observa-se que a reportagem dá ênfase à perda de qualidade de vida nos países comunistas, no entanto, a preocupação com a questão moral e a preservação da família também aparecem no texto. Para os católicos, os comunistas conheciam o poder da mulher em barrar a penetração de falsos valores na família e na sociedade, por isso esforçavam-se em abalar sua dignidade, rompendo, dessa forma, com sua resistência. O objetivo do comunismo em relação à família era assim sintetizado pela Igreja:

Destruição do matrimônio como vínculo estável; promiscuidade nas relações sexuais, os filhos pertencem ao Estado e este os toma a seu cargo; controle dos nascimentos por necessidade do Estado; liberdade para a prática de meios anticoncepcionais; destruição de todo o sentimento familiar mediante a educação.<sup>132</sup>

De acordo com o texto, para a Igreja Católica havia uma relação entre o imoral e o comunismo. A preocupação com as questões morais encontrava-se no centro do anticomunismo católico. Sendo assim, combater o comunismo significava combater algo que atingia diretamente a moralidade dos homens.

Tanto quanto preservar a mulher da influência comunista, a Revista *A Família Cristã*, durante o período analisado, 1960 a 1964, também procurou incentivar na mulher a condição de esposa ideal, rainha do lar e mãe imaculada. Nesse sentido foram publicadas diversas reportagens, as quais procuravam orientá-las através de inúmeras dicas e conselhos, muitos formatados em decálogos, fazendo uma analogia com os Dez Mandamentos da Igreja católica. Para exemplificar, transcreveu-se o “*Decálogo da mulher ideal*”, publicado na edição de julho de 1961:

---

<sup>131</sup> Idem, ibidem.

<sup>132</sup> Jornal do Dia, 27.04.1950, p. 4, apud RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

- 1- Ama teu marido mais que ninguém no mundo, depois do senhor, e ama teu próximo o melhor que puderes; mas lembra-te de que a casa é do teu marido e não do próximo.
- 2- Considera o teu marido como um hóspede de cerimônia e um amigo precioso; quanto a amigas livra-te delas.
- 3- Prepara para teu marido uma casa ordenada e um rosto sereno, mas não te amofines, se ele não se der por isso imediatamente.
- 4- Não lhe exija coisas supérfluas para a casa; pede-lhe uma casa alegre e um canto livre para as crianças.
- 5- Que os teus filhos sejam alegres e limpos como tu, para que teu marido sorria quando os vê, e pense neles quando está longe.
- 6- Pensa que casaste com ele para os bons e para os maus tempos; mesmo quando toda a gente o abandonasse, tu devias a continuar a apertar a sua mão nas tuas.
- 7- Se o teu marido ainda tem mãe, nunca será demasiado boa com ela.
- 8- Não exijas da vida aquilo que ela nunca deu a ninguém. Se és útil, já és feliz.
- 9- Se a infelicidade te bater à porta, não te acabrunhes nem desespere. O bem torna. Se tiveres confiança no teu marido, ele terá coragem por dois.
- 10- Se se afasta de ti, espera-o. Se demora muito, espera-o. Se te abandonar, espera-o. Tu não és só a tua mulher, é a honra do seu nome. Quando um dia regressar, abençoar-te-á.<sup>133</sup>

Percebe-se no texto que a condição da esposa é sempre de resignação e submissão perante a figura masculina e coloca o homem como ser superior e senhor da mulher.

A publicação desse decálogo coloca a Revista numa condição extremamente conservadora na relação homem/mulher, esposo/esposa. Em outra reportagem, de abril de 1960, sobre a “*Maravilhosa invenção*”, o matrimônio, depois de falar do amor, da importância desse sacramento em relação a Cristo e a Igreja, termina dizendo:

Mulheres sede submissas aos vossos maridos. Não a sujeição própria da escrava, mas uma submissão digna, uma dedicação serena cuja satisfação é o amor casto e operoso pelo esposo e pelos filhos. [...] A tarefa da mulher é a de se tornar sempre mais o refúgio da espiritualidade e interioridade, de maneira que o homem não esterilize seu trabalho racional, técnico, político e comercial.<sup>134</sup>

No entanto, em outras reportagens podem-se perceber alguns avanços. Por exemplo, quando aparece na Revista que as mulheres podiam exercer as mesmas tarefas dos homens sem perder a feminilidade. Fez-se uma comparação entre homens e mulheres: o homem ama o abstrato, a mulher o concreto; a conversação masculina é, na maioria das vezes, sobre coisas; a mulher fala principalmente de pessoas. A Igreja admitia as mulheres nas mesmas profissões dos homens: “Nenhuma carreira profissional, não importa qual seja, enrijece ou caleja o espírito ou o coração de uma mulher, contanto que ela propicie uma saída para a qualidade de sua mente e seu coração especialmente femininos”.<sup>135</sup>

<sup>133</sup> DECÁLOGO da mulher ideal. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 8, jul. 1961.

<sup>134</sup> ALBERIONE, Pe. Maravilha invenção. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 9 e 13, abr. 1960.

<sup>135</sup> SHEEN, Fulton. Mãos femininas no trabalho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 14, jul. 1960.

## 2.2 Cuba, URSS e China: uma proximidade indesejada no olhar da Revista *A Família Cristã*

Nesse período, fim dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética se agravaram também na América Latina. Segundo Reis:

Nos anos 50 e 60 do século 20, no âmbito do então chamado *terceiro mundo*, a *guerra fria* tornara-se *quente*. Embora fosse possível processos de transição pacífica, marcados pela conciliação, o que predominava no imaginário, na mídia, era o confronto violento, a luta armada, guerrilhas e revoluções.<sup>136</sup>

Os EUA, à frente do bloco capitalista, lideravam a campanha anticomunista por todos os continentes. Na América Latina o anticomunismo iria se intensificar com a Revolução Cubana em 1959. Após a Revolução Cubana, que se consolidou com a implantação de um novo governo que teve à frente o líder do movimento Fidel Castro, a “ameaça” comunista passou a estar mais próxima dos limites estabelecidos entre as duas potências. Frente às sanções estabelecidas pelos norte-americanos, Cuba contou com a ajuda econômica da URSS.

Os eventos em Cuba criaram a consciência de que a Revolução seria uma possibilidade na América Latina. Inspirava algumas pessoas a intensificar seus esforços para promover uma mudança radical, despertando, dessa forma, uma grande preocupação por parte dos EUA em conter esses movimentos reformistas que foram adquirindo um cunho nacionalista e anti-imperialista (contra a preponderância dos capitais estrangeiros).<sup>137</sup>

Com a revolução cubana, em 1959, e, principalmente, com o fracasso da invasão da Baía dos Porcos pelos Estados Unidos em abril de 1961, é que as preocupações com a infiltração das idéias comunistas no continente americano começaram a se agravar. Sendo o Continente Americano detentor do maior número de católicos, e o Brasil o maior país católico do continente, num total de 68 milhões de habitantes, na década de 1960, os católicos correspondiam a um percentual de 93%<sup>138</sup>. Era razoável que a Igreja intensificasse sua investida contra o comunismo. O governo de Fidel Castro foi acusado de perseguir a Igreja Católica, prendendo padres e fechando templos.

<sup>136</sup> REIS, op. cit., p. 33.

<sup>137</sup> REIS, op. cit., p. 35.

<sup>138</sup> PIERUCCI, Antonio Flávio. Secularização e declínio do catolicismo. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (org.). *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004.

Para Beozzo, o ano crucial das iniciativas romanas em relação a Cuba foi o ano de 1961. Em novembro de 1961, João XXIII emitiu uma carta apostólica a todos os ordinários da América Latina, que, entre outros assuntos, abordava a situação cubana. Dizia S. S. o Papa João XXIII:

Não fogem, de fato, à vossa vigilância os perigos que insidiam a fé e a vida católica dessas Nações. Se tantos e tão grandes são os argumentos que vos alentam a esperança, causa-vos, porém, angústia veemente o saber que algumas regiões, noutros tempos tão florescentes de vida cristã, Deus e sua Igreja são perseguidos temerariamente, levando-se a cabo os intentos para propagar mais este mal.<sup>139</sup>

Em 1962, os bispos brasileiros, reunidos no Rio de Janeiro, discutiram e votaram o Plano de Emergência, pelo qual a Igreja se colocava como meta impedir que o Brasil se tornasse uma outra Cuba no continente americano. Dizia o Plano de Emergência:

Aqui estamos – no tocante ao nosso país – procurando corresponder plenamente ao apelo da Santa Sé. Aqui estamos tentando por a Igreja do Brasil à altura das circunstâncias excepcionais de que é exemplo o sistema em Cuba, país não menos católico do que o nosso.<sup>140</sup>

Sendo um periódico católico e um dos veículos de difusão anticomunista, a Revista *A Família Cristã* contribuiu para divulgar as estratégias da Igreja Católica, no intuito de conter o avanço do comunismo na América Latina. Nesse sentido, encontra-se, na edição de novembro de 1960, a divulgação do “Congresso Mariano Interamericano em face do perigo comunista”:

[...] Durante o Congresso Mariano haverá sessões especiais para jornalistas, estudantes universitários, artistas, membros da Ação Católica e profissionais diversos [...] O primeiro dia é dedicado à consideração do perigo comunista do ponto de vista religioso; o segundo do ponto de vista da cultura; e o terceiro no aspecto econômico e social. Então respectivamente dedicados, o primeiro dia à infância, o segundo à juventude e o terceiro a Família Cristã, com reuniões públicas, missas e sessões de estudo.<sup>141</sup>

Esse Congresso foi realizado em Buenos Aires, em novembro, e, de acordo com o cardeal argentino Caggiano, “seria a união numa cruzada positiva em face do comunismo”. O prelado também pedia a colaboração de todos os bispos das Américas e a todos os

<sup>139</sup> REB, vol. 22, fasc. 2, jul. 1962, p. 441 apud BEOZZO, op. cit., p. 22-23.

<sup>140</sup> PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A IGREJA DO BRASIL. *Cadernos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB*, n. 1, 1963. 2. ed. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2004.

<sup>141</sup> CONGRESSO Mariano Interamericano em face do perigo comunista. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 18, nov. 1960.

católicos do continente para que rezassem pelo êxito da Assembléia Mariana. A Revista, no decorrer das publicações, não fez menção sobre a participação do Brasil no Congresso e nem tampouco publicou os resultados obtidos com o encontro.

No Brasil, o ano de 1960 iniciou-se com a campanha para as eleições presidenciais que iria ocorrer em 3 de outubro do mesmo ano. Candidatou-se Jânio Quadros, que foi lançado por um pequeno partido, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado por Carlos Lacerda e a União Democrática Nacional (UDN). Ademar de Barros candidatou-se pelo Partido Social Progressista (PSP), e o Partido Social Democrático (PSD), juntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uniram-se em torno da candidatura do General Lott, tendo João Goulart como candidato a vice-presidente.

Nesse contexto de campanha eleitoral, a Igreja Católica, por intermédio do mensário *A Família Cristã*, aproveitou o momento político para orientar seus leitores quanto à escolha de seus candidatos. Na edição de setembro de 1960, a reportagem assinada somente pelas iniciais F. V., intitulada: “*Dever do eleitor*”, na qual são listados, de acordo como está na Revista “alguns deveres ao qual católico algum poderá subtrair-se sem culpa grave”. Dentre os deveres, destacaram-se aqueles que se referiam à preocupação com o “inimigo” comunismo:

Siga o bom senso: não favoreça partidos, programas e homens cujos princípios, métodos e finalidades sejam contrários a Deus e à Igreja. Quem apóia o comunismo coloca-se automaticamente contra a Igreja.

É dever do católico não desperdiçar o seu voto. Não se reage contra o comunismo com pedras, tijolos, pequenos muros isolados, mas, sim, com um único dique, forte e bem elevado.

Se a Igreja intervir para aconselhar ela o faz por direito, para defender valores espirituais e sagrados, ameaçados pela vitória de forças anti-cristãs e católicas, e não para patrocinar idéias políticas.

Lembre-se de que está em suas mãos a possibilidade de liberdade e de verdadeira justiça; se você não votar ou votar irrefletidamente, inútil será lamentar-se depois do dia 02 de outubro. “Quem é causa de seu mal, chore a si mesmo”. “É mais fácil prevenir do que remediar”.<sup>142</sup>

Utilizando-se de sua estrutura que lhe permitia atingir uma parcela considerável da população, a Igreja difundia seu discurso anticomunista. Para ela, ser católico e anticomunista eram virtudes que deveriam ser cultivadas pelos eleitores e apoiar o comunismo significaria colocar-se diretamente contra a Igreja. Na edição de janeiro de 1961 da Revista *A Família Cristã*, encontrou-se uma reportagem que tecia críticas ao comunismo cubano. A reportagem dava ênfase a “Carta Pastoral contra o Comunismo”, lida nas Igrejas de Santiago de Cuba:

<sup>142</sup> V., F. Dever do eleitor. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 13, set. 1960.

Segundo notícia o órgão “Información” foi lida no domingo, 2 de outubro, em todas as igrejas de Santiago de Cuba, uma carta pastoral contra o Comunismo, assinada pelo arcebispo, Dom Henrique Perez Serantes.

A carta acusa os partidários de Marx de estarem colhendo os frutos da revolução Cubana e rejeita a afirmação de que a Igreja esteja sob a Influência da embaixada dos Estados Unidos e do Generalíssimo Franco.

[...] Por outro lado, informa-se que uma clínica médica, em um dos distritos mais pobres de Havana, foi fechada e as freiras católicas que a dirigiam regressarão à sua sede em Filadélfia, em virtude das atuais relações entre Cuba e os EUA.<sup>143</sup>

Novamente observa-se certa distância entre o momento do acontecimento, no caso, outubro de 1960, com o momento da publicação pela Revista *A Família Cristã*, em janeiro de 1961, quando, então, o presidente eleito Jânio Quadros tomou posse. Jânio já havia manifestado solidariedade aos cubanos antes de eleger-se presidente da República. Visitou Cuba em março de 1960, ocasião esta em que defendeu a reforma agrária realizada após a revolução em Cuba, o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, o reconhecimento da República Popular da China e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No início de seu governo, Jânio Quadros tomou uma série de medidas proibitivas, com intuito de realizar certa “limpeza moral” no país. Proibiu a realização de provas de turfe em dias úteis, as rinhas de galo, os desfiles de misses com maiôs cavados, o uso de lança-perfumes nos bailes de carnaval, entre outras. Nesse aspecto, as medidas tomadas por Jânio Quadros estavam em perfeita harmonia com a conduta moral pregada pela Igreja Católica. Por inúmeras vezes encontrou-se, na Revista *A Família Cristã*, o posicionamento da Igreja condenando algumas práticas dos fiéis católicos. A moral cristã desaconselhava algumas leituras, proibia as festas de carnaval, o beijo em público, modas indecentes, entre outros comportamentos. Sobre o carnaval, a Revista *A Família Cristã* publicou, na edição de fevereiro de 1961:

O carnaval nada tem de comum com as festas da Igreja, que são todas de feitio puramente espiritual. Sem nenhum motivo para qualquer elevação do espírito, as festas de Momo são perigosas, festejos condenáveis, pois oferecem oportunidades para desmandos e ofensas a Deus. Só os divertimentos lícitos, sem mescla de pecados, são permitidos pela Igreja Católica. Deus, infinitamente bom, não condena os divertimentos. Ele é amigo da família e quer as expansões de alegria de seus filhos, que são herdeiros do céu. Mas não podem agradar a Deus os entretenimentos perigosos. [...] De origem pagã, os folguedos carnavalescos provocam sentimentos de verdadeiro materialismo, de indisfarçável desregramento.

[...] As festas carnavalescas oferecem às pobres criaturas humanas uma falsa alegria. Puro desvario de vida, sem honra e beleza, o carnaval põe em perigo os corações feitos para a eterna felicidade.<sup>144</sup>

<sup>143</sup> LIDA nas Igrejas de Santiago de Cuba: Nova Carta Pastoral contra o Comunismo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, jan. 1961, p. 16.

<sup>144</sup> LEITE, Deodato Ferreira. Carnaval. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 15, fev. 1961.

A Revista também possuía uma coluna intitulada “Semáforo cinematográfico”, onde publicava a sinopse dos filmes analisados e a cotação referida, que poderia ser: Prejudicial; Adultos, com reservas; Adolescentes; Condenado; Com objeção a menores, Tolerável, entre outros. Desse modo, a Igreja por intermédio da Revista *A Família Cristã*, firmava-se diante do público leitor, como a instituição capaz de preservar a família brasileira<sup>145</sup> da má ma influência do mundo moderno.

Juntamente com seu discurso moralista, Jânio Quadros também manteve um discurso crítico em relação aos EUA, negando-se a apoiar a intervenção armada em Cuba, proposta pelos norte-americanos. No que tange à política externa, Jânio Quadros procurou reatar relações diplomáticas com diversos países do mundo, inclusive os do leste europeu. Essa atitude provocou protestos de muitos setores e grupos que o apoiavam, inclusive parte da imprensa brasileira como os jornais O Globo, O Estado de São Paulo e a Tribuna da Imprensa, que eram defensores de um alinhamento incondicional com os Estados Unidos.

A decisão de implantar uma política externa independente e abrangente aos países do bloco socialista desencadeou algumas medidas práticas logo no início do governo Jânio Quadros. O presidente determinou o restabelecimento da validade dos passaportes brasileiros para esses países e enviou duas missões comerciais ao Leste Europeu.

Não obstante ao momento político, a Revista *A Família Cristã* de março de 1961 publicou um comunicado enviado pelo ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, que, de acordo com a Revista “não pôde ser publicado antes por motivos particulares”. Dizia o Comunicado:

Ao aproximar-se o término de meu mandato, venho manifestar-lhe, de modo especial o meu reconhecimento pelo seu patriótico apoio à luta que travei para conduzir a pleno êxito à causa do desenvolvimento nacional. Sinto-me satisfeito em poder proclamar que, na presidência da República, não faltei a um dos compromissos que assumi como candidato. Mercê de Deus, em muitos setores realizei além do que prometi, fazendo o Brasil avançar pelo menos cinquenta anos em cinco. Pude ainda através da operação Pan-Americana, despertar as esperanças e energias dos povos americanos para o objetivo comum do combate ao sub-desenvolvimento. E todo esse esforço culminou no cumprimento da meta democrática, quando nosso país apresentou ao mundo um admirável espetáculo de educação política que me permite encerrar o mandato, num clima de paz, de ordem, de prosperidade e de respeito a todas as prerrogativas constitucionais [...].<sup>146</sup>

<sup>145</sup> Refere-se à família brasileira fundada no “sacramento do matrimônio”. Esta família é formada por pai, mãe e filhos. Segundo a Igreja Católica, a Família como “Igreja Doméstica”, tem a principal missão de educadora dos filhos. Disponível em: <<http://www.abep.nep.unicamp.br/encontro>> 2006. Acesso em: 05 jan. 2008.

<sup>146</sup> KUBITSCHKEK, Juscelino. Diretamente da presidência da República. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, mar. 1961.

É possível especular que a proximidade com os países do bloco socialista pode ter levado a publicação do comunicado do ex-presidente Juscelino Kubitschek, com o propósito de ressaltar a manutenção dos princípios democráticos, como condição básica para o desenvolvimento econômico brasileiro. Também seria plausível destacar o harmonioso entendimento que a Igreja manteve com o governo Juscelino, tanto em âmbito local quanto em nacional. Ao comparecer ao encontro dos Bispos no Nordeste, no ano de 1956, em Campina Grande, e, no ano de 1959, em Natal, o presidente teria reconhecido a importância da Igreja para a criação de organizações como a SUDENE.<sup>147</sup>

A Política Externa Independente (PEI) implantada pelo presidente Jânio Quadros suscitou várias manifestações contrárias, principalmente por ter incluído em seu quadro de relações, além dos países de terceiro mundo, os países comunistas. Em maio, Jânio recebeu no palácio do Planalto a primeira missão comercial da República Popular da China enviada ao Brasil. O mesmo se repetiu em julho, com a vinda da missão soviética de boa vontade, que tinha como objetivo incrementar o intercâmbio comercial e cultural entre os dois países.

No mês de maio de 1961, a Revista *A Família Cristã* publicou a reportagem “*Vista parcial do paraíso vermelho*”, em que deu ênfase ao tratamento dispensado às mulheres, às relações familiares, que seriam abaladas no regime comunista e, também, a certos campos de concentração existentes na China, com o intuito de reeducar as pessoas. Sobre isso, dizia a reportagem:

Além dos distritos há na China muitos campos de concentração onde são “reeducados” aqueles que ainda possuem alguma idéia de burguesia... Agora perguntamos nós:  
Isto é cooperar para o progresso e o bem estar da humanidade?  
Isto é ser altruísta e agir como seres dotados de razão?  
Isto é ser homens?<sup>148</sup>

Ainda sobre a China encontrou-se, na edição de agosto de 1961, a divulgação de uma turnê realizada pelo pintor chinês Kuo Ming Chiao que, segundo a Igreja, fez-se intérprete “dos tremendos horrores que os cristãos da China suportaram em nome da fé e da liberdade”. A reportagem exibia o quadro intitulado “*A Igreja da China na Tormenta*”, com a seguinte explicação:

<sup>147</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., p. 369.

<sup>148</sup> VISTA parcial do paraíso vermelho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, mai. 1961.

[...] A Igreja, lugar de paz e oração, transformou-se em lugar de tortura e perseguição. Os personagens desse quadro exprimem os diversos estados de ânimo dos cristãos diante do cataclisma comunista: medo, resignação, oração, perdão.

Kuo Ming Chiao terminou sua turnê em Roma. Os quadros não voltarão para Formosa, onde reside atualmente o pintor. Presenteou-os ao Papa para que S. Santidade conserve continuamente a lembrança de seus filhos que sofrem.<sup>149</sup>

Desordem, anarquia, destruição e caos eram o retrato da situação vivida nos países que adotaram o sistema comunista, segundo as imagens transmitidas pela Revista *A Família Cristã*.

A aproximação de Cuba e o apoio às reformas, principalmente a reforma agrária, intensificaram a preocupação dos grupos conservadores.

Com o objetivo de chamar a atenção para o recente regime implantado na América Latina, a Igreja Católica, através de seu periódico *A Família Cristã*, publicou inúmeras reportagens sobre o comunismo em Cuba. Na edição de junho de 1961, publicou uma nota intitulada “*Deixai em paz ao menos as Crianças*”. O texto foi reforçado com a imagem de uma criança usando farda e também de posse de uma arma, com o seguinte comentário:

Isto se pode ver hoje em Cuba. Faz-nos pensar que os ditadores são todos iguais e se repetem com terrível monotonia. Fidel Castro arregimentou meninos e meninas para o batalhão mirim e os equipou com farda, quepe e até com carabina.<sup>150</sup>

O alarme às forças conservadoras foi dado a partir da condecoração do ministro da economia de Cuba, Che Guevara, com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Che Guevara esteve na Argentina e, posteriormente, no Brasil, no dia 18 de agosto de 1961, com o propósito de agradecer o posicionamento desses dois países, por ocasião da primeira Conferência de Punta Del Leste, negando-se a discutir qualquer tema político na Conferência. A condecoração de Che Guevara provocou a indignação dos setores civis e militares mais conservadores da sociedade brasileira, fazendo com que muitos oficiais devolvessem ao governo suas condecorações, como forma de protesto.

Além desse impasse político, Jânio Quadros também foi acusado por Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, de tramar alterações na Constituição brasileira, a fim de aumentar os poderes do presidente da República. Jânio Quadros, em um contexto de governo marcado por sérios atritos com o Congresso, entendeu ser um momento

<sup>149</sup> UMA HISTÓRIA de lágrimas e sangue. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, ago. 1961.

<sup>150</sup> DEIXAI EM PAZ ao menos as crianças. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 16, jun. 1961.

apropriado para se fortalecer. Apresentou sua renúncia numa tentativa de barganhar mais espaço de decisão, visto crer que os conservadores o trariam de volta por repudiarem a posse de João Goulart. De acordo com Vizentini:

Quando o presidente condecorou Che Guevara, o ministro cubano da economia que criticara a Aliança para o Progresso lançada em Punta del Leste (a primeira), a crise eclodiu. Depois de enviar seu vice, João Goulart, considerado “esquerdista”, à República Popular da China, no comando de uma Missão comercial e diplomática, Quadros aproveitou a conjuntura para propor uma renúncia, que acreditava não ser aceita, para ampliar seus poderes.<sup>151</sup>

Sucumbindo às pressões internas e externas, Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961. Nesse mesmo período, o periódico *A Família Cristã* publicou uma reportagem intitulada “*Endereço mais exato*”, assinada pelo Monsenhor Lafayette, um dos colaboradores da Revista, fazendo suas considerações a respeito da “Autodeterminação”, segundo ele, “a palavra do momento”. Dizia o Monsenhor:

A Autodeterminação é a palavra do momento. Desde o Sr. Presidente da República ao sapateiro do meu bairro, todos dela se utilizam largamente, no gozo do direito indiscutivelmente democrático de adotar o vocabulário preferido – mesmo quando não se entende bem o significado. E o pretexto, todos sabemos, é a terra do Sr. Fidel Castro, ora confessadamente incorporada ao bloco soviético. Temos mais uma “democracia popular”, com todas as características dessa forma de governo, a começar pelo acentuado gosto pela cor do sangue, a terminar no emprego bastante exagerado dos campos de concentração e dos fuzilamentos. Não podemos, evidentemente, negar como acentuava Pio XII, na mensagem de Natal de 1939, esse direito à vida e à independência a todas as nações, grandes ou pequenas, fortes ou débeis. E na mesma oportunidade, em 1941, insistia o Papa: a liberdade implica autonomia e independência, soberania interna e externa, integridade e segurança. O princípio se aplica tanto a Cuba como aos Estados Unidos, ao Brasil e ao Haiti. Vale mesmo citar ainda o grande iluminado Pontífice: “É incontestável o direito, também as menores nações, ao respeito de sua liberdade no terreno político, a uma eficaz custódia de sua neutralidade nos casos de contendas entre outros Estados, que lhes corresponde, segundo o Jus natural e os das gentes, e ao amparo ao seu desenvolvimento econômico”. [...] Será, todavia, exatamente o verdadeiro aspecto da questão cubana?<sup>152</sup>

Cuba tornou-se uma ameaça no continente americano e também questão crucial para a Igreja Católica. Monsenhor Lafayette continuou sua crítica:

<sup>151</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 209.

<sup>152</sup> LAFAYETTE, Mons. *Endereço mais exato*. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 21, ago. 1961.

Até onde vão as prerrogativas de um povo, ou até onde se pode permitir chegue o atrevimento de um regime? Ou falando mais precisamente, deverão os países americanos, de aquém e de além do Rio Grande, assistir inertes à instalação do comunismo em determinada região, conformando-se resignadamente em serem contaminados pela infecção moscovita?

Será lícito intervir em certa nação para salvar outras?

[...] Seria admissível interferir num país cujo governo representa um perigo para os vizinhos? Sem dúvida alguma – tenhamos a coragem de dizer.

No caso de Cuba lembremos: até 1898 dominavam ali os espanhóis. Foram os americanos os libertadores da ilha.<sup>153</sup>

A revolução cubana provocou nos Estados Unidos uma reação imediata, que passou a intensificar suas ameaças. Além disso, também despertou a simpatia das populações mais pobres e das lideranças dos movimentos sociais organizados.

[...] Se uns sessenta anos após entenderem voltar para livrar o bravo povo de uma dominação inexprimivelmente mais odiosa e aviltante, a dos soviéticos, e para limpar a pátria de Marti do infinitamente mais devastador morbus vermelho, não compreendemos porque haveriam o meu vizinho remendão, ou mesmo gente muitíssimo mais altamente colocada, de gritar tanto e de passar tantos telegramas a respeito.

Se é por causa de autodeterminação, por ela almejam a Hungria, a Polônia, a Romênia, a Lituânia, a Letônia, a Finlândia, a Albânia, a Croácia – e outras. Por que não endereçar para essas bandas todo esse entusiasmo e essas mensagens?<sup>154</sup>

O texto faz uma crítica contundente à posição tomada pelo presidente Jânio Quadros, um mês depois da sua posse, em janeiro de 1961, quando se negou a apoiar a invasão de Cuba, planejada pelos Estados Unidos. Na ocasião o presidente declarou: “O Brasil, reiterando sua decisão inabalável de defender neste continente e no mundo os princípios de autodeterminação dos povos e de absoluto respeito à soberania das nações, manifesta a sua mais profunda apreensão pelos acontecimentos que se desenrolam em Cuba”.

Além de criticar o então ex-presidente Jânio Quadros, a Igreja Católica manifestou seu total apoio à intervenção dos Estados Unidos em Cuba, como forma de conter avanço do comunismo na América Latina.

Juntamente com seu discurso anticomunista, a Igreja Católica fazia questão de destacar a sua postura frente aos problemas sociais que atingiam os países subdesenvolvidos. Reconhecia a necessidade de reformas mais profundas por parte da iniciativa privada e dos poderes públicos. Nesse sentido, como já foi abordado, os documentos papais constituíram-se nos porta-vozes do pensamento da Igreja Católica. A

---

<sup>153</sup> LAFAYETTE, op. cit., p. 21.

<sup>154</sup> LAFAYETTE, op. cit., p. 21.

publicação da Encíclica *Mater et Magistra*, em maio de 1961, pelo papa João XXIII, deixou clara a postura da Igreja frente aos novos problemas sociais, destacando-se a questão agrária e a necessidade de uma ajuda mais substancial dos países ricos aos países pobres.

Na edição de setembro de 1961, a Revista *A Família Cristã* publicou uma nota que divulgava trechos da mensagem enviada pelo ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros, Afonso Arinos ao Secretário de Estado da Santa Sé, na qual transmitia, segundo as palavras do chanceler, “caloroso apoio do Brasil aos vigorosos conceitos emitidos sobre a necessidade urgente de se dedicar especial atenção ao problema do desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas”. Afonso Arinos elogiou a abordagem na encíclica *Mater et Magistra*. De acordo com o Chanceler:

O Brasil, fiel ao sistema democrático de vida, único verdadeiramente compatível com os direitos e garantias da criatura humana, não poderia deixar de trazer sua voz de apoio a pronunciamento de tão grande transcendência como o que acaba de fazer. S. Santidade, ao recomendar a urgente introdução de reformas indispensáveis à realização das aspirações de todos os que padecem a injustiça social e a discriminação econômica.<sup>155</sup>

A Igreja Católica, utilizando-se do periódico *A Família Cristã*, corporificou sua posição política através de suas publicações. Ao publicar o documento de Afonso Arinos, deixou claro que defende as reformas necessárias para amenizar as injustiças sociais, sem abalar as estruturas democráticas. Não obstante, a decisão do presidente da República em manter relações com os países comunistas e negar seu apoio à intervenção em Cuba levou a Igreja Católica a intensificar sua campanha anticomunista.

A renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, levou o país a enfrentar uma nova crise política. O processo sucessório converteu-se em um impasse político, que culminou com a implantação do parlamentarismo no Brasil.

### **2.3 O inimigo provável: Jango e o discurso anticomunista na Revista *A Família Cristã* (1961-1962)**

A renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961 deflagrou uma nova crise política no Brasil. Apesar de a Constituição brasileira ser clara quanto ao processo sucessório, prevendo a investidura do vice-presidente como primeira opção, caso o cargo

---

<sup>155</sup> APLAUSO do chanceler à encíclica Papal. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 15, set. 1961.

de presidente se tornasse vago, não foi isso o que ocorreu.

Por estar ausente do país no momento da renúncia de Jânio Quadros, o cargo de presidente foi assumido interinamente por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. No entanto, a posse de João Goulart ficou em suspenso devido à iniciativa de parte dos ministros militares vetarem a sua posse, alegando ser Jango a porta de acesso dos comunistas ao poder. Consideravam João Goulart uma ameaça para a estabilidade política nacional, já que, no momento da renúncia, encontrava-se em uma missão comercial e diplomática na República Popular da China. Além disso, acusavam João Goulart de ser um notório agitador dos meios operários e de ter enaltecido o sucesso das comunas populares em sua recente visita à China comunista.<sup>156</sup>

A partir daí teve início o embate político travado entre os que rejeitavam a posse de João Goulart e aqueles que apoiavam a “legalidade”. Esse último grupo era liderado por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, que recebeu o apoio do comandante do III Exército, general José Machado Lopes. Leonel Brizola organizou a “cadeia da Legalidade”<sup>157</sup>, uma rede de informações que incluía diversas emissoras dos três Estados do Sul, conclamando a sociedade a se mobilizar em favor da posse de Goulart.

Somente depois de dez dias de muitas discussões, acompanhadas da ameaça de uma guerra civil e de uma emenda constitucional que estabeleceu o parlamentarismo no Brasil, é que, então, o vice-presidente João Goulart pode retornar ao Brasil e assumir a presidência da República.

Como forma de demonstrar a insatisfação pela decisão tomada pelo Congresso Nacional, os ministros militares que se opunham à posse de João Goulart lançaram um manifesto no qual expuseram as razões de sua oposição à posse de Jango. Dizia o manifesto:

---

<sup>156</sup> VIZENTINI, op. cit.

<sup>157</sup> SZATKOSKI, Elenice. *O grupo dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 115.

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, [...] manifestam à Sua Excelência o Senhor Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart. [...] Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeiro foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas. [...] E ainda há pouco como representante oficial, em viagem à URSS e à China Comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países exaltando o êxito das comunas populares. [...] – não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiveram a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia...<sup>158</sup>

Com a implantação do parlamentarismo, Tancredo Neves tornou-se o primeiro-ministro e San Tiago Dantas o ministro das relações exteriores, que procurou levar a cabo a Política Externa Independente, iniciada no governo de Jânio Quadros.

As primeiras iniciativas de Goulart fixaram-se na formulação de seu programa de governo. Tinha como pontos centrais a defesa de reajustes salariais compatíveis com os índices de inflação, continuidade da política externa independente, nacionalização de algumas empresas estrangeiras e a implantação das reformas de base (agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral e urbana).

Dentre as reformas citadas, a que teve maior destaque foi a reforma agrária. Goulart participou do encerramento do I Congresso do Camponês, em novembro de 1962, ocasião em que afirmou ser a reforma agrária urgente, no entanto, difícil de colocar em prática sem a alteração no princípio constitucional que exigia a indenização prévia em dinheiro das terras desapropriadas. Porém, essa posição do presidente não recebia o apoio de todos os integrantes do ministério, o que certamente ajudou a dificultar a realização da reforma agrária.

Além da reforma agrária, outros dois temas receberam considerável atenção do governo Goulart. O governo aumentou o controle sobre os investimentos de capital estrangeiro no país e deu prosseguimento a PEI. Em outubro de 1961, o novo gabinete aceitou a proposta do Ministério das Minas e Energia de cancelar todas as concessões feitas ilegalmente ao grupo norte-americano *Hanna-company* e, em fevereiro de 1962, o governo federal deu total apoio às iniciativas de Leonel Brizola, governador do Rio Grande

---

<sup>158</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 223-224.

do Sul, na desapropriação dos bens da Companhia Telefônica daquele Estado, subsidiária da empresa norte-americana *Internacional Telephone & Telegraph*.

No que tange a Política externa Independente, em 23 de novembro de 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e, por ocasião da Segunda Conferência de Punta Del Leste, realizada de 22 a 31 de janeiro de 1962, o ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, defendeu a idéia de neutralidade com relação a Cuba, contrapondo-se a intenção dos Estados Unidos, que procurariam impor suas intenções de reforçar um mercado comum latino-americano.

Essa posição do governo brasileiro, apesar de ter o apoio de significativos setores sociais, dificultou as relações com Washington e causou indignação por parte dos setores conservadores da sociedade brasileira.

Além desses acontecimentos, pode-se citar, posteriormente, a crise dos mísseis em Cuba, em outubro de 1962, que quase desencadeou uma guerra nuclear, o que abalou os nervos da população mundial. De acordo com Hobsbawm:

O líder soviético Nikita S. Krushev decidiu colocar mísseis soviéticos em Cuba, para contrabalançar os mísseis americanos já instalados do outro lado da fronteira soviética com a Turquia. A crise dos mísseis cubanos de 1962, um exercício de força desse tipo, inteiramente supérfluo, por alguns dias deixou o mundo à beira de uma guerra desnecessária.<sup>159</sup>

Momentos como esses causaram sentimento de incerteza no mundo inteiro, pois poderiam ter levado as duas potências à deflagração da Terceira Guerra Mundial, no entanto, na hora da decisão, ambas contaram com a moderação uma da outra. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética estavam convencidos de que utilizar as armas nucleares significaria o fim. Dessa Forma, abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivaleria a um pacto suicida. De acordo com Hobsbawm:

Não está muito claro se chegaram a considerar seriamente a possibilidade de uma ação nuclear contra terceiros – os EUA na Coréia em 1951, e para salvar os franceses em 1954; a URSS contra a China em 1969 –, mas de todo modo às armas não foram usadas. Contudo ambos usaram a ameaça nuclear, quase com certeza sem intenção de cumpri-la, em algumas ocasiões: Os EUA para acelerar as negociações de paz na Coréia e Vietnã (1953, 1954), a URSS para forçar a Grã-Bretanha e a França a retirar-se de Suez em 1956.<sup>160</sup>

A Igreja Católica, por intermédio do periódico *A Família Cristã*, na edição de

<sup>159</sup> HOBBSAWM, op. cit., p. 227.

<sup>160</sup> Idem, ibidem.

março de 1962, publicou um artigo redigido pelo Pe. Bertrand de Margerie, intitulado “*Não estou com o Papa, mas o Papa está comigo...*”, no qual condena o uso da Encíclica *Mater et Magistra* por políticos brasileiros, para justificar a aproximação com os países comunistas. Assim refere-se o Pe. Bertrand sobre o “uso, desuso ou abuso duma Encíclica (*Mater et Magistra*), e de um discurso”:

Citações da Encíclica de João XXIII adornam cada vez mais os discursos dos homens políticos e até os comentários de folhas marxistas...

Um católico, e mesmo qualquer homem de boa vontade regozija-se quando vê a repercussão na imprensa mundial dum documento tão *humano e humanizador*.

Observo, contudo um fenômeno curioso: se muitos aqui estão usando a carta pontifícia para fins partidários, sem jamais criticá-la, alguns círculos nos Estados Unidos atacaram a doutrina do Papa acerca da natalidade (talvez se sintam ameaçados nas suas posses egoístas pelo aumento da população nos países desenvolvidos, ou simplesmente não entendam os fins da Igreja) enquanto a imprensa soviética silenciou completamente o pronunciamento papal. Abuso Crítico!

Quando a “Última Hora” tenta justificar as violências das ligas camponesas por um *abuso* do texto romano, este fica num completo *desuso* dentro do mundo comunista. Contradição só aparente, mas na verdade porta pela qual passam as ciladas marxistas! Abuso de suspeito favor ou asfixia!

Com efeito, o grande público deve ter a impressão de que o único fim dessa Encíclica é urgir a ajuda aos países subdesenvolvidos. Fim que justificaria todos os meios, inclusive o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Neste contexto, abusou de “*Mater et Magistra*” um brilhante estudante da faculdade Nacional de Direito perante um Ministro de Estado, poucos dias antes da renúncia. O ministro teve, aliás, o pudor de não seguir o estudante nesta direção!

Teve ele toda razão: uma leitura, não superficial, mas objetiva e desapaixonada de “Mãe e Mestra” patenteia que *o comunismo ateu é precisamente o principal responsável* (mas não o único) *da insuficiente ajuda aos países subdesenvolvidos!* [...]

[...]

Nestas condições, eles estão impedindo os espíritos mais lúcidos e generosos nos estados Unidos, entre os quais devemos colocar Kenneddy, de consagrar aos países subdesenvolvidos, e ao Brasil em particular, as verbas gigantescas que gastam pela defesa dos países não “colonizados” por Moscou. Por isso, Punta del Este é ainda pouco em comparação de nossas necessidades.

[...]

Não cedamos um só instante à tentação de pensar que a vinda de técnicos soviéticos ajudaria o Nordeste do Brasil: João XXIII relembra-nos que “qualquer que seja o progresso técnico e econômico, o homem separado de Deus torna-se inumano consigo mesmo e com os outros” – é o que Krutchev nos fez ver na Hungria em 1956, e agora, ao reiniciar, contra suas promessas, as provas atômicas...

“Esta vinda prepararia, para retomar as frases de João XXIII, a perseguição desencadeada em muitos países”, que não pouparia a Terra da santa Cruz mais do que Cuba, a China e a Polônia; lá, esta perseguição, diz ainda João XXIII, “põe sempre em maior evidencia a *refinada barbárie dos perseguidores*”.<sup>161</sup>

O texto sintetiza a posição da Igreja Católica frente às últimas ações do período

<sup>161</sup> MARGERIE, Bertrand de. Não estou com o Papa mas o Papa está comigo... *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5 e 32, mar. 1962.

parlamentarista do governo João Goulart. Contraria a insistência do governo em aprofundar as relações comerciais com a União Soviética e condena o uso da Encíclica papal como forma de comprometer a Igreja com a causa das reformas sociais, associada aos países comunistas.

Combater o comunismo fazia parte da doutrina social da Igreja Católica. Na edição de maio de 1962, respondendo à pergunta do leitor Edison<sup>162</sup>, que interrogava sobre a possibilidade de um católico ser comunista e vice-versa, a Igreja, por intermédio de Artêmio A. Tibolla, colaborador da Revista, assim respondeu:

Catolicismo e comunismo são absolutamente inconciliáveis. Aliás, um dos pontos básicos do programa comunista é a luta sem tréguas contra a religião, pra destruí-la até as raízes, considerando-a ópio do povo. O comunismo integral, pois, invade o campo religioso e moral, não ensinando heresias, mas impugnando radicalmente a fé divina e católica, quer na doutrina quer na moral; penetra no campo econômico-social e político, tornando-se revolucionário. Pode-se, pois concluir: 1) Aquele que está convencido do comunismo, propugna e defende o comunismo integral, é anticristão e apóstata da fé (mesmo se não inscrito no Partido); e se tal adesão formal é professada externamente, constitui crime no sentido jurídico canônico (cân. 2195 § 1), incorrendo em excomunhão reservada à Sé Apostólica e em infâmia. 2) A simples inscrição no Partido Comunista (especialmente pelo simples fato de melhor reivindicar os direitos dos operários), não constitui, por si só, nem acarreta a excomunhão. Com isto não se afirma não seja a inscrição ao comunismo proibida pela Igreja, ao contrário, os católicos estão obrigados não só a não colaborarem em nenhum campo com o comunismo, mas em combatê-lo; além disso não é lícito publicar, difundir e ler os jornais e folhas volantes que propugnam a doutrina e a prática do comunismo, nem assinar tais publicações (Decreto do Santo Ofício, 1º de julho de 1949). Para maior esclarecimento do assunto poderá o consulente confrontar a doutrina da Igreja exposta no livro “Teologia moral” de Pe. Teodora T. del Greco, do qual extraímos o trecho acima. E convidamos todos os leitores destas páginas a se unirem na luta contra esse inimigo que tenta, agora mais do que nunca, penetrar em nossa Pátria, para nela semear a discórdia, a traição, o descontentamento, o terrorismo [...].<sup>163</sup>

O texto ressalta a incompatibilidade entre catolicismo e comunismo, acusa os comunistas de anticristãos e conclama a sociedade brasileira a combater o comunismo com todas as suas forças que, segundo o texto, estava no momento tentando infiltrar-se no Brasil.

O governo de Goulart recebeu uma herança econômica difícil, marcada por uma crise financeira que o levou a viajar para Washington em abril de 1962 em busca de recursos financeiros. Tentando amenizar as divergências com os Estados Unidos, Jango fez um discurso no Congresso norte-americano, onde declarou que a independência da política externa brasileira não significava neutralidade e posicionou-se contra o regime implantado

<sup>162</sup> O leitor estava identificado somente pelo primeiro nome.

<sup>163</sup> CONFIE-ME seu problema. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 10, dez. 1962.

por Fidel em Cuba. Procurou, ainda, como forma de contornar os atritos entre os dois países, achar uma saída mais satisfatória no processo de nacionalização das empresas estrangeiras.

Apesar de todo o esforço, a viagem rendeu poucos frutos a Goulart. A crise interna agravou-se com o constante aumento da inflação e insatisfações sociais passaram a ocorrer com maior frequência. No campo, os conflitos entre proprietários rurais e trabalhadores geravam um clima de tensão entre os grupos conservadores. Os setores mais radicais de esquerda, liderados por Leonel Brizola, a todo o momento, pressionavam o governo para que realizasse as reformas prometidas, principalmente a agrária, que até então em nada tinha saído do discurso.

Em meio a esse contexto político conturbado, a Igreja Católica seguiu apreensiva com a possibilidade dos ideais comunistas tomarem forma mais expressiva no país. Com o intuito de dissuadir aqueles que acreditavam ser o comunismo o sistema ideal para o Brasil, a Revista *A Família Cristã* publicou, na edição de junho de 1962, uma entrevista concedida ao “Luzeiro Mariano”, órgão da Diocese de Joinvile, pelo Prof. Silveira Bueno, da Universidade de São Paulo. Teria este visitado vários países comunistas e, durante a entrevista, teria focalizado essencialmente a situação interna desses países. Relatou o Professor:

Visitei centros operários da Tchecoslováquia, da China e também em Moscou. A situação dos operários é das piores. O Partido faz distinção entre operário e proletário.

O operário, aquele que trabalha em fábrica, usina, etc. ganha Cr\$ 75.000,00 mensais, mas um quilo de manteiga custa Cr\$ 2.000,00 e tudo tem que ser feito na manteiga, pois não há azeite, óleo nem banha. O proletário, isto é, o professor, escriturário, etc. percebe Cr\$ 25.000,00...

Verdura, inexistente. Carne, inexistente. Em 18 dias em Moscou comi dois pedaços de galinha. Um par de sapatos ordinário custa Cr\$ 10.000,00; cigarro “Leike”, Cr\$ 400,00; um vestido simples, de 10 a 15 mil cruzeiros; um abrigo para o inverno, de 80 a 90 mil. Como podem viver mesmo os que ganham 75 mil?

Resultado, vimos muita gente com os pés e pernas envoltos em pedaços de pele e mesmo de papel, por falta de calçados.<sup>164</sup>

De acordo com o relato do Professor Bueno, viver nos países comunistas seria muito difícil, pois as condições relatadas por ele eram de miserabilidade. A ênfase em pintar com tintas fortes um quadro tenebroso do que seria a realidade soviética estava presente no periódico *A Família Cristã* e fazia parte da estratégia da Igreja Católica em

<sup>164</sup> NA RÚSSIA é desgraça ser operário, ser pai ou ser velho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 9, jun. 1962.

consolidar o imaginário anticomunista.

Vi uma casa de operários por dentro. Numa sala comprida, em cada canto uma família e no centro mais uma. Cada família com horário de ir ao banheiro e mesmo para as necessidades não podem fugir ao rigor do horário. Se acontecer, a família é imediatamente afastada para lugar ignorado.

Aliás, outra faceta do paraíso vermelho: ninguém reside onde deseja. O partido é que escolhe onde esta ou aquela família deve morar. Quanto ao casamento é quase obrigatório, e à medida que os filhos nascem, vão sendo retirados. O estado cuida das crianças. [...] Cuida porque os filhos não podem atrapalhar pai e mãe no trabalho coletivo. Os filhos, continuarão, por sua vez, o trabalho dos pais. A velhice na Rússia é um verdadeiro drama. Ser velho constitui um estorvo, pois o velho come e não produz, daí ser encaminhado ao asilo tão logo não possa mais trabalhar.

Para a Igreja Católica, o avanço comunista e a glória do Imperialismo Soviético perpassariam pela desmoralização dos costumes, pelo arrazamento dos valores religiosos e pela destruição da família e do amor à pátria. Nesse sentido, o depoimento do professor Silveira Bueno, da Universidade de São Paulo, ia ao encontro dos ideais anticomunistas difundidos pela Igreja Católica. De acordo com Bueno, “na Rússia é desgraça ser operário, ser pai ou ser velho”.<sup>165</sup>

Além de dar ênfase à situação interna vivida pela população da Rússia, nesta mesma edição da Revista *A Família Cristã*, encontrou-se uma reportagem, assinada pelo monsenhor Eduardo Boza Masvidal, bispo auxiliar de Havana, na qual afirma que os povos da América poderão tirar algumas lições com o comunismo cubano. Para ele, Cuba soou o alerta: “Antes se dizia que o marxismo não medraria na América, agora sabemos que um regime comunista pode conseguir impor-se pela violência, pela mentira, pelo terror”<sup>166</sup>. O bispo cubano sugere uma luta inteligente dos cristãos. Segundo suas palavras:

Esta luta não pode fundar-se num anticomunismo negativo, mas atacar a fundo as causas que favorecem o marxismo, para dar aos problemas sociais dos nossos povos uma solução cristã... Tanto os povos ocidentais da Europa, como a América, devem alimentar uma mística, um ideal de reforma cristã. Ventila-se hoje mais que problemas econômicos, sociais ou políticos, uma ideologia. Um materialismo como o marxista não se pode combater com outro materialismo do dinheiro, senão com um ideal da concepção cristã da vida, um ideal vivido, mediante o uso justo das riquezas, dirigidas para o bem de todo povo.<sup>167</sup>

Sugere ainda que todos os fiéis orem contra o comunismo. Para isso, o arcebispo Masvidal indica a seguinte oração:

<sup>165</sup> NA RÚSSIA é desgraça ser operário, ser pai ou ser velho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 9, jun. 1962.

<sup>166</sup> MASVIDAL, Eduardo Boza. A lição de Cuba. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 17, jun. 1962.

<sup>167</sup> MASVIDAL, op. cit., p. 17.

Senhor! Vós que tudo criaste por Vossa magnanimidade misericórdia e por Vosso amor, dando às criaturas que saíram das Vossas mãos o sopro vivificador que as alentou e as tornou capazes de Vos render a sua vassalagem e submissão, apiedai-vos de todos os insanos que procuram destruir por este mundo a Vossa obra de harmonia e de paz entre os povos e de compreensão ente as nações, dando-lhes o conhecimento de Vossa força e de Vossa divindade para que reconheçam que só e só Vós podeis imperar, podeis reinar, podeis permanecer por sobre o destino do mundo que construístes e destes ao Homem para que ele Vos conhecesse e adorasse!

Bem sabeis do alto da Vossa glória, da insídia, do ataque e da destruição que o comunismo prepara para turbar a paz dos povos, para confundir as nações que ostentam a primazia e a grandeza do Vosso Santo Nome!

“... Vós, que sois o Senhor dos Exércitos, contende as hordas dos malignos, dos usurpadores, dos vesânicos, dos incréus, dos malvados!

E iluminai o mundo com o clarão do Vosso constante desvelo e dai aos homens de boa vontade, aos que fazem a grandeza e a felicidade da civilização cristã, a paz perfeita e a felicidade em Vós, pondo-os a salvo do Comunismo Ateu e confundido aos que trazem a cizânia, a fome, a destruição, a morte!

Velai pelo Universo que criastes, velai pela América, velai pelo Brasil, principalmente pelo Brasil que está a Vossos pés e que jamais há de se divorciar do Vosso Santo Evangelho, da Vossa santa Lei para louvor e exaltação da Vossa Santa e Sempiterna Glória! Amém”.<sup>168</sup>

Além de propagar a campanha anticomunista, a *Revista A Família Cristã* também difundia preceitos da moral católica.

O ano de 1962 caracterizou-se por ser um período de instabilidade política e econômica no Brasil. Em abril de 1962, o clima de tensão agravou-se no Nordeste, em virtude do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, a mando de fazendeiros da região e, também, pela invasão de algumas cidades de Pernambuco, por multidões famintas que saquearam mercados e armazéns.

Diante dessas situações, João Goulart proferiu um discurso no dia 1º de maio, em que radicalizou suas posições em relação às reformas de base. Pediu ao Congresso Nacional alterações urgentes na Constituição de 1946, pois a reforma agrária não poderia mais esperar. Além disso, iniciou uma campanha para a antecipação do plebiscito que decidiria sobre a continuação do parlamentarismo ou não.

O anticomunismo católico expresso na *Revista A Família Cristã* constituía-se numa posição explícita contra a “ameaça” comunista que assombrava os países da América Latina e, conseqüentemente, o Brasil. A preocupação intensificava-se já que as condições de vida nesses países eram precárias para a maioria da população. Para a Igreja Católica, os comunistas aproveitaram-se desses momentos de instabilidade econômica para convencer a população.

Daí a importância de não se deixar envolver pelas “falsas promessas do comunismo, incapaz de resolver qualquer situação”, conforme as palavras do Cardeal

<sup>168</sup> MASVIDAL, op. cit, p. 17.

Câmara, do Rio de Janeiro, expressas num artigo da Revista *A Família Cristã*, em agosto de 1962. Dizia ainda: “O sistema marxista-leninista de início pretende só o domínio. Em seguida, escravidão e miséria”. Essas palavras foram dirigidas ao povo brasileiro, que segundo a reportagem encontrava-se aflito com a situação, principalmente com o crescente custo de vida. Assim, o Cardeal Câmara pediu ao povo brasileiro “Vigilância ante as manobras comunistas”! Nesse sentido, enumerou algumas manobras dos comunistas:

1 – *Militares soviéticos em Angola*: Divulga-o o “Boletim de Paris”, são soviéticos os comandantes de certas unidades de rebeldes angolanos, com 20.000 de efetivos.

2 – “*Vantagens econômicas russas*”: são oferecidas a vários países, arrojados depois com pressão política e obrigados a tomar posições que jamais imaginaram.

3 – O “*paraíso soviético*”: Ao pobre povo russo, desejoso de liberdade, de casa própria, de calçar sapatos nobres, de vestir roupa melhor, tudo é verdade, apesar de se esgotar em trabalhos para a coletividade. Na China comunista os habitantes passam fome. E as Ligas Camponesas introduziriam aqui esse “paraíso”!

4 – Proclamou Kruchev na 81ª Conferência dos partidos Comunistas: O caminho para o socialismo está na revolução proletária e no estabelecimento da ditadura do proletariado... transição essa, para o socialismo, ligada em todas as partes e em todos os casos ao levante armado e à guerra civil.

Observando que o ditador russo “já não diz comunismo e sim socialismo, para amenizar e enganar os ingênuos” adverte o Arcebispo do Rio de Janeiro [...].<sup>169</sup>

Inicialmente o Cardeal Câmara adverte a população quanto às desgraças de se viver em um país comunista, onde o povo é maltratado e explorado pelo governo. Em outro item, seguiu afirmando que:

5 – Nos Planos do PC para a conquista da América Latina, as diretrizes prevêem, sob o patrocínio direto, a exemplo da revolução cubana, “uma campanha difamatória do clero católico”, utilizando-se da imprensa, jogando com os “slogans” de que “a igreja e o capitalismo querem um povo ignorante, fanático e supersticioso para melhor o explorar”. A América Latina verá missões alfabetizadoras anti-religiosas, apoiadas em forças esquerdistas e laicistas. O partido ordenou “continuar agitações e organizar grupos de ação revolucionária que lhes promovam o acesso ao poder a fim de implantar novos estados socialistas americanos” tipo Cuba. [...]

[...] O plano soviético chama *zonas brancas* o Brasil, Venezuela, Chile e México.

Pergunta finalmente o Cardeal Câmara: “Quem possui amor ao Brasil poderá simpatizar com o comunismo”?

[...] Fazem parte desses organismos (comunistas) as “Ligas Camponesas” cujo simples funcionamento, por subversivo, é vedado pela nossa Constituição como lembrou no parlamento o Deputado Mons. Arruda Câmara, protestando a criminosa tentativa de as subvencionar com cinco milhões de cruzeiros.<sup>170</sup>

As agitações internas, principalmente no meio rural, preocupavam os grupos

<sup>169</sup> VIGILÂNCIA ante as manobras comunistas pede o Cardeal Câmara. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, ago. 1962.

<sup>170</sup> VIGILÂNCIA, op. cit., p. 5.

conservadores do país, em que pese a participação da Igreja Católica. A radicalização dos movimentos no campo, com o apoio das Ligas Camponesas, implicou o afastamento dos setores mais conservadores da Igreja Católica.

A partir de maio de 1962, Goulart iniciou a sua luta interna para antecipar o plebiscito, que estava previsto para 1965. Após a solicitação dos ministros militares para a convocação imediata do plebiscito, o Congresso determinou o prazo até dia 30 de abril de 1963.

Um novo pedido foi enviado pelo ministro Brochado da Rocha, propondo a fixação do plebiscito para o dia 7 de outubro de 1962 e, mais uma vez, o Congresso recusou. Essa negativa do Congresso provocou um confronto entre o Executivo e o Legislativo que culminou com a renúncia de todo o gabinete, no dia 14 de setembro. No dia seguinte, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) deflagrou a greve geral, previamente marcada, enquanto que o Congresso aprovou, por 169 votos contra 83, o projeto de lei complementar elaborado pelos senadores Juscelino Kubitschek, Benedito Valadares e pelo deputado Gustavo Capanema, autorizando a realização do plebiscito no dia 6 de janeiro de 1963.

Paralelamente à campanha pela antecipação do plebiscito, ocorreu a campanha para as eleições de outubro de 1962. Os brasileiros iriam novamente às urnas, por onde ocorreria a renovação de parte do Congresso, assembleias estaduais e as câmaras municipais. Nesse contexto, a Igreja Católica, novamente utilizando-se de seu mensário *A Família Cristã*, na edição de setembro de 1962, publicou uma reportagem intitulada “*A Arte de Votar*”, escrita pelo Pe. Edmundo H. Dreher, na qual orienta o eleitor brasileiro a “votar bem”. Seguem algumas sugestões do Pe. Edmundo:

[...] Para escolher com acerto o seu candidato, o eleitor, o eleitor católico precisa primeiramente saber com toda clareza que interesse deve ter em vista.

[...] Quando um eleitor católico escolhe um candidato não deve ter em vista seu interesse privado, mas deve ter em vista exclusivamente o interesse da coletividade pública temporal de sua pátria.

[...] Tendo em mira o interesse da coletividade, o eleitor católico deve escolher aquele candidato que após criterioso estudo, se lhe apresenta como bem qualificado para promover com justiça a prosperidade temporal do Estado. Deve, pois ter as seguintes qualidades: honestidade, competência, dinamismo e respeito, ou ao menos não hostilidade, com a Igreja. Não deve ter aqueles defeitos que afetariam o bom andamento da administração pública. Em particular entende-se que ele não seja amiguista, membro de sociedades secretas que, aberta ou disfarçadamente atacam a Igreja, ou então cercado ou comprometido com maus elementos, embora mesmo que seja capaz, religioso, dinâmico e honesto.

[...] é recomendável que se mandem celebrar santas missas pela vitória dos candidatos do bem.<sup>171</sup>

<sup>171</sup> DREHER, Edmundo D. A arte de votar. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, set. 1962.

Sempre atenta às possibilidades de ascensão dos partidos de esquerda, a Igreja Católica procurou enviar mensagens ao seu público leitor e eleitor, sugerindo atenção na escolha de seus candidatos, procurando privilegiar aqueles tementes a Deus.

Como que se estivesse em campanha pelo plebiscito a realizar-se em janeiro de 1963, a Igreja Católica, por intermédio da Revista *A Família Cristã*, publicou, na edição de novembro de 1962, as palavras proferidas pelo Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, em sua palestra radiofônica semanal, na qual afirmou que “o desenvolvimento do país dispensa recurso aos princípios e métodos marxistas” e fez um apelo às autoridades civis “para que mantenham o país afastado da influência comunista”. De acordo com a reportagem, Dom Vicente Scherer seguiu o apelo dizendo:

[...] Não queremos que em junho do próximo ano, já não nos permitam realizar esta querida procissão de Corpus Christi nem qualquer outra: não queremos que, depois de algum tempo no vizinho palácio Piratini não esteja nenhum dos três ilustres candidatos que ora disputam as preferências do eleitorado, mas um comissário escolhido em Moscou; não queremos que a bandeira auriverde, que agora vemos tremular, bela e sedutora, na fachada da casa do Governo e na qual lemos comovidos a gloriosa história de 400 anos de tradição cristã, seja substituída, mais dia menos dia, pela bandeira vermelha da foice e do martelo banhada no sangue de legiões de inocentes massacrados. Saberemos cumprir o nosso dever e defender os valores sem os quais a vida não tem sentido.<sup>172</sup>

As eleições ocorreram em outubro do mesmo ano. A próxima empreitada política seria o plebiscito de janeiro de 1963. A Igreja, portanto, já havia começado sua campanha política. Na mesma edição, publicou: “**BRASILEIRO! Combate o comunismo**”.

É com essa frase imperativa que o anticomunismo católico continuou a dar o tom na Revista *A Família Cristã*. Para a Igreja Católica, o “perigo comunista” era iminente e, a toda hora, rondava o povo brasileiro. Dizia a reportagem:

Nega-lhe a colaboração e combate-o sem quartel. Não te deixas envolver pela técnica que os comunistas utilizam para a subversão da ordem e das instituições. Quando te quiserem desviar da honradez do trabalho quotidiano sob promessa de dias melhores em teu porvir, lembra-te de tua família, de tua liberdade e dos teus anseios democráticos, pedra fundamental em que repousa a soberania de tua Pátria, e que serão substituídos pela férrea disciplina da escravidão sob tutela do Estado tão logo o comunismo se haja assenhoreado do poder. Lembra-te, de que numa primeira fase de luta pelo Poder, as maiores armas do comunismo são a hábil manipulação do descontentamento, do desprestígio, da desmoralização, do suborno, da traição, da espionagem, da greve, dos distúrbios de rua, da sabotagem e dos atos de terrorismo. Lembra-te de que, colaborando em qualquer destas ações, estarás contribuindo para a desagregação interna e o enfraquecimento da autoridade, e, dessa forma, ajudando a criar o clima favorável ao motim, à emboscada, à guerrilha e à sedição que, quando menos esperares, levarão os comunistas internacionais a exercer o total controle de tua Pátria.<sup>173</sup>

<sup>172</sup> DESENVOLVIMENTO do país dispensa métodos marxistas. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, nov. 1962.

<sup>173</sup> BRASILEIRO! Combate o comunismo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, nov. 1962.

Percebe-se claramente que, na medida em que as agitações internas iam se agravando, principalmente a partir do ano de 1962, período considerado turbulento por congregar vários problemas sociais e políticos, as mensagens anticomunistas difundidas pela Revista *A Família Cristã* também se tornaram mais intensas e com o posicionamento direto da hierarquia católica, como se pôde observar na citação acima. Em contrapartida, nesse mesmo período, ressaltou-se a importância do Concílio Vaticano II em detrimento dos artigos que abordavam os problemas sociais que acometiam o Brasil.

No dia 6 de janeiro de 1963, o povo brasileiro dirigiu-se novamente às urnas para decidir sobre o tipo de regime político que o país deveria adotar. O resultado foi favorável ao presidencialismo, com ampla margem de votos, inaugurando uma nova fase na administração de João Goulart. Agora dotado de plenos poderes, o presidente Goulart, juntamente com seu novo ministério, esperava desenrolar as grandes questões nacionais, colocadas em estado de latência durante o período parlamentar.

### 3 DERRUBANDO O “INIMIGO”: O DISCURSO COMO ARMA LETAL EM UM CENÁRIO CONTURBADO (1963-1964)

Os anos de 1963 e o início de 1964 foram cruciais para o desfecho do golpe militar de abril de 1964. Sob o argumento de que os comunistas tomariam o poder e que o presidente João Goulart estaria atrelado com a esquerda de cunho socialista, os militares deflagraram o golpe, com o apoio dos diversos setores conservadores da sociedade brasileira, dentre os quais, destaca-se a Igreja Católica. Desse modo, propõe-se, por intermédio das publicações veiculadas pela Revista *A Família Cristã*, destacar o posicionamento sócio-político da Igreja Católica frente aos impasses do período em questão.

Cabe, neste momento, lembrar que a Revista *A Família Cristã*, corresponde a um periódico que pertence a uma Congregação Religiosa Feminina (Paulinas) e que todas as notícias, mensagens ou artigos veiculados são enviados por colaboradores e selecionadas pelos responsáveis pela organização da Revista. Como o nome sugere, a Revista *A Família Cristã* foi criada para levar os ensinamentos do Evangelho para as famílias brasileiras. A Revista não era de caráter oficial, mas obediente à autoridade eclesiástica, já que trazia ao pé do sumário a seguinte observação: “COM APROVAÇÃO ECLESIÁSTICA”. Além disso, dizia-se de “orientação e pedagogia religiosa”. “Verdadeiro farol para as famílias cristãs e valioso subsídio catequético para os pais, professores, seminaristas, catequistas e educadores em geral”. Lembrava aos assinantes que: “os originais de colaboração enviados à redação, não serão devolvidos, mesmo se não publicados. A *Família Cristã* não assume responsabilidade dos conceitos emitidos em artigos de colaboração quando devidamente assinados”.<sup>174</sup>

Com a volta do presidencialismo e, com plenos poderes, Goulart nomeou seu novo ministério com o qual procurou ampliar o apoio das correntes políticas de centro, com o objetivo de garantir uma sustentação política mais sólida, ao mesmo tempo em que buscou conter a onda de radicalizações promovidas pelos setores da esquerda brasileira.

Em março de 1963, João Goulart viajou para os Estados Unidos em busca de ajuda financeira do governo norte-americano ao Brasil e também renegociar a dívida externa brasileira.

---

<sup>174</sup> VIAS veritas et vita. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 31, mar. 1961.

Para tentar resolver a crise econômico-financeira que acometia o país, Goulart procurou colocar em prática uma política econômica fundamentada no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado ainda em dezembro de 1962, sob a direção dos novos ministros da Fazenda, San Tiago Dantas e Celso Furtado. Além de medidas de combate à inflação, esse plano também propunha um programa para a implementação das reformas de base, já anunciadas no período parlamentarista, e que incidiam sobre as estruturas agrárias, bancárias, fiscal, entre outras, tidas como necessárias para o desenvolvimento econômico do país. De acordo com Segatto:

As “Reformas de Base” (originariamente plataforma do PTB) implicavam as reformas agrária, bancária, administrativa, urbana, fiscal, eleitoral etc. e deveriam vir acompanhadas de diversas outras medidas: limitação drástica das remessas de lucros dos monopólios estrangeiros e ampliação do monopólio estatal do petróleo; nacionalização das empresas estrangeiras, que operavam no serviço público e nos setores fundamentais da economia; ações contra a inflação e a carestia; controle do câmbio e do comércio exterior; revogação da legislação que limitava os direitos de cidadania [...] e outras mudanças político-institucionais.<sup>175</sup>

O anúncio dessas reformas aumentou a oposição ao governo e acentuou a polarização da sociedade brasileira. No Congresso Nacional confrontavam-se a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)<sup>176</sup>, em apoio a Jango, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP)<sup>177</sup>, responsável por promover uma acirrada oposição ao governo de João Goulart.

De todas as reformas sugeridas pelo governo Goulart, a que mais suscitou polêmica foi a proposta em torno da Reforma Agrária. A execução das inovações pretendidas em torno da reforma agrária implicaria alterações na Constituição brasileira. No início do ano de 1963, foi entregue ao presidente João Goulart o anteprojeto de implementação das reformas de base, sobretudo da reforma agrária. Continha 52 artigos distribuídos em oito capítulos subordinados, incluindo os títulos: “Dos objetivos da reforma agrária” e “Desapropriação por interesse social”<sup>178</sup>. Desse modo, o anteprojeto explicitava a forma

<sup>175</sup> SEGATTO, José Antônio. PCB: A questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol. 3. p. 234.

<sup>176</sup> A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) foi organizada em 1956, no início do governo de Juscelino Kubitschek. Reunia parlamentares de diversos partidos e tinha como princípio defender, no Congresso Nacional, políticas e soluções nacionalistas para o desenvolvimento brasileiro. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart)>. Acesso em: 22 set. 2007.

<sup>177</sup> A Ação Democrática Parlamentar (ADP), foi organizada no primeiro semestre de 1961 e era constituída basicamente de parlamentares da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), e deputados de outros partidos que tinham como objetivo combater a infiltração comunista na sociedade brasileira. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart)>. Acesso em: 22 set. 2007.

<sup>178</sup> ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2007.

como seriam feitas as desapropriações de terra:

O anteprojeto estabelece duas modalidades de aquisição das terras para atender aos objetivos da reforma, que serão a desapropriação por interesse social e a doação declarada pelo órgão executor da reforma agrária, não sendo passíveis de desapropriação as unidades agrícolas do tipo familiar [...] define os casos de interesse social para os fins de desapropriação e estabelece os critérios de indenização. [...] A distribuição das terras, de acordo com o anteprojeto, far-se-á por compra e venda e por arrendamento devendo a ocupação de terras públicas visar principalmente à execução de programas e projetos de colonização e povoamento.<sup>179</sup>

Um dos empecilhos à realização de uma ampla reforma agrária no país era o dispositivo constitucional que determinava a desapropriação das terras mediante prévia indenização em dinheiro. Alegando inexistência de recursos suficientes, o governo passou a propor uma reforma constitucional que permitisse o pagamento de indenização em títulos da dívida agrária.

A questão agrária foi um dos principais pontos das discussões e debates políticos durante os anos em que Goulart ocupou a presidência. Ela esteve no centro dos debates de diversos setores da sociedade, tais como partidos, governo, movimentos sociais e a Igreja Católica. Segundo Grynspan, foi a partir desse momento que se consolidou a noção de que o Brasil necessitava de uma reforma agrária capaz de eliminar a grande propriedade, o latifúndio, visto como obstáculo fundamental ao desenvolvimento. De acordo com o autor:

Tornou-se corrente, a partir dali, a idéia de que a questão agrária configurava um dos nossos problemas mais sérios, resultado de um padrão concentrador da propriedade da terra instituído ainda no período colonial. Em uma ponta da hierarquia social, esse padrão acarretava riqueza, poder e privilégio. Na outra, produzia pobreza, analfabetismo, fome, doença, subordinação, isolamento.<sup>180</sup>

A solução da questão agrária articulava-se com uma série de outras mudanças constitucionais propostas pelo governo, chamadas *reformas de base*, anunciadas como fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Logo após o anúncio, em maio de 1963, da Encíclica *Pacem in Terris* pelo papa João XXIII, os bispos do Brasil publicaram uma mensagem de pleno apoio às reformas de base propostas pelo governo Goulart. A Igreja Católica, nesse momento, alinhou-se com o movimento popular e o conjunto de forças sociais e políticas favoráveis às reformas. Apresentar-se-á o tópico referente à Reforma Agrária:

<sup>179</sup> Correio do Povo, 15/1/1963, p. 8 apud ALMEIDA, 2007, p. 82.

<sup>180</sup> GRYNSPAN, Mário. *As frentes partidárias atuantes durante o governo Goulart*. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart)>. Acesso em: 20 nov. 07.

Ninguém pode desconhecer a situação de milhões de nossos irmãos que vivem nos campos, sem poder participar dos benefícios de nosso desenvolvimento, em condições de miséria que constituem uma afronta à dignidade humana. Sabemos que o simples acesso à terra não é a solução cabal para o problema. Mas o julgamos inadiável para a realização do direito natural do homem à propriedade (*Pacem in Terris*), medida a ser concomitantemente tomada, segundo as condições peculiares das diversas regiões do país, com outras de ordem educacional, técnica, assistencial e creditícia. Para a realização desse imperativo, a desapropriação por interesse social não contraria em nada a Doutrina Social da Igreja, mas é uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura brasileira, a função social da propriedade rural. Evidentemente esta desapropriação, que visa a garantir o exercício do direito de propriedade ao maior número, não pode desprestigiar e destruir este mesmo direito. Daí a necessidade de justa indenização, que deverá ser feita dentro dos critérios da justiça, atendendo às possibilidades do País e às exigências do bem comum. Não cremos constituir um atentado contra o direito de propriedade uma indenização total ou parcialmente em dinheiro ou em títulos da dívida pública, dando-se a esses títulos as garantias de revalorização, de vencimentos e de poder liberatório pelos quais constituam uma adequada compensação pelos bens desapropriados.<sup>181</sup>

Com a posição favorável às reformas e a desapropriação das terras e seu pagamento em títulos da dívida pública, os bispos tocaram no ponto mais polêmico das discussões no Congresso e na sociedade. Através desse documento ficou evidente o alinhamento dos setores mais progressistas da Igreja Católica, com os movimentos sociais e políticos favoráveis às reformas propostas pelo governo Goulart.

O documento publicado em 1963 pela CNBB teve como base a justiça social, mais especificamente a questão agrária, amplamente discutida na encíclica *Mater et Magistra*, anunciada pelo papa João XXIII, em outubro de 1961, e divulgada pela Revista *A Família Cristã* com o seguinte título: “As melhores soluções da Questão Social vem da Igreja”. De acordo com a reportagem, o papa João XXIII encarava os novos problemas sociais e, em breve, anunciaria a nova encíclica. Sobre o novo documento papal, dizia a reportagem:

Os problemas tratados no terceiro item são, segundo o Papa, “os mais evidentes e mais urgentes no atual momento histórico e o primeiro dentre eles é a agricultura que durante milênios foi à riqueza e a primavera eterna que renovava todos os anos na terra e que agora está a ponto de regredir a um estado de sub-desenvolvimento em numerosas comunidades humanas”.<sup>182</sup>

Confirmando o anúncio da Revista *A Família Cristã* de julho de 1961, a encíclica *Mater et Magistra* veio a público em outubro do mesmo ano, contendo, entre os temas abordados, o da agricultura. *Mater et Magistra* foi a primeira encíclica que tratou

<sup>181</sup> MESQUITA, Luís José de. *As encíclicas sociais de João XXIII – Mater et Magistra – Comentários atualizados com a Pacem in Terris*. Introdução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963. p. 627.

<sup>182</sup> JOÃO XXI encara os novos problemas sociais. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 22, jul. 1961.

longamente da questão agrária, abordada direta ou indiretamente em 82 parágrafos. Nos parágrafos 125 e 126, o papa João XXIII fez a seguinte abordagem:

É necessário também que o desenvolvimento econômico da Nação se realize de modo gradual e harmônico entre todos os setores produtivos. Quer dizer, é preciso que no setor agrícola se realizem as transformações que dizem respeito às técnicas da produção, à escolha das culturas e à estruturação das empresas, conforme as permitir ou exigir a vida econômica no seu conjunto; de maneira que se atinja, logo que seja possível, um nível de vida conveniente, comparado com o setor da indústria e dos vários serviços.

A agricultura chegará assim a absorver maior quantidade de bens industriais e requerer serviços mais qualificados. Por sua vez oferecerá aos outros dois setores e a comunidade inteira produtos que melhor correspondam, em quantidade e qualidade, às exigências do consumo; e contribuirá para a estabilização da moeda, elemento positivo para o progresso ordenado do sistema econômico total.<sup>183</sup>

Com essas palavras, sua santidade o papa João XXIII propunha um desenvolvimento gradual e harmonioso do sistema econômico. Para isso, através da encíclica *Mater et Magistra*, indicou, conforme suas palavras “algumas diretrizes suscetíveis de contribuir para resolver o problema” da agricultura, setor extremamente subdesenvolvido em alguns países. Eis algumas diretrizes que deveriam ser implementadas pelo poder público: adaptação dos serviços essenciais, como transporte, estradas, comunicações, formação técnica, política econômica apropriada, no que se refere ao regime fiscal, ao crédito, à previdência social, defesa dos preços, complementação da renda e, também, proporcionar a modernização dos estabelecimentos rurais.

Segundo o papa João XXIII, essas diretrizes possibilitariam que o nível de vida da população rural não se diferenciaria tanto do nível de vida daqueles que trabalham no setor industrial e/ou em outros serviços. De acordo com o papa:

[...] Isto, para o nível de vida da população rural se apartar o menos possível do nível de vida dos que trabalham na indústria e nos serviços; para os agricultores não sofrerem um complexo de inferioridade, antes, pelo contrário, se persuadirem de que, também no meio rural, podem afirmar e aperfeiçoar a sua personalidade pelo trabalho, e olhar confiados para o futuro.<sup>184</sup>

É pertinente lembrar que foi significativa a evolução da Igreja brasileira em face do problema agrário. Segundo Richard, a Igreja Católica entrou na vida política nacional a partir desse embate. Em 1950 realizou-se em Campanha, Minas Gerais, uma semana de

<sup>183</sup> CARTA ENCÍCLICA *Mater et Magistra*. Sobre a recente evolução da questão social. 8. ed Petrópolis, RJ: Vozes, 1964. p. 32.

<sup>184</sup> CARTA ENCÍCLICA *Mater et Magistra*, op. cit., p. 31.

estudos sobre esse tema. Desse encontro saiu a carta pastoral de Dom Inocêncio Engelke, bispo local, que possuía, segundo o autor, um título bastante significativo: “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”. Para Dom Engelke, os agitadores sociais já estariam chegando ao campo e, se agissem com inteligência, “não precisariam inverter coisa alguma, bastariam que comentassem a realidade que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais”.<sup>185</sup>

Para Richard, a frase de Dom Engelke possibilitou três interpretações, a serem percorridas a seguir, acerca do processo de abertura da Igreja no domínio social.

Inicialmente a Igreja Católica teria lutado por uma reforma rural a partir de uma iniciativa patronal. Na semana de estudos que se realizou em Campinas, participaram convidados pela Igreja sessenta padres, duzentos e cinquenta proprietários e nenhum camponês. Ou seja, o maior interessado, que seria o povo, estaria fora e não participaria do processo de mudança.

Outra interpretação dada por Richard, é que a Igreja, na defensiva, propõe uma reforma como obstáculo para evitar que a reforma fosse realizada *sem Ela e contra Ela*. A Igreja Católica e os patrões temiam agitações de outras organizações de classe que, naquele momento, já se organizavam no Brasil, como, por exemplo, as *Ligas Camponesas*.

E, em terceiro lugar, a Igreja Católica percebeu que a reforma rural seria feita de toda maneira, *com, sem ou contra Ela*. No entanto, segundo Richard, o seu engajamento com aqueles que têm na mão o poder impedia-lhes de realizar uma análise social e política que lhes revelasse o antagonismo de classes que existia no centro dessa realidade.

A evolução rápida e profunda da Igreja brasileira no campo social tornou-se mais consistente seis anos após a publicação da carta pastoral de Dom Engelke. Trata-se da reunião dos bispos do Nordeste, realizada em Campina Grande, em 1956, período este em que o Brasil já havia entrado na etapa desenvolvimentista. Para Richard:

Se antes, na colaboração da Igreja com o Estado para a solução dos problemas sociais, a Igreja representava principalmente os interesses das classes dominantes em face do Estado, agora a Igreja defende as reformas do estado perante as classes dominantes. A Igreja identificada com o projeto desenvolvimentista começa a tomar distância com relação às oligarquias latifundiárias.<sup>186</sup>

O aprofundamento de uma tomada de consciência maior por parte do episcopado

<sup>185</sup> EGELKE, D. Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”. In: CNBB, Pastoral da Terra. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 51-52.

<sup>186</sup> RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da igreja: análise histórica e interpretação teológica da igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 149.

brasileiro foi ocorrendo nas diversas regiões do Brasil. Os encontros regionais tinham como objeto de debate, entre outros, a agricultura. Assim ocorreu o II Encontro de Campina Grande, onde os bispos expressaram o ponto de vista das populações rurais da região Nordeste e uma perspectiva de desenvolvimento que levasse mais em conta o homem e suas raízes culturais.

Com o mesmo objetivo, realizou-se, em 1961, o Encontro da Bacia do Rio Doce, que buscou articular o episcopado da área e elaborar linhas de ação pastoral em face do desenvolvimento das atividades de mineração e siderurgia. Ou seja, gradativamente o envolvimento da Igreja Católica ia se aprofundando em torno das questões sociais e mais intensamente em torno da reforma rural.

A cada ano a crise interna agravava-se substancialmente. A situação financeira do país piorou muito e o índice de inflação aumentou de forma galopante.<sup>187</sup> Os movimentos sociais radicalizaram-se no campo e nos centros urbanos, inspirados principalmente pela aparente vitória da revolução cubana e, também, pelos choques e enfrentamentos travados em diversos países da América Latina, os setores e organizações mais radicais ousavam com algumas propostas de ruptura.

As Ligas Camponesas espalharam-se por vários estados do Nordeste e em outras regiões do país. O caráter cada vez mais radical dos movimentos e a explicitação cada vez maior de uma linha ideológica marxista levaram o episcopado a empreender uma ação em prol do sindicalismo rural. Segundo Servus: “Em maio de 1961, já se realizava o I Congresso de Trabalhadores Rurais dessa unidade da Federação. Nesse ano deu-se início à campanha de sindicalização rural nos Estados de Pernambuco, Sergipe e outros estados do Nordeste”.<sup>188</sup>

Diante do processo de agitação e conscientização dos camponeses, a Igreja Católica, mais especificamente a ala conservadora, articulou um grande movimento rural, em que procurou organizar, entre os camponeses, sindicatos católicos e frentes agrárias. Com o objetivo de ocupar postos e canais de influência junto ao governo, a hierarquia católica confrontava-se com os sindicatos orientados pela esquerda católica, pelo

---

<sup>187</sup> O índice de inflação no final do ano de 1962 chegou a 52%. A dívida externa atingiu a cifra dos 3 bilhões de dólares, sendo que, somente de juros, o Brasil deveria pagar ao estrangeiro aproximadamente 150 milhões de dólares por ano, perto de 15% da receita cambial em moeda conversível. A metade dessa dívida deveria ser paga no primeiro triênio de 1963-1965, somando-se a isso os encargos de juros, o que totalizava a importância de 1.8 bilhões de dólares, o equivalente a 43% da receita das exportações brasileiras. Ver DHBB, op. cit., p. 2625.

<sup>188</sup> MARIAE, op. cit., p. 126.

Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>189</sup>, como também enfrentava as *Ligas Camponesas*<sup>190</sup> e os sindicatos do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1961, o papa João XXIII, em carta escrita ao CELAM, pediu aos bispos da América Latina que elaborassem planos pastorais para atender às especiais condições da Igreja no Continente. Esse pedido do papa foi acolhido pela CNBB que, durante a sua quinta Assembléia Geral ordinária, elaborou um *Plano de Emergência* para a Igreja do Brasil. De acordo com Dom Odilo Scherer, esse foi o primeiro documento de planejamento pastoral para todo o Brasil elaborado pela CNBB.<sup>191</sup>

Na ocasião da elaboração do *Plano de Emergência*, estavam à frente da CNBB o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, que ocupava o cargo de presidente e dom Hélder Câmara, como secretário geral da CNBB. Nesse Plano de Emergência foram traçadas estratégias de atuação da Igreja no campo social e eclesial. No entanto, esta pesquisa dará ênfase à atuação da Igreja no campo social. Nesse sentido, o *Plano de Emergência* elaborado para a Igreja do Brasil deu destaque para a necessidade das reformas, consideradas inadiáveis: agrária, administrativa, tributária, financeira e trabalhista. Dizia o documento:

Que os órgãos supremos das Classes Produtoras – Industrial, Comercial e Rural – tomem a iniciativa de tentar coibir, dentro dos próprios quadros, abusos que importam em atitude suicida, condenada e combatida por uma minoria lúcida de industriais, comerciantes e proprietários rurais.

Claro que temos presente a responsabilidade do governo, de quem devem sempre mais perto partir exemplos de honestidade, austeridade e interesse prioritário pelas necessidades do povo.

É evidente que denunciemos os exploradores da miséria, especialmente os comunistas, que só tem a lucrar com o desespero, a desordem e o caos. Às autoridades incumbe deter a agitação vermelha hábil para infiltrar-se, por meio de sindicatos, na direção das greves de protesto que, imprudentemente, estão sendo estimuladas nesta hora explosiva.

Dai saudarmos, com alegria, as Reformas de base que passaram a ser anseio de todos os responsáveis – Poderes da República, Partidos Políticos, Classes Dirigentes.<sup>192</sup>

<sup>189</sup> A educação foi um outro setor que mobilizou a ação da Igreja católica. A experiência de escolas radiofônicas, iniciadas na arquidiocese de Natal, em 1958, foi bem sucedida. D. José Távora, já então bispo de Aracaju, apresentou à comissão central da CNBB um projeto para a criação de um Movimento nacional de educação de Base (MEB), a partir da experiência consolidada no Rio Grande do Norte e Aracaju. Ver: MARIAE, op. cit., p. 126.

<sup>190</sup> As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7794\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp)>. Acesso em: 20 set. 2007.

<sup>191</sup> PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A IGREJA DO BRASIL. *Cadernos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB*, n. 1, 1963. 2. ed. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2004, p. 5.

<sup>192</sup> Idem, p. 98-99.

Nota-se, no texto acima, a preocupação do episcopado com a infiltração e expansão das idéias comunistas no Brasil. No imaginário católico, os ideais comunistas já haviam conseguido se infiltrar no meio operário urbano e o mesmo não poderia acontecer no campo, justamente com essa parcela da população em que a cultura do catolicismo tradicional ainda assegurava ao clero uma hegemonia ideológica.<sup>193</sup>

Em face da insatisfação crescente no meio rural, os bispos da Comissão Central apoiaram a sindicalização rural. Foi durante o governo Jango que os trabalhadores rurais passaram a se organizar em sindicatos e federações que culminaram, posteriormente, na *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (Contag)<sup>194</sup>. Foi também nesse governo que foram estendidos aos trabalhadores do campo direitos básicos por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, que foi aprovado em 1963. Ainda se pode destacar, como medida do governo Jango, a criação da *Superintendência de Política Agrária* (Supra), que tinha como objetivo implementar medidas de reforma agrária no país.

### 3.1 A Igreja Católica e a questão agrária: um equilíbrio delicado

A sindicalização rural promovida pela Igreja Católica no Brasil teve início basicamente em 1958, na arquidiocese de Natal. Fazia parte da estratégia da Igreja em demonstrar um maior envolvimento com as transformações sociais. Para Servus, foram dois os motivos que levaram o engajamento de alguns membros da Igreja Católica nessa atividade: O *primeiro* foi a própria coerência com a ação que a Igreja vinha desenvolvendo em favor da promoção do homem rural; o *segundo* foi o surgimento e o desenvolvimento das *Ligas Camponesas* nos estados de Pernambuco e da Paraíba em 1955. Segundo o autor:

No final da década de 50, as Ligas Camponesas espalharam-se por vários Estados do Nordeste, penetrando mesmo em outras regiões do país. O caráter cada vez mais radical de suas lutas e a explicitação cada vez maior de uma linha ideológica marxista levaram o episcopado a empreender uma ação em prol do sindicalismo rural.<sup>195</sup>

<sup>193</sup> Conforme PERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., p. 357.

<sup>194</sup> Antiga União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir dos anos de 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart)>. Acesso em: 20 nov. 07.

<sup>195</sup> MARIAE, op. cit., p. 129.

Essas Ligas Camponesas originaram-se dos impasses entre os proprietários rurais e a associação representativa dos plantadores de cana de Pernambuco (Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Cana de Pernambuco) que, inicialmente, tinham objetivos predominantemente sociais de auxílio mútuo. Em 1955, o advogado e deputado federal Francisco Julião passou a organizar as *Ligas Camponesas* com espaço aberto para os trabalhadores rurais defenderem seus direitos e fazerem suas reivindicações contra os desmandos dos patrões. De acordo com Lustosa:

A iniciativa de Julião é o estopim que, aceso, vai deflagrar todo um processo de conscientização política e social do povo abandonado e desorganizado dos campos. [...] O modelo das Ligas Camponesas faz escola e os comunistas, socialistas, esquerda católica coordenam a movimentação das lideranças para unificar ou pelo menos concentrar as forças camponesas.<sup>196</sup>

De 1959 a 1962, as Ligas Camponesas tiveram uma rápida expansão em todo o Nordeste. Contestavam a dominação política e econômica a que as populações rurais estavam submetidas. Em diversas localidades ocorreram conflitos armados entre camponeses e proprietários de terra, o que resultou em várias mortes.

No dia 15 de fevereiro de 1963, encerrou-se, com uma missa comunitária, a Primeira Semana Rural de Minas e Espírito Santo, promovida pelo Secretário Regional Leste II da CNBB. Nesse encontro reuniram-se preladados, sacerdotes e leigos para estudar e planejar, juntos, a ação no meio rural. Por meio de uma declaração, externaram seu posicionamento:

Chega de promessas e demagogia. Até hoje não se fez nada de expressivo pelo meio rural. Queremos, pois, de imediato a reforma agrária. Mas esta reforma, em Minas Gerais pelo menos, não consiste só em divisão de terra, porque de acordo com pesquisas dignas de fé, o que nos falta não é apenas a terra para o homem, é também o homem para a terra. Queremos, pois, de imediato, uma reforma agrária, que proporcione condições de vida na terra para o nosso homem do campo.<sup>197</sup>

Com o objetivo de se precaver contra as organizações sindicais criadas e controladas pelos comunistas, a Igreja convocou, principalmente, os padres das paróquias, para uma grande campanha de sindicalização dos lavradores e trabalhadores do campo. Nesse sentido:

<sup>196</sup> LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 159.

<sup>197</sup> REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Vozes, mar. 1963, vol. XXIII, p. 221.

[Foi criado] o SAR (Serviço de Assistência Rural) em Natal (RN), o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco) com os padres Mello e Paulo Cresso, as Legiões agrárias, de Dom Antônio Campelo (Petrolina-PE), as diversas Frentes agrárias (FAG, Rio Grande do Sul; FAP, Paraná; FAGO, Goiás), intensificam os trabalhos de recrutamento maciço da gente rural.<sup>198</sup>

Para Lustosa, essa mobilização constituiu-se numa arregimentação a toque-de-caixa, a fim de prevenir e enfrentar as grandes manobras dos sindicatos de esquerda. Segundo o autor, o número de sindicatos católicos aumentou consideravelmente nas zonas politicamente trabalhadas.

### 3.2 A Revista *A Família Cristã* frente aos conturbados anos de 1963-1964

Em se tratando da reforma rural e das demais reformas que estavam em pauta, é pertinente destacar que, entre 1963 e 1964, a Revista *A Família Cristã*, objeto deste estudo, em momento algum, abordou diretamente o assunto. Frequentemente, a partir das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, publicadas pelo papa João XXIII em 1961 e 1963, respectivamente, eram retomadas as alusões feitas pelo pontífice sobre as desigualdades sociais, cada vez mais gritantes, nos países subdesenvolvidos, e também as desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para se ter como exemplo, a Revista publicou na edição de maio de 1963, em comemoração ao segundo aniversário da *Encíclica Mater et Magistra*, uma apresentação feita pelo pensador católico Tristão de Athaíde sobre a “*Mater et Magistra*”.

Nesse artigo, Tristão de Athaíde destacou e elogiou o universalismo da encíclica papal, sua abrangência às diversas situações da humanidade, o espírito de comunidade e a atualidade da mensagem do documento publicado por João XXIII em 1961. Ressaltou ainda:

Vejo [...] nessa linguagem, uma adequação perfeita não só à natureza da mensagem de uma instituição, de ordem sobrenatural, como a Igreja Católica, mas ainda de profunda sensibilidade às verdadeiras necessidades e âncias do homem moderno. A Encíclica se dirige ao que há de *eterno*, tanto no homem moderno como no mundo moderno – e talvez seja essa a razão mais profunda da intensa ressonância que está tendo e do modo como foi recebida nos meios sociais ou ideológicos mais contraditórios.<sup>199</sup>

Se os anos de 1963 e 1964 caracterizaram-se pela polêmica em torno das reformas

<sup>198</sup> LUSTOSA, op. cit., p. 160.

<sup>199</sup> MATER ET MAGISTRA. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 25, mai. 1961.

propostas pelo governo de João Goulart, principalmente no tocante à Reforma Agrária, o mesmo não repercutiu diretamente nas reportagens publicadas na Revista *A Família Cristã*. Apesar de a Igreja Católica ter demonstrado, através da publicação de documentos, como já se apontou anteriormente, o seu apoio às reformas de base, a Revista *A Família Cristã* continuou, durante o período citado, a defender de forma branda a bandeira da justiça social. Entre as poucas reportagens encontradas, destaca-se a de janeiro de 1963, em que a questão social é mencionada. Assinada pelas iniciais G. P., fez as seguintes considerações:

[...] Não podemos considerar o trabalhador como uma máquina, mas como alguém que precisa viver e cuidar de uma família; o trabalho é para ele um meio de vida. Quando se fala em meio de vida, não se deve entender apenas o necessário para se alimentar, mas tudo aquilo de que um homem necessita para viver como homem. Infelizmente, parece que muitos se preocupam em desenvolver sempre mais as próprias indústrias sem se preocupar com a miséria que faz sucumbir a tantos. Quantos patrões egoístas, nem sequer se dignam tomar conhecimento do estado de seus empregados por receio de tê-los que socorrer. Fecham-se dentro de seus interesses, tudo fazem para aumentar seus capitais e o seu bem estar.

Oh! Quanto estamos longe daquela justiça social que Cristo veio pregar aos homens! Justiça tão magistralmente apontada pelo Santo Padre, o Papa João XXIII, em sua monumental Encíclica, “*Mater et Magistra*”. A aplicação dos princípios que a Encíclica encerra, será sem dúvida, uma renovação profunda e radical da nossa sociedade em prol da paz e do bem estar dos homens.<sup>200</sup>

Mais uma vez, recorreu-se a encíclica *Mater et Magistra*. Dessa forma, a Revista *A Família Cristã* marcava sua posição na defesa da justiça social, o que demonstra que não ficou alheia ao problema. No entanto, nenhuma publicação mais contundente, direcionada para os problemas brasileiros que estavam em ampla discussão na sociedade e no cenário político nacional, teve espaço nas páginas da Revista, durante o período em questão.

Era comum o episcopado brasileiro utilizar-se das encíclicas sociais de João XXIII para reforçar sua posição favorável às reformas. Frei Constantino Koser, logo após a publicação da *Mater et Magistra*, fez a seguinte declaração:

[...] na encíclica há o que atinge em cheio a sensibilidade dos homens nas angústias da hora presente. Atinge em cheio as dificuldades do convívio humano, que chegaram a um clímax de crise aguda, a ponto de todos sentirem que, ou se dá uma solução de profundidade aos problemas, ou sobreviverá uma catástrofe [...]

Mais que de circunstâncias externas, a notoriedade a encíclica deveria ter nascido de seu conteúdo, que é verdadeira “carta magna” das reformas de base que se fazem necessárias.<sup>201</sup>

<sup>200</sup> A QUESTÃO social. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 14, jan./fev. 1963.

<sup>201</sup> REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Petrópolis: Vozes, mar. 1962. vol. XXII, p. 6.

Se a hierarquia católica colocava-se amplamente favorável às reformas, seria razoável que um periódico católico de tamanha abrangência, como era a Revista *A Família Cristã*, fosse utilizado como porta-voz da hierarquia, como forma de obter apoio da sociedade para as reformas propostas pelo governo de João Goulart.

No entanto, o que se percebeu pela análise das reportagens veiculadas durante o período em questão, é que a direção da Revista *A Família Cristã* optou por manter a missão precipuamente religiosa da Revista e não deixou a política ofuscar essa missão.

Durante esse período, a Revista ampliou as páginas dedicadas às donas de casa e às mulheres em geral. A coluna “A Mulher e o Lar” teve o número de páginas aumentado de uma para duas páginas. Nessa coluna estavam dispostas as mais diversas orientações para as mulheres, dentre as quais se destaca: como decorar seu dormitório; regras de cortesia; receitas de bolos, sucos, sorvetes...; receitas de tricô e crochê; receitas de remédios naturais, entre outras.

Muito comum também nesse período, entre 1963 a 1964, foram às reportagens destinadas à preservação do matrimônio. Diante de uma sociedade cada vez mais modernizada e das crescentes discussões em torno da legalização do divórcio no Brasil, intensificou-se a campanha da Igreja Católica pela manutenção do sacramento. Seu principal alvo: as mulheres. Para a Igreja, seriam *Elas* as grandes responsáveis por essa batalha.

Nesse sentido, encontraram-se vários artigos veiculados pela Revista *A Família Cristã*, direcionados para as jovens esposas ou aspirantes, com o intuito de prepará-las para tamanha missão. Como exemplo, transcreveu-se parte do artigo escrito pelo Monsenhor Manuel de Barros Barreto, intitulado “Às jovens para que saibam amar: Preparação ao Matrimônio”:

Se a jovem noiva ou a simples pretendida de hoje compreender já toda a grandeza de sua missão de mulher, está garantida a felicidade do futuro lar, a serena e imperturbável alegria no outono da vida conjugal. A mulher deve ser um exemplo vivo de elevação moral junto ao homem. [...] Sua tarefa é arrastá-lo para o bem, ensiná-lo com sua própria vida a praticar o bem. [...] O pecado penetrou no mundo porque a primeira mulher não soube desincumbir-se de sua tarefa.<sup>202</sup>

Segundo a Igreja Católica, caberia às mulheres a responsabilidade pelo sucesso do casamento. De acordo com as palavras do Monsenhor Barreto, a mulher devia ser a força

---

<sup>202</sup> PREPARAÇÃO ao matrimônio. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 14, mar. 1963.

do homem e a fase do noviciado constituía-se num período de grande preparação para o futuro.<sup>203</sup> A Igreja, de acordo com artigo escrito na edição de abril de 1963, “tem grande interesse na educação da mulher e considera-a nitidamente diferente da do adolescente”. Refere-se às mulheres, nesse artigo, como seu “exército”:

Hoje, pelo contrário, a antiga figura feminina transformada rapidamente. Estais vendo a mulher, sobretudo a jovem, sair do seu retiro e entrar em quase todas as profissões, outrora campo de ação exclusivamente masculinos. [...] Mas, há vários anos que, a modo de irresistível inundação, o exército feminino parece ter penetrado em toda a vida do povo. Não obstante essa corrente não estar ainda espalhada igualmente por toda parte, não é possível encontrar-lhe o curso até nas mais remotas aldeias das montanhas; enquanto que no labirinto das grandes cidades, bem como nos escritórios e nas indústrias os antigos costumes tiveram que ceder perante o movimento moderno.<sup>204</sup>

Mais uma vez fica evidente a preocupação da Igreja com o esvaziamento dos templos católicos, como já se afirmou no capítulo anterior, pois as mulheres estavam envolvendo-se com outras ocupações, deixando de lado o sentimento religioso. Diante de tal situação, o autor do artigo, que estava apenas assinado por Mazzel, fez a seguinte pergunta: “E os rapazes perguntam: Onde encontrar jovens boas, amigas da casa e da família”? Segundo o próprio autor:

É esta a preocupação de muitos que tem séria intenção de fundarem uma família. E o procedimento deles para com a moça é determinado pelo modo de proceder dela.  
Tu deves, pois escolher o que desejas ser para o homem: anjo ou demônio. Serás para ele o que fizeres de ti.<sup>205</sup>

“Anjos ou demônios”, o que se percebeu na essência do artigo é que, em primeiro plano, estaria a manutenção da Igreja como instituição, seguido da felicidade do homem. Duas grandes missões, como foi possível perceber em vários artigos publicados pela revista entre os anos de 1960 e 1964, atribuídas pela Igreja Católica, às mulheres.

A falta de um posicionamento explícito da Revista *A Família Cristã* em favor das reformas e a constante postura conservadora, como se pode constatar, com relação à submissão feminina, levou a conjecturar que tais posicionamentos pudessem caracterizar certo temor à implantação das reformas.

A instabilidade política e social do Brasil agravou-se cada vez mais durante o ano

---

<sup>203</sup> Idem, ibidem.

<sup>204</sup> A ANTIGA figura de mulher a mulher moderna. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 14-15, abr. 1963.

<sup>205</sup> Idem, ibidem.

de 1963. Com o fracasso do Plano Trienal, ainda no primeiro semestre de 1963, o governo Goulart passou a empunhar, de maneira mais contundente, a bandeira das reformas de base. Além disso, o presidente Goulart implementou algumas medidas de caráter nacionalista, tais como: limitou a remessa de capital para o exterior, nacionalizou empresas de comunicação e decidiu rever as concessões para exploração de minérios.

Esse quadro político brasileiro serviu para intensificar a preocupação norte-americana. As retaliações do governo e empresas privadas norte-americanas foram imediatas: cortaram o crédito para o Brasil e interromperam as negociações da dívida externa. O retorno do presidencialismo representou para a Casa Branca o desaparecimento de uma garantia limitadora à ação de um governo que considerava “esquerdista”. De acordo com Vizentini:

Goulart tornou-se cada vez mais vacilante, e a aplicação da PEI passou a sofrer cada vez mais limitações. O chanceler Hermes Lima chegou a proibir a realização do Congresso Internacional de solidariedade à Cuba no Rio de Janeiro, negando vistos de entrada a inúmeras personalidades estrangeiras. Houve igualmente um distanciamento em relação aos movimentos de libertação nacional africanos. O avanço da crise econômica e da mobilização popular, bem como o assassinato de Kennedy, em novembro de 1963, abriram caminho para o golpe.<sup>206</sup>

As discussões no congresso em torno do projeto de lei<sup>207</sup> que limitava a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior acabaram por acirrar ainda mais o debate ideológico e contribuíram para reforçar a decisão de grupos econômicos e militares, que conspiravam contra o regime de precipitar a derrubada de João Goulart da presidência da República. Com esse objetivo:

Uniram-se os setores radicais “tradicionalistas” que já vinham conspirando há longo tempo e os “modernizadores”, que deram um novo rumo à campanha político-ideológica contra o governo. A partir deste momento, buscou-se a aprovação da opinião pública nacional – a classe média, notadamente – e da opinião internacional, para a tomada do poder com um golpe de força.<sup>208</sup>

Ao perder o apoio das elites econômicas, João Goulart buscou apoio nos setores da esquerda mais radical, direcionando o conflito ideológico e político para níveis de consequências imprevisíveis. Segundo Mariae:

---

<sup>206</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 210.

<sup>207</sup> Este projeto de lei considerava como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica)>. Acesso em: 20 nov. 2007.

<sup>208</sup> Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/6367\\_4asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/6367_4asp)>. Acesso em: 20 nov. 2007.

Esses conflitos não se restringiram apenas às elites dirigentes, mas, devido ao processo de conscientização em marcha, envolveram igualmente os sindicatos e as massas trabalhadoras urbanas e segmentos significativos do campesinato.

[...]

As radicalizações levaram, pouco a pouco, a um clima de alta emotividade nacional, tornando quase impossível fazer ouvir qualquer ponderação ou ponto de vista mais sensato que não se alinhasse com as posições extremadas em confronto.<sup>209</sup>

Nesse contexto político encontrou-se a Igreja Católica formada por diferentes grupos que, diante dessa realidade em mudança rápida e, face aos conflitos ideológicos e políticos que se agravavam, tomou posições diferentes, de acordo com a perspectiva eclesiológica que orientava sua vivência, principalmente no que diz respeito às relações entre a Igreja e a sociedade civil.

A comissão central da CNBB aproveitou o momento da publicação da encíclica *Pacem in Terris*, publicada em abril de 1963 pelo papa João XXIII, para fazer uma reflexão em torno da realidade brasileira, à luz do novo documento papal. Nesse sentido, a comissão central, publicou uma mensagem dirigida ao povo de Deus, em que focalizou as transformações que julgava inadiáveis, exigidas pela sociedade brasileira, dentre as quais, a questão rural, reforma tributária, reforma administrativa, reforma eleitoral e reforma educacional.

Em que pesem as divergências internas da Igreja Católica, atribui-se esse posicionamento ao grupo favorável às mudanças e que defendia um maior envolvimento da comunidade eclesial com a comunidade humana. Segundo Mariae:

[Esta tendência] acentuava que a missão profética da Igreja é responsabilidade primordial de toda comunidade, enquanto comunidade, e não apenas de seus membros isoladamente tomados. Reafirmava-se, assim, um diálogo da Igreja com aqueles que detêm parcelas de responsabilidade na gestão dos negócios públicos, e mesmo uma tomada de posição de toda comunidade eclesial, frente a questões sociais, políticas, econômicas e culturais, de interesse do país ou de determinada área. Reconhecia-se ao mesmo tempo, o direito e o dever de cada cristão de, em nome próprio, engajar-se nas instituições familiares, profissionais, sindicais, políticas, culturais, que estruturaram a vida da sociedade, para nelas exercer sua missão profética, assumindo os riscos e limitações de seu engajamento.<sup>210</sup>

Essa tendência foi a linha predominante, entre 1950 e 1964, que orientou a CNBB, a CELAM e os movimentos especializados da Ação Católica. A direção da CNBB dessa época esteve nas mãos dos bispos do Nordeste e foi considerada a era carismática da CNBB. De acordo com Dussel:

<sup>209</sup> MARIAE, op. cit., p. 150.

<sup>210</sup> MARIAE, op. cit., p. 135-136.

De 1959 a 1961, a Igreja enfrentou-se com a questão do ensino, pressionando o governo por meio da Associação de Educação católica (AEC). [...]. Ao mesmo tempo que se produz a ruptura lenta da Igreja com a oligarquia agrária. As declarações de Natal em 1951, de Campina Grande de 1956, e de novo em Natal em 1959, em apoio aos camponeses, ao sindicalismo rural, abrem caminho à mudança social. Em junho de 1962 é a própria Comissão Central da CNBB quem declara: “Ninguém pode desconhecer o clamor das massas que estão sendo martirizadas pela fome”.<sup>211</sup>

Além desse posicionamento favorável às reformas, a hierarquia no comando da CNBB, ainda no ano de 1962, fez uma abordagem em torno do debate ideológico que passava a se acirrar. Dizia o documento:

O comunismo ateu explora ativamente a situação, enquanto o capitalismo liberal, não menos ateu se beneficia da agitação comunista. Jamais houve neste País nem maior nem mais criminoso domínio das forças econômicas desviadas de seus altos objetivos de prover as necessidades do bem comum pela justa e equânime distribuição das riquezas. O rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pela ganância incontrolável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e social do País. Não nos referimos, evidentemente, às pequenas e médias empresas, nem à classe média sempre mais sacrificada e rarefeita. Referimo-nos aos que, a pretexto de combaterem o comunismo, com medo de perderem seus privilégios, alimentam paradoxalmente a propaganda das idéias subversivas e esgotam a paciência dos pobres.<sup>212</sup>

Em março de 1963, Monsenhor Frederico Didonet, Secretário Brasileiro do Movimento por um Mundo Melhor (MMM), publicou um documento “Pastoral da Evangelização”<sup>213</sup>, dividido em várias pastorais, das quais destaca-se a pastoral do “*anti e do contra*”. Dizia o documento:

Vêm-se, com freqüência, cristãos e sacerdotes que, preocupados com a integridade do patrimônio da fé – e às vezes mais com o patrimônio – em toda a parte e por todos os cantos, imaginam e vêem adversários e hereges. Em toda a parte e em todas as fisionomias, fantasmas de maçons, espíritas e comunistas. Em toda a parte, agentes secretos ou disfarçados da heresia e da maldade. E, animados de uma mentalidade de revisores tipográficos, em face dos mesmos, seguem a tática do combate e da agressividade, não somente doutrinária, mas ainda pessoal. Arrogando-se o direito de julgar as consciências no foro externo, não se limitam a apontar e erro, mas vão a condenação dos que erram, sem qualquer atenção a uma possível boa fé, em face da qual seria mais crista e evangélica, uma boa dose de compreensão e bondade. É a pastoral já superada do anti, cuja bandeira ainda trêmula, em alguns templos e catedrais.<sup>214</sup>

<sup>211</sup> DUSSEL, Henrique. *História Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 253-254.

<sup>212</sup> A COMISSÃO CENTRAL DA CNBB à nação brasileira – 14/07/1962 apud MESQUITA, op. cit., p. 628.

<sup>213</sup> Pastoral é uma comunicação religiosa proveniente do papa ou dos bispos, direcionada para os padres ou para os fiéis. Pode ser de cunho moral ou religioso.

<sup>214</sup> DIDONET, Frederico. Pastoral de evangelização. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1963. vol. 23, fasc. 1, p. 9.

Ao mesmo tempo em que alertava para os excessos entre os cristãos e, mais especificamente no interior da Igreja, com relação aos “inimigos”, Monsenhor Didonet fez uma crítica ao despreparo da Igreja Católica no combate aos “inimigos”. Sob o título de “Pastoral do número de massa”, fez as seguintes considerações:

[...]

O problema fundamental da hora presente, que ainda não compreendemos, é a descoberta e formação de líderes, para com eles fomentar e conduzir a massa. Sem líderes do meio, formados na ação, ninguém poderá contar com a massa. E a experiência está aí, patente e cristalina, de associações de classe, composta de católicos, que servem de instrumentos e inocentes úteis de causa do marxismo ou do capitalismo liberal.

É o que ainda não compreendemos. E por isso, nossa situação é a de uma maioria que não atua. De uma maioria que vais a cabresto ou a reboque de um grupo de aventureiros e piratas, por ela levados aos postos de comando, que foram transformados em clubes de orgias carnavalescas.<sup>215</sup>

O posicionamento favorável da comissão central da CNBB às reformas de base, gerou uma reação dos grupos conservadores que logo começou a mobilizar-se para desenvolver uma ação de esclarecimento junto ao episcopado. Dividida, a hierarquia preveniu contra os riscos de um esquerdismo inaceitável, alertando para os riscos de um golpe ou revolução comunista. Os grupos conservadores afirmavam que os bispos que defendiam essas reformas estavam sendo “inocentes úteis” nas mãos dos radicais de esquerda.<sup>216</sup>

Os setores tradicionalistas da Igreja discordavam dos religiosos “progressistas”, principalmente porque descuidavam do combate ao comunismo e priorizavam a luta pelas reformas. Segundo Motta:

O crescimento do “progressismo” em setores do clero e do laicato foi apresentado como resultado da mais recente ofensiva de Moscou, que pretendia dividir e enfraquecer a Igreja. A denúncia desta suposta infiltração comunista no seio da fortaleza católica foi muito recorrente nos anos de 1960, 1970, e 1980.<sup>217</sup>

A Revista *A Família Cristã*, objeto deste estudo, de “aprovação eclesiástica”, como está destacado na página inicial, continuou veiculando em suas páginas, reportagens que tinham por objetivo alertar contra os perigos do sistema comunista. Essas matérias passaram a ser mais frequentes a partir de abril de 1963 e tinham como tônica ressaltar as dificuldades de se viver nos países comunistas, bem como as fugas em massa desses

<sup>215</sup> Idem, p. 11.

<sup>216</sup> MARIAE, op. cit., p. 151.

<sup>217</sup> MOTTA, op. cit., p. 24.

países. Mais freqüentes eram as reportagens sobre Cuba e a URSS. Como exemplo, transcreveu-se parte da reportagem “Regressa desiludido com o que observou na Rússia”:

Dez anos de ingestão de literatura comunista persuadiram o ferroviário norte-americano David Johnson de que a União Soviética havia alcançado o privilégio de “paraíso dos trabalhadores”, baseado numa sociedade de classes. Todavia, bastou uma semana de observação pessoal para convencer-se de que a realidade é bem outra. Johnson chegou a Moscou com a esposa e dois filhos gêmeos, preparado para formar um lar. Em vez de uma sociedade sem classes, encontrou um rígido sistema de castas com os membros do partido comunista no topo e o homem comum em baixo. Em lugar da abundância material, encontrou privações e escassez.<sup>218</sup>

Sobre o regime comunista na URSS, encontrou-se, na mesma coluna “Panoramas Mundiais”, outra reportagem sobre o regime Comunista. Intitulada “Maior fracasso do regime comunista atual: O novo homem soviético”, tratava das desilusões dos jovens soviético com o partido comunista bem como das desilusões com a vida monótona naquele país.

A maior esperança do partido Comunista, na União Soviética, estava depositada na mocidade da corrente década. Entretanto, os líderes partidários percebem, decepcionados, completa ausência de entusiasmo da juventude pelos objetivos do regime.

O crescente inconformismo dos jovens, atribuído pela propaganda partidária a influência burguesa, abrange toda uma gama, desde a resistência passiva às atividades partidárias até os atos de franca delinqüência juvenil e constitui, no dizer dos próprios jovens, uma “reação à monotonia da vida soviética”.

[...]

Preocupam-se sobretudo os líderes partidários com o interesse de muitos jovens pela cultura dos países ocidentais, para onde se voltam em busca de estilos, objetos e idéias. Segundo noticiam visitantes, as moças russas andam usando penteados franceses e italianos, embora sejam eles ridicularizados nos órgãos do partido. É grande o interesse reinante entre os jovens pela arte e literatura ocidental, apesar de serem consideradas “burguesas” e proscritas na URSS.<sup>219</sup>

Nota-se que os títulos, escritos em caixa alta, tiveram como finalidade destacar as reportagens das demais, com o objetivo de chamar a atenção do leitor e, além disso, o foco do anticomunismo voltava-se com freqüência para a URSS, pois era considerada a fonte de inspiração do comunismo mundial. Sendo assim, na guerra contra os comunistas, era mister enfatizar as dificuldades e misérias daquele país.

Desse modo, a Revista *A Família Cristã*, ao enfatizar os problemas do comunismo,

<sup>218</sup> REGRESSA desiludido com o que observou na Rússia. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 9, jun. 1963.

<sup>219</sup> MAIOR fracasso do regime comunista atual: “o novo homem soviético”. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 8, jun. 1963.

sem propor uma reflexão sobre os problemas do capitalismo, demonstrava um posicionamento dissonante das diretrizes da CNBB e, inclusive da Pastoral do MMM.

Em 1963 houve eleições municipais no Brasil. Como sempre ocorreu em todas as edições de setembro, a Revista *A Família Cristã* publicou uma ampla reportagem, devidamente ilustrada, abrangendo duas páginas, em que orientava seus leitores para escolha de seus candidatos. Segundo o autor, Pe. Edmundo H. Dreher, “votar mal é votar num candidato que, na opinião do eleitor, não apresenta as quatro qualidades básicas: honestidade, competência, dinamismo respeito ou, ao menos, não hostilidade para com a Igreja”. Essa última qualidade foi constantemente frisada em toda a reportagem. Destacamos algumas frases:

[...] Em matéria de voto haverá pecado grave, se o eleitor: Previa, ao menos vagamente, os males graves que adviriam para a Igreja ou para o Estado, da administração do candidato em quem votou. Um eleitor católico poderá ser escusado de votar, perante a lei, somente nos casos previstos, pela mesma lei. Perante a sua consciência, porém, ele poderá ser escusado: a) quando, na sua opinião objetiva e sincera, a vitória dum ou do outro candidato for indiferente para o bem da Igreja ou da pátria; b) quando, apesar de estarem, em jogo interesses da Igreja ou do estado, houver razão proporcionalmente grave para não votar. A razão para não votar pode ser, por exemplo, doença, viagem inadiável, despesas, gravidez. Etc. Entretanto, estas razões devem ser tanto mais graves, quanto mais graves forem os interesses da Igreja ou do Estado que estiverem em jogo. Assim, por exemplo, perigo de ser eleito um candidato anticlerical, comunista, ateu, ou um candidato que, embora competente e honesto, dinâmico e favorável à Igreja, esteja cercado de maus elementos, que previsivelmente o impedirão no bom governo.<sup>220</sup>

Para a Igreja Católica, era imprescindível evitar a ascensão de candidatos comunistas ao poder ou simplesmente de candidatos que não tivessem a preocupação de defender seus interesses. A partir de 1920 até a década de 1960, intensificou-se o combate aos comunistas. Eram apresentados como perseguidores cruéis da religião e teriam como fim último a total descristianização do mundo. Para a Igreja Católica:

A estratégia soviética, cujo fim último seria obter a total descristianização do mundo, passava pela adoção de medidas que asfixiariam paulatinamente a Igreja: fomento à propaganda anti-religiosa; proibição do ensino religioso; estatização dos bens da Igreja; fechamento de templos e cobranças de altos aluguéis das igrejas remanescentes, aprisionamentos, torturas e execução de religiosos que se recusariam a cooperar; tentativa de criar dissidências religiosas fiéis aos governantes comunistas.<sup>221</sup>

As denúncias sobre perseguições à religião, bem como aos religiosos católicos,

<sup>220</sup> DEVERES atuais dos católicos. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 18-19, set. 1963.

<sup>221</sup> MOTTA, op. cit., p. 73-74.

constituíram-se numa das estratégias utilizadas pela Igreja Católica no combate aos comunistas. Foram várias as reportagens encontradas na Revista *A Família Cristã* que tiveram esse enfoque. A Igreja Católica, nos países comunistas, era tratada pela própria Igreja, como “Igreja do Silêncio”, referindo-se às perseguições sofridas por Ela. A perseguição e morte de religiosos também são noticiadas na Revista. Entre as reportagens publicadas destacou-se aquela que noticia a morte de 400 sacerdotes iugoslavos, cruelmente assassinados – “vários crucificados vivos, esquartejados, queimados com carne arrancadas aos pedaços”, sob o título “Na Iugoslávia comunista serraram vivos 2 sacerdotes”. Frei Paulo de Assis descreve o massacre:

O “Martirologio Croata”, publicado pela Sagrada Congregação dos Ritos do Vaticano, declara que os comunistas da Iugoslávia martirizaram de 1940 a 1951 em ódio à religião 384 sacerdotes e religiosos iugoslavos. Apresentando o histórico completo, nomes, idades e profissões das vítimas, o “Martirologio Croata” mostra o gênero de torturas a que foram submetidas aqueles mártires de Cristo:

1 com carne arrancada aos pedaços do corpo vivo.  
 2 serrados vivos.  
 2 enfiados vivos num espeto e assados vivos.  
 2 crucificados vivos.  
 3 queimados vivos.  
 3 esquartejados vivos.  
 1 de língua cortada ao vivo.  
 3 com pele arrancada do corpo vivo.  
 2 metidos num saco e lançados ao mar.  
 1 massacrado em orgia sexual.  
 1 apedrejado.  
 14 fuzilados.  
 18 regados a gasolina e queimados vivos.  
 196 assassinados sem especificação, e ainda outros, mortos sob os mais diversos tipos de sádicas torturas.<sup>222</sup>

Além desse massacre, Frei Paulo de Assis, na mesma página, relatou a morte do Cardeal Stepinac:

Em 1946, também em ódio à religião, foi preso pelos comunistas da Iugoslávia o Cardeal Dom Aluísio Stepinac, arcebispo de Zagreb. Nos cárceres foi submetido às mais deprimentes torturas físicas e morais, de cujas conseqüências veio a falecer. Fotografias dele tiradas antes e depois da prisão, que apresentam traços fisionômicos mudados, demonstram os maus tratos que lhe foram infligidos. O livro “um vitorioso no leste”, de Piovanelli, documenta as torturas a que os comunistas submeteram o cardeal.<sup>223</sup>

De acordo com Motta, a violência também foi outro tema utilizado no combate aos comunistas. Os governos comunistas teriam como característica intrínseca o exercício da

<sup>222</sup> NA IUGOSLÁVIA comunista serram vivos 2 sacerdotes. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 5, nov. 1963.

<sup>223</sup> TORTURADO até a morte o cardeal Stepinac. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 5, nov. 1963.

violência, praticada com “prazer satânico”. Isso ficou evidente na reportagem publicada pela Revista *A Família Cristã*. Além disso, chamou atenção a data dos acontecimentos, muito aquém da data da publicação: novembro de 1963.

A crise do Governo João Goulart se evidenciava nos debates sobre a “ameaça” do comunismo na sociedade brasileira. Desse modo, é possível inferir que, embora os organizadores que estavam à frente da Revista *A Família Cristã*, bem como as próprias Irmãs que faziam parte da Congregação Paulinas fossem favoráveis às reformas propostas pelo governo João Goulart, o medo de que os comunistas pudessem chegar ao poder foi mais forte.

Assim, a direção da Revista optou por defender as reformas de forma sempre a chamar as encíclicas sociais publicadas pelo papa João XXIII, a lembrar, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, sem se comprometer politicamente com o governo de Goulart e, em meio às mensagens e orientações às famílias, as moças, aos jovens, aos pais e mães brasileiras, evidenciar o seu discurso anticomunista.

Nesse sentido, o editorial de fevereiro de 1964 da Revista *A Família Cristã* prestou esclarecimentos a um assinante que questionou a Revista por nunca fazer críticas aos homens políticos. O assinante de nome Joselino fez a seguinte pergunta: “Por que a Revista ‘*A Família Cristã*’ nunca traz uma crítica aos nossos políticos? Eu gostaria de encontrar algumas também nas páginas de nossa revista... Do contrário, esses homens acabam julgando-se infalíveis”. Ao que o diretor respondeu:

O direito de criticar os políticos e o governo em geral, é um direito adquirido no ato mesmo das eleições, quando uma comunidade delega um homem como seu representante e reserva-se o direito de julgar sua conduta. A crítica, pois, é legítima e até obrigatória; todavia, como todas as críticas sobre pessoas, não pode tornar-se arbitrária.

Erram aqueles que se esforçam por justificar todas as atitudes de um governo, unicamente por espírito de partido, mas erram também aqueles que por igual espírito de partido condenam todos os atos, indistintamente, lançando sobre toda iniciativa, lei, atitude ou escolha política, a suspeita de interesses particulares, egoístas e de qualquer forma, não endereçadas ao bem público. Por vezes reduzimos nossos representantes políticos a charlatães que procuram apenas lograr de seu cargo vantagens pessoais e que vivem, respiram e se enriquecem a custa do povo. É uma mentalidade naturalmente errada, porém, muito comum. É verdade que às vezes pode ser justificada por algum caso particular, mas demonstra imaturidade política que não encontra motivos suficientes nem do ponto de vista humano, nem do ponto de vista moral e cristão.

As críticas, quaisquer que sejam, comportam responsabilidades morais e não podem dirigir-se a homem algum, seja qual for seu partido ou pendência, senão quando objetivamente fundadas, solidamente motivadas, racionalmente dosadas.<sup>224</sup>

<sup>224</sup> NOSSOS políticos necessitam de orações. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXX, p. 3, fev. 1964.

Esse comentário leva a inferir que a direção da Revista *A Família Cristã*, apesar da conjuntura política conturbada e de todas as acusações a que João Goulart estava sendo submetido, não estava disposta a tomar um posicionamento mais contundente, tanto a favor quanto contra as medidas pretendidas pelo presidente Goulart, sem conhecer a fundo as reais intenções do presidente.

Como já se afirmou anteriormente não ser a missão precípua do periódico o envolvimento político, os problemas sociais eram abordados de forma a não comprometer a Revista com nenhum programa de presidente ou partido político. Desse modo, o diretor da revista *A Família Cristã* seguiu esclarecendo ao senhor Joselino:

Todas as vezes que agimos por espírito de partido e não pelo desejo sincero de dar nossa contribuição ao bem público, carregamo-nos de uma culpa moral, que pode chegar aos extremos de uma gravidade mortal, especialmente quando a má fé e a trama política tendem mais a desacreditar uma pessoa do que a corrigir uma lei.

Nosso principal defeito como brasileiros de hoje, no que diz respeito às críticas políticas, está de um lado, em não saber fazê-las e do outro em não saber aceitá-las.

Mais do que criticar, seja nossa preocupação escolher pessoas verdadeiramente merecedoras, que levem aos cargos públicos, juntamente com a seriedade uma profunda e adequada preparação.<sup>225</sup>

Ao finalizar o editorial, Carlos Nogueira Correia, diretor responsável pela Revista *A Família Cristã*, sugeriu aos leitores que enviassem cartas aos políticos e pediu também que orassem por eles, já que, segundo o diretor, os políticos necessitavam de orações. Segundo Correia:

Em conclusão: nada de críticas desapiedadas, mas avisos diretos por meio de cartas e telegramas, dos eleitores aos próprios candidatos.

Além disso, queremos frisar: são necessárias as críticas e, se criteriosas, cooperam para o governo público. Todavia, porque não pensamos também em elevar ao bom deus alguma oração em favor das autoridades? As pessoas que governam precisam de orações. A Igreja nos convida a fazê-lo, certa de que as orações pelas autoridades políticas revertem em bem de toda a sociedade e de cada indivíduo.<sup>226</sup>

Cabe destacar que o editorial da Revista *A Família Cristã* normalmente era baseado na carta de um leitor, compondo a coluna: “a carta do mês”. Dessa forma, como se abordou na introdução desta pesquisa, os periódicos efetuaram a seleção dos fatos conforme o que estava acontecendo no momento e de acordo com a estrutura ideológica da empresa. Desse

---

<sup>225</sup> Idem, ibidem.

<sup>226</sup> Idem, ibidem.

modo, não se pode afirmar que a carta do leitor tivesse sido mandada justamente no mês de fevereiro, porém, a conjuntura política em que o país se encontrava exigia uma publicação sobre o assunto. Assim, justifica-se a escolha da carta do senhor Joselino.

A situação no país complicava-se. A crise tomou proporções maiores no dia 13 de março de 1964, em razão da realização de um grande comício em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Diante de aproximadamente 300 mil pessoas Jango decretou a nacionalização das refinarias privadas de petróleo e desapropriou, para a reforma agrária, propriedades às margens das ferrovias, rodovias e zonas de irrigação de açudes públicos. Cabe salientar que, paralelamente a tudo isso, a crise econômico-financeira do país se agravava.<sup>227</sup>

Em meio a todas as tensões sociais internas e à pressão externa, os acontecimentos precipitaram-se. Em 19 de março, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por grupos da direita, com influência dos setores conservadores da Igreja Católica. A marcha tinha como objetivo mobilizar a opinião pública contra a política adotada pelo governo Jango. Segundo Pierucci, Souza e Camargo:

Significativo momento da divisão ideológica dos católicos nos estertores do governo Goulart foram as “Marchas da família com Deus pela Liberdade”, manifestações de massa substancialmente lideradas pela “Cruzada do Rosário em Família”. O movimento foi apoiado pelo cardeal D. Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro, bem como por numerosos outros representantes da ala conservadora da igreja, mas não contou com o apoio de outros bispos, entre os quais D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal de São Paulo, e D. João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, onde as “Marchas da Família” foram numericamente expressivas.<sup>228</sup>

Como dissemos em capítulo anterior, a Igreja Católica no Brasil, principalmente nos primeiros anos da década de 1960 enfrentava graves conflitos internos. Coexistiam as forças favoráveis às mudanças sociais com aquelas que resistiam às mudanças. Deste modo, as “Marchas da Família”, constituíram-se num dos mais expressivos marcos das tensões internas que vinham dividindo os vários setores e níveis hierárquicos da Igreja.

Em todo o país, associações de mulheres organizaram manifestações de hostilidade ao governo de João Goulart. Em condenação moral e religiosa ao comunismo, o Movimento de Arregimentação Feminino (MAF) de São Paulo, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina de Santos e o

<sup>227</sup> ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

<sup>228</sup> PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, op. cit., p. 373.

Movimento Feminino pela Liberdade de Recife, entre outros, saíram às ruas e realizaram comícios antigovernamentais com o objetivo de criar um clima sócio-político para a intervenção dos militares. Segundo Fausto:

A expressão máxima do “movimento feminino” será a realização das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”; estas manifestações reunirão uma pequena “massa” urbana antipopulista, não somente nas grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou Belo Horizonte, mas também nas cidades do campo brasileiro. O objetivo primordial do “movimento feminino” e de seus comícios antigovernamentais é a criação de um clima sócio-político favorável à intervenção militar, mas também a incitação direta das forças armadas ao golpe de Estado.<sup>229</sup>

As Marchas da Família Com Deus pela Liberdade, foram organizadas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base.

Como afirmou Fausto, essas manifestações foram a “expressão máxima do movimento feminino” que, conforme o exposto na introdução dessa pesquisa, também era o público alvo da Revista *A Família Cristã*. Desse modo, pode-se conjecturar que o discurso anticomunista difundido pela Revista durante o período em questão, possa ter contribuído para que essas mulheres, temerosas do *perigo comunista*, apoiassem a deposição do presidente João Goulart.

Para piorar a situação, em 25 de março ocorreu a Revolta dos Marinheiros que, posteriormente ao conflito, foram anistiados pelo presidente Goulart, acirrando ainda mais as tensões entre governo e militares.

No dia 30 de março de 1964, o presidente, em uma reunião de sargentos discursou em prol das reformas pretendidas e invocou o apoio das forças armadas. Em 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou a movimentação das tropas em direção ao Rio de Janeiro e a Brasília. Jango estava no Rio quando recebeu o manifesto do General Mourão Filho exigindo sua renúncia. No dia 1º de abril partiu para Brasília numa tentativa de controlar a situação. Ao perceber que não contava com nenhum dispositivo militar e nem com o apoio armado dos grupos que o apoiavam, abandonou a capital e seguiu para Porto Alegre. Segundo Motta:

---

<sup>229</sup> FAUSTO, op. cit., p. 597.

O golpe de 1964 foi, em essência, um movimento reativo insuflado pelo medo e a insegurança que invadiram parcelas significativas da sociedade brasileira, principalmente nas camadas média e alta: insegurança em relação ao futuro econômico, pois a inflação começava a extrapolar os limites do tolerável; apreensão ocasionada por ondas sucessivas de greves, que paralisavam serviços públicos e sugeriam a sensação de anarquia; temor da revolução social, pois movimentos sociais radicais pipocavam país a fora, alcançando até o campo e os trabalhadores rurais, que até então tinham sido mantidos afastados da política; sobretudo o medo de que o Presidente da república estivesse apoiando os movimentos revolucionários e, em particular, os comunistas.<sup>230</sup>

De todos os temores que rondavam a sociedade brasileira naquele momento, pode-se destacar que o medo do comunismo estava em primeiro plano. O fato de o governo brasileiro ter adotado uma política externa independente e ter estreitado laços com países do bloco socialista serviu para associar o momento de turbulência vivido no país, como estratégia de ascensão do comunismo soviético.

Também na Revista *A Família Cristã*, de uma forma ou de outra, o comunismo estava em pauta. Ocupando pequenos e/ou grandes espaços nas páginas da Revista, o assunto era constantemente abordado. Em janeiro de 1964, na coluna “confie-me seu problema”, encontrou-se a preocupação de um leitor em relação ao “perigo iminente”. Questionava Ele: “Será verdade que o comunismo está iminente de entrar no Brasil, sendo um país tão católico?” Diante de tal questionamento, a resposta:

Ninguém poderá responder a uma pergunta que depende do futuro, e das circunstâncias futuras. O nosso dever é tudo fazer para impedir que venha e aqui se estabeleça, pois então seria a maior desgraça para o nosso querido Brasil. Devemos rezar incessantemente para que isso não aconteça. Deus é poderoso para nos livrar das garras do “dragão vermelho”.<sup>231</sup>

A Igreja Católica incluía-se no grupo dos principais inimigos do comunismo. Encarava-o como uma desgraça total e acreditava que ele traria a destruição da boa sociedade e a emergência do caos social e político. Juntamente com algumas lideranças conservadoras, organizou uma contra-ofensiva visando a conter o movimento revolucionário.

Neste momento, é pertinente lembrar que o objeto deste estudo, a Revista *A Família Cristã*, era direcionada principalmente às famílias brasileiras, com amplas reportagens para as mulheres. Dirigia-se, de modo especial, às mães e às moças,

<sup>230</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. Cap. 11, p. 179-202.

<sup>231</sup> CONFIE-ME seu problema. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXX, p. 12, jan. 1964.

atribuindo-lhes a responsabilidade pela integridade e bem-estar da família. Além disso, por ser um periódico adquirido por assinatura, o que conferia certo poder aquisitivo dos assinantes, deduz-se que o público alvo eram as camadas mais privilegiadas da sociedade, justamente aquelas que saíram às ruas liderando o movimento contra as reformas de João Goulart e exigindo a renúncia do presidente.

É pertinente destacar a dissonância entre as publicações da CNBB, nos anos de 1963 e 1964, que apoiou abertamente as reformas de base e alertou para o risco do embate ideológico, com as publicações da *Revista A Família Cristã* no mesmo período que, por várias vezes, veiculou reportagens em que evidenciava as “desgraças” e os riscos de se viver em um país comunista. Assim, acredita-se que a *Revista A Família Cristã*, no período em questão, através de suas publicações, contribuiu para a construção do imaginário social anticomunista que foi o grande responsável pela derrubada do presidente João Goulart.

Em agosto de 1964, portanto após o golpe militar de abril de 1964, faltando quatro meses para o aniversário de trinta anos da *Revista A Família Cristã*, o vereador João Batista da Silva, apresentou um requerimento à câmara de vereadores de Nova Friburgo, com o propósito de Monção Congratulatória pelo “excepcional apostolado exercido pelas Irmãs Paulinas”, em seu trabalho de elevação moral e religiosa dos homens. Constava no documento:

Há trinta anos, na cidade de São Paulo, “saiu o primeiro número da Família Cristã”, em português. A modesta publicação foi acolhida com simpatia pela hierarquia, pelo clero e por todos os leitores, em geral. E muito cedo procurou abrir caminho para entre as publicações veteranas, pondo-se a serviço de um apostolado para o qual a Congregação Paulina foi chamada por vocação divina e aprovação pontifícia: “o apostolado da imprensa”.

[...]

Permitimo-nos, a exemplo de tantos outros, levar, ou melhor, propor que sejam levados aos responsáveis pela mencionada revista, os nossos calorosos cumprimentos, as mais sinceras felicitações pela feliz ocorrência, não apenas como católico, mas, como brasileiro e democrata. E de louvor ao excepcional apostolado exercido pelas Irmãs Paulinas, em seu trabalho de elevação moral e religiosa dos homens.

Quando as forças negativas se aglutinam, se juntam, se arrebanham para destruir os sagrados princípios que fazem do homem um dependente de Deus, quer procurando anular a Sua Presença, quer tentando penetrar nos alicerces da família, sobre os quais repousam a segurança estabilidade da Pátria, justo se nos parece ressaltar a dedicação daquelas corajosas Irmãs, que trazem, até os nossos lares, a sapiência da Igreja, o pensamento dos que mais aprenderam, os interesses da nacionalidade, não somente em assuntos de religião, mas em todos os sentidos da vida.<sup>232</sup>

<sup>232</sup> MONÇÃO congratulatória. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXX, p. 5, ago. 1964.

Deduz-se que as forças negativas a que o vereador João Batista estava se referindo eram as forças do comunismo, pois, como é possível constatar, a Revista *A Família Cristã*, através das inúmeras reportagens e artigos publicados, combateu de forma sagaz o comunismo, considerado pela Igreja católica um dos seus quatro “inimigos” mortais.

Como vimos nesse capítulo, o ano de 1963 e os primeiros meses de 1964, tiveram significativa importância no processo que culminou com a derrubada do presidente João Goulart. O acirramento dos conflitos e a radicalização no embate ideológico entre comunistas e capitalistas favoreceram a tomada do poder pelos militares, em abril de 1964. Nesse contexto, a Igreja Católica, representada pela hierarquia a frente da CNBB, era favorável às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, sugerindo até uma trégua no confronto ideológico, a fim de acalmar os ânimos e criar-se um clima propício para a implantação das reformas. No entanto, conforme o exposto em capítulo anterior, não havia uma uniformidade no pensamento da Igreja católica, e, os setores mais conservadores da Igreja temiam que as reformas fossem um trampolim para a implantação do comunismo no Brasil.

Assim, a Revista *A Família Cristã*, seguiu com sua campanha anticomunista, difundindo os reveses de se viver nos países em que esse sistema imperava.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da complexa realidade que envolve a Igreja católica Apostólica no Brasil, podem ser estudados diversos aspectos. No entanto, este estudo considera o anticomunismo católico, a partir da leitura ou análise de um periódico, no caso, a Revista *A Família Cristã*, nos anos de 1960-1964, período em que se estruturou o golpe militar de abril de 1964.

O propósito desta pesquisa consistiu na sistematização do discurso anticomunista veiculado pela Revista *A Família Cristã*, juntamente com os principais acontecimentos sócio-políticos da época. Desse modo, propôs-se a identificar, em meio às mensagens de cunho orientador, dirigidas principalmente às mulheres, o posicionamento sócio-político da Revista, no período em questão.

Num primeiro momento, para melhor compreensão do avanço do anticomunismo, foi necessária uma abordagem teórica em torno da polarização do mundo em pró-comunistas, liderados pela União Soviética e anticomunistas, liderados pelos Estados Unidos. A eficiente participação da URSS na segunda guerra mundial fez com que os Estados Unidos aumentassem sua preocupação com uma possível supremacia soviética no mundo e, em contrapartida, os soviéticos se preocupavam com a hegemonia norte-americana em todas as partes do mundo não ocupadas pelo exército vermelho.

A divisão do mundo entre as duas grandes potências em áreas de influência, aparentemente, colocaria a América Latina a salvo da influência da União Soviética. A localização geográfica e a forte influência política e econômica que os Estados Unidos exerciam sobre esses países, principalmente a partir da primeira guerra mundial, pareciam garantir a imunidade contra o avanço do comunismo nesse continente.

No entanto, o movimento revolucionário que ocorreu em Cuba, em 1959, souo o estado de alerta na potência norte-americana e também nos diversos setores conservadores das sociedades latino-americanas.

A revolução cubana também causou profundo impacto na Igreja Católica em toda a América Latina. Os acontecimentos em Cuba inspiraram algumas pessoas a intensificar seus esforços para promover mudanças radicais na sociedade; outras, a adotar a defesa intransigente da ordem vigente; e, ainda outras, a promover algumas mudanças com o intuito de interromper os movimentos revolucionários. Dentro da Igreja Católica brasileira

estavam presentes as três linhas de pensamentos, cada qual com uma visão diferente no tocante às mudanças sociais.

A partir de 1950, a Igreja no Brasil, implantou mudanças em suas práticas eclesiais e alterou sua estratégia de influência. A criação da CNBB em 1952, tendo a frente dom Hélder Câmara, teve como propósito coordenar a ação da Igreja para melhorar o desempenho de suas ações pastorais buscando, assim, um maior envolvimento com os problemas socioeconômicos.

O papel do leigo também foi redimensionado pela Igreja Católica. Os grupos mais progressistas defendiam maior autonomia e responsabilidade para os leigos, para que pudessem ter uma participação mais significativa na vida da Igreja. Desse modo, a Igreja definiu o papel do leigo na sociedade e buscou qualificá-lo para a árdua tarefa de melhorar o mundo.

A expansão do comunismo era vista pela Igreja como um sinal de decadência da cultura católica e dos valores tradicionais. Incitava a Igreja a se implantar mais firmemente na sociedade.

No âmbito da guerra fria, o *perigo* do comunismo era uma ameaça de um inimigo que já estava presente, não apenas fora, mas dentro do país, disfarçado sob diferentes formas e aproveitava-se da miséria material do povo, causadora de descontentamentos e ódios, para difundir suas idéias na sociedade.

A Igreja Católica há muito já havia identificado o comunismo como seu principal adversário e reconhecia nele a grande força de atração sobre a população menos favorecida. Dessa maneira, adotou uma atitude hostil ao comunismo, utilizando-se, entre outros instrumentos, da Imprensa Católica, como um elemento potente em sua empreitada anticomunista.

Nesse contexto de guerra fria, o imaginário anticomunista foi atormentado pela constante ameaça do imperialismo soviético. Segundo Marcos Gonçalves, os anticomunistas recorrem a imagens do “inimigo” como articulador de intervenções políticas violentas ou pelo seu repúdio às instituições basilares da cultura ocidental, principalmente a religião cristã, a família monogâmica, a propriedade, entre outros. O comunismo canalizava, por meio de seus agentes, os estigmas da violência, da destruição, da corrupção moral, da desordem e do caos. Suscitava, no seio de uma coletividade, sentimentos de temor, ódio e repulsa, amalgamados aos mitos negativos e às reais vicissitudes e contradições enfrentadas pelas populações dos regimes comunistas,

notadamente o soviético.<sup>233</sup>

Nesse sentido, pode-se enquadrar o anticomunismo católico registrado nos artigos e reportagens publicados na Revista *A Família Cristã*, no período analisado, nessa perspectiva de identificação do “provável inimigo”. Foram inúmeras as reportagens que apresentavam as “realidades” vividas nos países comunistas: a URSS, Cuba, China, com destaque para as péssimas condições de vida nesses países.

O contexto social e político brasileiro, nos primeiros anos da década de 1960, favoreceram o acirramento dos temores quanto à possibilidade de infiltração dos ideais comunistas no país. Setores conservadores da sociedade, e aí se insere a Igreja Católica, temiam que a instabilidade econômica, bem como os movimentos sociais cada vez mais exacerbados, principalmente no campo, levariam a uma convulsão social, tendo à frente os simpatizantes do comunismo no Brasil.

Assim, entre os anos de 1961 e 1962, principalmente com o agravamento da crise política e econômica no Brasil, com a renúncia do presidente Jânio Quadros e a tentativa de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, a campanha anticomunista veiculada na Revista *A Família Cristã* foi amplamente incisiva.

Constata-se, dessa forma, que esse posicionamento da Revista *A Família Cristã* diante da conjuntura, no período em questão, serve para reiterar o exposto na introdução desta pesquisa, através das palavras de Lustosa, em que o autor afirma que um periódico católico caracteriza-se pela sua vinculação orgânica com a missão da Igreja em cada época e em cada conjuntura do processo vivido pela comunidade eclesial e não apenas por serem produzidos por católicos ou por conter mensagens religiosas.

Assim, embora a *missão* precípua da Revista *A Família Cristã* fosse a evangelização através da imprensa, a *missão* da Igreja Católica era impedir o avanço do comunismo. Desse modo, a conjuntura política externa e interna requeria um posicionamento acerca do *perigo* iminente.

Entre os anos de 1963 e 1964, período em que o golpe militar foi estruturado, a Igreja Católica, por intermédio da CNBB, colocou-se favorável às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart. Chegou até a solicitar moderação frente ao embate ideológico, sob pena de causar indignação na população mais pobre.

No entanto, não é o que se percebe por parte dos responsáveis pela edição da Revista *A Família Cristã*. Durante esse período, como foi possível constatar, as mensagens

---

<sup>233</sup> GONÇALVES, Marcos. “*Os arautos da dissolução*”: mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1947. Curitiba, 2004. p. 73. (Tese de Mestrado)

anticomunistas continuaram a permear as páginas da Revista, sem, contudo, dar ênfase aos diversos problemas sociais que assolavam o país, especialmente o problema da reforma agrária, principal motivo do impasse político no Congresso Nacional.

Desse modo, conclui-se que a Revista *A Família Cristã*, ao enfatizar os problemas do comunismo sem propor uma reflexão sobre os problemas do capitalismo, demonstrava um posicionamento dissonante das diretrizes propostas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e também da Pastoral do Movimento para um Mundo Melhor (MMM), evidenciando, dessa forma, a divisão ideológica no interior da Igreja Católica.

Além disso, comprova-se, por intermédio da análise da Revista *A Família Cristã*, que, nos momentos críticos que envolviam os interesses da Igreja, os líderes religiosos utilizaram-se de outros meios que não a doutrinação pelas missas, para atingir a população.

## REFERÊNCIAS

- A IMPRENSA e a história. Entrevista com Ruy Mesquita e Otávio Frias Filho. *Revista Lua Nova*, v. 1, n. 2, jul/set. 1984, p. 27.
- ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Vol. II.
- ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2007.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 607-639.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Imprensa e história política: Gramsci como alternativa*. Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br>>. Acesso em: 11 jun. 2007.
- CARTA ENCÍCLICA *Mater et Magistra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1962.
- CARTA ENCÍCLICA *Mater et Magistra. Sobre a recente evolução da questão social*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1964.
- CARTA ENCÍCLICA *Pacem in Terris*. São Paulo: Edições Paulinas, 1963.
- CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja-Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- DE LUCA, Tânia Regina. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Prismas).
- \_\_\_\_\_. *(Re)vistas do Brasil no decorrer do século XX*. Capítulo do livro *Imprensa, História e Literatura*, Fundação Casa de Rui Barbosa, no prelo.
- DELGADO, Lucília de A. Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4.
- DIDONET, Frederico. Pastoral de evangelização. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1963. vol. 23, fasc. 1, p. 3-12.

DUSSEL, Henrique. *História Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América latina*. São Paulo: Paulinas, 1992.

EGELKE, D. Inocência. “*Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*”. In: CNBB, Pastoral da Terra. São Paulo: Paulinas, 1977.

FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*/ por Ângela Maria de Castro Gomes...[et al]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 714p.: il.(História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10).

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GONÇALVES, Marcos. “*Os arautos da dissolução*”: mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1947. Curitiba, 2004. p. 73. (Tese de Mestrado)

\_\_\_\_\_. *Fontes para a história da imprensa católica popular no Brasil: a Revista Ave Maria*. Artigo publicado na edição n. 15 de out. 2006, Revista Histórica. Disponível em: <<http://www.historia.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao15/materia03>> Acesso em: 18 abr. 2007.

GRYNZPAN, Mário. *As frentes partidárias atuantes durante o governo Goulart*. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart)>. Acesso em: 20 nov. 07.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Loyola, 1983.

\_\_\_\_\_. *A Igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARIAE, Servus. E a Semente cresceu e multiplicou-se (1950-1957). In: MARIAE, Servus. *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 3, p. 71-112.

MESQUITA, Luís José de. *As encíclicas sociais de João XXIII – Mater et Magistra – Comentários atualizados com a Pacem in Terris*. Introdução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. Cap. 11, p. 179-202.

PAPA PIO XI. *Divini redemptoris*: Carta Encíclica de sua Santidade Pio XI. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.monfort.org.br>> Acesso em: 30 mai. 2007.

PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 520 p. (Coleção História)

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. *Igreja Católica: 1945-1970*. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. p. 345-380. Cap. VII. Tomo III. Vol. 4.

PIERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Secularização e declínio do catolicismo. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (org.). *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A IGREJA DO BRASIL. *Cadernos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB*, n. 1, 1963. 2. ed. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2004.

PRANDI, José Reginaldo. *Catolicismo e família: transformação de uma ideologia*. São Paulo: CEBRAP, 1975.

PRANDI, José Reginaldo; SOUZA, André Ricardo. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PUNTEL, Joana T. *A Revista “Família Cristã” e as classes subalternas*. São Bernardo do Campo, SP: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986. (Dissertação de Mestrado)

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Petrópolis, RJ: Vozes, mar. 1962. vol. XXII.

RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da igreja: análise histórica e interpretação teológica da igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1982.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4.

RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria. *Revista Brasileira de História*, ano/vol. 22, n. 044. São Paulo, p. 463-488, 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 16, n. 2, p. 15-22, 1990.

SEGATO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 3.

SZATKOSKI, Elenice. *O grupo dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 3.

VILHENA, Cynthia Pereira de Souza. *Imprensa e educação católicas na formação do público leitor feminino (1922-1950)*. São Paulo: EDUC, 1994. (Projeto História)

<<http://www.abep.nep.unicamp.br/encontro>> 2006. Acesso em: 05 jan. 2008.

<[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7794\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp)>. Acesso em: 20 set. 2007.

<[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart)>. Acesso em: 22 set. 2007.

<[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica)>. Acesso em: 20 nov. 2007.

<<http://www.paulinas.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2007.

## FONTES

A AMÉRICA Latina vai ter voluntários do papa. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 12, dez. 1960.

A ANTIGA figura de mulher a mulher moderna. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 14-15, abr. 1963.

A ECONOMIA social. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 14, fev. 1961.

A PAZ no lar. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XIII, p. 10, jul./ago. 1947.

A QUESTÃO social. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 14, jan./fev. 1963.

A REDAÇÃO. Prezados assinantes. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIV, p. 8, out. 1958.

ALBERIONE, Pe. Maravilha invenção. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 9 e 13, abr. 1960.

APLAUSO do chanceler à encíclica Papal. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 15, set. 1961.

BRASILEIRO! Combate o comunismo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, nov. 1962.

CONFIE-ME seu problema. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 10-11, jan. 1961.

\_\_\_\_\_. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 10 e 15, dez. 1962.

\_\_\_\_\_. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXX, p. 12, jan. 1964.

CONGRESSO Mariano Interamericano em face do perigo comunista. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 18, nov. 1960.

DECÁLOGO da mulher ideal. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 8, jul. 1961.

DEIXAI EM PAZ ao menos as crianças. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 16, jun. 1961.

DESENVOLVIMENTO do país dispensa métodos marxistas. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, nov. 1962.

DEVERES atuais dos católicos. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 18-19, set. 1963.

DREHER, Edmundo D. A arte de votar. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, set. 1962.

DO COMUNISMO a Deus. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 16, jan. 1960.

DO SOCIALISMO a Deus. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 16, jan. 1960.

FURLAN, Jarbas. O Concílio Ecumênico é já uma realidade palpável e iminente. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 16 e 24, set. 1962.

FRUTOS do Concílio? *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 25, jun. 1963.

JOÃO XXI encara os novos problemas sociais. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 22, jul. 1961.

KUBITSCHKEK, Juscelino. Diretamente da presidência da República. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, mar. 1961.

LAFAYETTE, Mons. Endereço mais exato. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 21, ago. 1961.

LEITE, Deodato Ferreira. Carnaval. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 14-15, fev. 1961.

MÃES, CUIDADO!... *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XIII, n. 7-8, jul.-ago. 1947, p. 107.

MAIOR fracasso do regime comunista atual: “o novo homem soviético”. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 8, jun. 1963.

MARGERIE, Bertrand de. Acaso ainda precisamos de Padres? *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 14-15, jan. 1961.

\_\_\_\_\_. Não estou com o Papa mas o Papa está comigo... *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5 e 32, mar. 1962.

MARTINS, Casimiro G. A Igreja Católica e os problemas sociais. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 22, jan. 1960.

MASVIDAL, Eduardo Boza. A lição de Cuba. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 17, jun. 1962.

MATER ET MAGISTRA. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 25, mai. 1961.

MONÇÃO congratulatória. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXX, p. 5, ago. 1964.

MOVIMENTO por um mundo melhor: o papel do leigo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 10-11, fev. 1960.

MOVIMENTO por um mundo melhor: o papel do leigo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 12-13, mar. 1960.

NA IUGOSLÁVIA comunista serram vivos 2 sacerdotes. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 5, nov. 1963.

NA RÚSSIA é desgraça ser operário, ser pai ou ser velho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 9, jun. 1962.

NÃO VIU ninguém sorrir em Moscou. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 25, abr. 1963.

NEM MESMO as muralhas de concreto impedem a fuga dos Berlinenses Orientais. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 16-17, jun. 1961.

NO SEPTUAGÉSIMO aniversário da “*Rerum Novarum*”: a nova encíclica “*Mater et Magistra*”. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 9, set. 1961.

NOSSOS políticos necessitam de orações. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXX, p. 3, fev. 1964.

O BRASIL no Concílio. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 7, abr. 1963.

O DRAMA da cidade dividida. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 16-17, jun. 1961.

O MAIOR adversário do comunismo. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, jun. 1961.

O PATRÃO e o operário devem ser amigos. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 14, dez. 1960.

O QUE É ação catholica. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano II, n. 4, p. 8, abr. 1936.

PASTOR anglicano torna-se católico. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 16-17, mai. 1961.

PREPARAÇÃO ao matrimônio. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 14, mar. 1963.

REGRESSA desiludido com o que observou na Rússia. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 9, jun. 1963.

SHEEN, Fulton. Mãos femininas no trabalho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 14 e 21, jul. 1960.

SOB SIGNO mariano a convocação do Concílio. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, jun. 1962.

3 GRANDES Lançamentos das Edições Paulinas. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 31, jan. 1961.

TORTURADO até a morte o cardeal Stepinac. *A Família Cristã*, São Paulo, Edições Paulinas, ano XXIX, p. 5, nov. 1963.

UMA HISTÓRIA de lágrimas e sangue. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, ago. 1961.

WILLEKE, Venâncio. O comunismo continua a ser ateu e desumano. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 12-13, jul. 1961.

VIAS veritas et vita . *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII , p. 31, mar. 1961.

V., F. Dever do eleitor. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVI, p. 13, set. 1960.

VIGILÂNCIA ante as manobras comunistas pede o Cardeal Câmara. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVIII, p. 5, ago. 1962.

VISTA parcial do paraíso vermelho. *A Família Cristã*. São Paulo, Edições Paulinas, ano XXVII, p. 17, mai. 1961.